

CONSTITUIÇÃO DA MISSIONARY CHURCH

Publicada em Setembro de 2005.
Depois de Revisada e Autorizada pela Conferência Geral de 2005
Tradução Dimária Costa

Escritório da Denominação
P.O. Box 9127
Fort Wayne, Indiana 46899-9127

Para pedidos
800-275-9094
Original impresso nos E.U.A

ÍNDICE

CONSTITUIÇÃO

| | |
|---|----|
| Preâmbulo | 3 |
| Artigo I – Nome | 4 |
| Artigo II – Propósito | 4 |
| Artigo III – Objetivo | 4 |
| Artigo IV – Artigos sobre Fé e Prática | 4 |
| Artigo V – Colégio Eleitoral | 11 |
| Artigo VI – Conferência Geral | 11 |
| Artigo VII – Autoridades | 13 |
| Artigo VIII – Diretoria Geral | 14 |
| Artigo IX – Diretores Denominacionais | 15 |
| Artigo X – Faculdade Betel (Bethel College) | 15 |
| Artigo XI – Organizações Auxiliares | 16 |
| Artigo XII – Conferência Distrital | 17 |
| Artigo XIII – Igreja Local | 31 |
| Artigo XIV – Procedimento de Apelação Processual para Membros e entidades da Missionary Church | 38 |
| Artigo XV – Autoridade Parlamentar | 39 |
| Artigo XVI – Emendas | 39 |

PAPEIS DE POSTURA

| | |
|---|----|
| I. Uma Educação Filosófica para a Missionary Church | 40 |
| II. O Dom de Línguas | 42 |
| III. A Certeza do Cristão | 45 |
| IV. Aborto | 48 |
| V. Liderança na Igreja | 48 |
| VI. Homossexualismo | 50 |
| VII. Jogo de Azar | 51 |
| VIII. Pornografia e Obsenidade | 52 |
| IX. Exatidão Bíblica | 53 |
| X. O Papel da Mulher no Ministério | 56 |
| XI. Ordenação | 57 |
| XII. Nossos Valores | 57 |
| XIII. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida | 59 |
| XIV. Guerra Espiritual: Os Cristãos e os Demônios | 60 |
| XV. Sociendades Secretas | 62 |
| XVI. Eutanásia e Suicídio Axiliado | 63 |
| XVII. Santificação | 64 |
| XVIII. Presciência Divina | 66 |

APÊNDICES

| | |
|--|----|
| Exigências Educacionais para Obtenção de Credenciais | 68 |
| História e Política da Missionary Church | 69 |

CONSTITUIÇÃO

PREÂMBULO

A atual organização da Missionary Church é consequência da fusão em 1969 da Missionary Church Association (Associação das Igrejas Missionárias) e da United Missionary Church (Igreja Missionária Unida). Ambos os grupos tiveram as suas origens em momentos de avivamento que varreram a América Norte até o final do século XIX, muitos dos primeiros membros foram membros de igrejas que se prendiam a tradição e formatos religiosos. As chamas deste avivamento reluziram e trouxeram dinamismo e vitalidade a qual não foram bem aceitos pelos líderes das suas antigas igrejas. E assim, por causa do seu testemunho, um número foi excomungado. Sob a liderança do SENHOR, estes homens se uniram através de uma série de fusões que ocorrem durante um período de quase cem anos. A história destes anos é contada no livro *Merging Streams*¹ da autora Eileen Lageer, publicado em 1979 pela Bethel Publishing Company.

A constituição e o manual da igreja serão melhores entendidos pelo leitor que reconhece o compromisso singular dos nossos primeiros líderes com a posição de que a Sagradas Escrituras são fonte primária de doutrina e vida. Além deste compromisso de ser uma igreja bíblica, a perspectiva teológica da Missionary Church reconhece a contribuição da ênfase de John Wesley no “*Coração quente*” e a ênfase quadrangular de A.B. Simpson em Jesus Cristo o Salvador, Santificador, aquele que Cura e o Rei Vindouro; também os conceitos de comunidade e irmandade de Anabaptist; e a ênfase evangelística do estado de perdição do homem e a redenção através de Jesus Cristo. A Missionary Church é uma mistura única de pensamento e vida de pessoas que procuraram construir a sua igreja segundo as Sagradas Escrituras reconhecendo as suas raízes históricas.

¹ Lageer, Eileen, *Merging Streams*, Bethel Publishing Company, 1979.

ARTIGO I – NOME

Esta organização será conhecida como Missionary Church.

ARTIGO II – PROPÓSITO

A Missionary Church em obediência a Jesus Cristo seu Senhor, tem o compromisso de ser o povo santo de Deus no mundo e construir a Sua igreja através de um evangelismo de alcance mundial, fazendo discípulos e multiplicando o crescimento das igrejas, tudo para a glória de Deus.

Mt 28:18-20; 1 Pe 2:9-10

ARTIGO III – OBJETIVOS

Para poder cumprir os seus propósitos, os objetivos da Missionary Church são os seguintes:

- A. convocar as igrejas para sua missão;
 - B. treinar e equipar líderes;
 - C. assistir e implantar novas congregações tanto aqui como no exterior;
 - D. promover a convivência entre o povo de Deus; e
 - E. servir a coletividade como instrumento de administração e comunicação.
- (ver Artigo IV. A.5.)

ARTIGO IV – ARTIGOS SOBRE FÉ E PRÁTICA

A. ARTIGOS SOBRE A FÉ

1. A trindade de Deus

a. Nós cremos que o Deus verdadeiro que é Espírito: existe por si mesmo, infinito, pessoal, imutável, e eterno em Si mesmo; perfeito em santidade, amoroso, justo, bondoso, sábio e verdadeiro; onipotente, onisciente e onipresente; Criador e Sustentação de todas as coisas, visível e invisível; ambos eminente e transcendente a criação; eternamente existente em três pessoas, um em substância e igual em poder e glória, Pai, Filho e Espírito Santo.

Gn 1:1; Ex 3:14, 34:6; Dt 6:4, 32:4; I Rs 8:27; Ne 9:6; Sl 90:2, 103:8, 116:5, 147:5; Is 6:3, 40:25, 57:15; Jr 23:23-24; Mt 3:6; Mt 28:19; Jo 4:24; At 17:28; I co 8:4; 2 Co 13:14; Cl 1:17; 1 Tm 1:17; Hb 1:2, 12, 11:3; 2 Pe 3:9; 2 Jo 4:10-16

b. Nós cremos que o Pai não veio de ninguém. Ele é o eterno Pai do Senhor Jesus Cristo, o Autor da salvação, o Pai de todos aqueles que alcançaram novidade de vida através da fé em Cristo.

Gn 1:1; Sl 90:2, Jo 13:3, 16:28 Ef 1:3-4; 1 Pe 1:2-3, 1 Jo 2:23, 3:1

c. Nós cremos na divindade do Senhor Jesus Cristo, que foi gerado pelo Pai; na Sua encarnação que ocorreu no nascimento através da virgem Maria e foi concebido pelo poder do Espírito Santo, que é completamente divino e humano na sua natureza na pessoa de Jesus Cristo, na sua vida sem pecado e de milagres; e que na Sua morte levou consigo todo o pecado do mundo; na Sua ressurreição e ascensão à direita do Pai; no seu senhorio e poder soberano; no seu ministério como mediador e Advogado do crente; na Sua eminente volta em poder e glória.

Is 53:6; Mt 28:18-20; Lc 1:35; Jo 1:1,14,18; At 2:22, 24-32; Rm 1:3-4, 8:34, 2 Co 5:18-19; Ef 1:19-22; Cl 3:4; Tt 2:13; Hb 1:18, 4:15, 7:25; 1 Pe 1:18, 2:22 e 24, 3:18; 1 Jo 2:1-2

d. Nós acreditamos que o Espírito Santo, que é a terceira pessoa da trindade de Deus, veio do Pai e foi enviado pelo Filho, e é um em substância, majestade e glória com o Pai e o Filho, e é eternamente Deus. E o trabalho do Espírito Santo é convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo; para trazer regeneração e arrependimento aos pecadores e crença no Senhor Jesus Cristo; para santificar, e capacitar com poder, ensino, orientação e conforto aos crentes.

As Escrituras revelam o trabalho do Espírito Santo na igreja, unindo os crentes no corpo de Cristo, o qual é o templo de Deus, equipando a igreja com dons e graça para o serviço, e trazendo sobre ela a inspiração da verdade bem como o espírito de iluminação e direção em todo o que é verdadeiro e guiando na vontade de Deus.

Mt 28:19; Lc 24:49; Jo 3:5-6, 14:16-18 e 15:26; At 1:8, 2:1-4, 13:2-4, 15:28; Rm 12:6-8; 1 Co 2:10-12, 6:19-20, 12:13; 2 Cr 6:16, 13:14 Gl 5:22-23; Ef 2:21-22; 2 Tl 2-13; Tt 3:5; 1 Pe 1:2; 1 Jo 2:20-27

2. A Bíblia

Nós acreditamos que a Bíblia, que consiste de sessenta e seis livros entre o Antigo e o Novo Testamento, é a Palavra de Deus dada por inspiração divina e é infalível nos seus manuscritos originais. Ainda hoje a Bíblia permanece inalterável na sua autoridade sobre a fé e a prática Cristã. Ela é verdadeira e confiável em todas as questões a que é endereçada. (Ver Papeis de Postura n° IX “Exatidão Bíblica”).

Sl 119:9, 89, 105; Mt 24:35; 1Ts 2:13; 2 Tm 3:16; Hb 4:12; 1Pd 1:25; 2 Pe 1:21;

3. Homem

a. A sua Criação. Nós acreditamos que o homem foi criado por uma ação imediata de Deus e não por um processo de evolução. Ele foi criado à imagem e semelhança de Deus, possuindo personalidade e santidade; em seu estado original o homem gozava de um doce relacionamento com Deus, e o homem foi criado com o propósito de glorificar a Deus e para que se alegrasse Nele eternamente. O homem sendo criado à semelhança de Deus tem personalidade autoconsciente capaz de fazer escolhas livres e racionais.

Gn 1:27; Ef 1:5-6

b. A sua queda. Nós acreditamos que nossos primeiros ancestrais não permaneceram na disposição feliz da sua criação original, mas, tendo sido iludidos através da sutileza do Diabo, voluntariamente desobedeceram à ordem divina, e assim foram separados de Deus e lhes foi implicada, e a toda sua descendência a sentença de morte, tanto física quanto espiritual. Até a terra foi amaldiçoada pelo pecado do homem. Em consequência dessa ação de desobediência, toda a raça humana tem se tornado tão corrupta que todo o coração tem a disposição maligna por natureza a qual eventualmente leva o homem a atos responsáveis de pecados e justa condenação. Também através da queda de Adão, o homem também se tornou completamente arruinado, tanto que não tem nem vontade nem poder para se voltar para Deus e se for por ele mesmo iria permanecer em pecado para sempre.

Gn 3:13, 16-17; Is 64:6; Rm 7:7; 1 Jo 1:8

c. A sua Redenção. Nós acreditamos que Deus proveu redenção para todos os homens por intermédio do trabalho mediador de Cristo, o qual ofereceu-se a Si mesmo no Calvário como um sacrifício perfeito pelo pecado, a medida exata de sofrimento para o injusto, levando a maldição do pecado e experimentando a morte por todos os homens.

Jo 10:17-18; At 4:12; 1Tm 1:15, 2:5-6; Tt 2:11-12; Hb 2:9; 1 Pe 3:18

4. Salvação

Nós acreditamos que todos os homens são pecadores e culpados diante de Deus e estão mortos em transgressão e pecados; e por isso são incapazes de salvar a si próprio, e Deus no Seu eterno amor, deu seu filho, o Senhor Jesus Cristo, para se tornar o Salvador do homem.

Mt 1:21; Jo 3:14-17, 6:44; Rm 3:10-12, 19, 20, 23; Ef 2:1-3, 8-9

a. Arrependimento. Nós acreditamos que o genuíno arrependimento é uma atitude e uma ação necessária da parte do homem para que Deus que é santo e justo possa perdoar o pecado do homem. E essa atitude envolve reconhecer que existe o pecado, mudança na maneira de pensar, e um incomparável pesar pelo pecado cometido; uma reverência adequada à santidade de Deus; e se render completamente a Deus. Como ação, significa confessar e esquecer o pecado cometido. O arrependimento é a resposta apropriada à graça concedida. E como fruto do arrependimento, significa estarmos o mais longe possível, do pecado que foi cometido, então assim a restituição acontecerá.

Sl 51:3-4; Pv 28:13; IS 6:1-5, 55:6-7; Mt 3:2 e 8, 4:17; Lc 13:3, 15:18, 18:13, 19:8; Jo 16:8-11; At 11:18; Rm 2:4, 10:9-10; 2 Co 7:9-10; 2 Tm 2:25

b. Fé. Nós acreditamos que fé deve acompanhar o arrependimento, e é um ato da vontade humana abraçar as promessas de Deus e apropriar-se delas pessoalmente de acordo com as provisões da graça de Deus. É descansar completamente no mérito do sacrifício de Cristo como única esperança de salvação. Fé deve ser ativa por toda a vida do crente e deve ser manifestada em obediência e boas obras.

At 13:38-39, 16:31; Rm 4:3, 5:1; Ef 2:8-10; Hb 11:6; Tg 2:17

c. Justificação e Regeneração. Nós acreditamos que quando os requisitos de arrependimento e fé são alcançados, Deus justifica e regenera o pecador. *Justificação* é ato judicial de absolvição da culpa e da punição, e restauração pelo favor divino. Justificação tem haver com a mudança de caráter do pecador perante Deus. *Regeneração* tem haver com a mudança da natureza do pecador através da revelação divina. Regeneração é uma ação espiritual, um novo nascimento. Essa experiência é testemunhada pelo Espírito Santo dentro de você, o qual produz no coração o desejo de fazer a vontade de Deus.

Jo 3:3 e 5, 5:24; At 22:10; Rm 5:1 e 9, 4:4-5, 8:16 e 33; 2 Co 5:17; Ef 2:1; 2 Pe

c. Santificação e o Preenchimento do Espírito Santo. Nós acreditamos que santificação é o trabalho de Deus fazendo com que o homem se torne santo. Essa é a vontade de Deus. Isso é fornecido e experimentado através da fé pela operação do Espírito Santo através da Palavra e do sangue. Enquanto o trabalho divino de fazer o homem santo começa no arrependimento e regeneração, ainda por uma experiência subsequente, o crente precisa morrer para ele mesmo para ser purificado no coração, e para ser cheio do Espírito Santo, então ele pode ser totalmente separado a Deus para servi-Lo em santidade e justiça. Depois dessa experiência, o crente será aperfeiçoado na santidade, no temor a Deus e crescerá em graça e em conhecimento do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Sl 4:3; Jo 17:17; At 1:8-9; Rm 6:19 e 22, 12:1-2; 2 Co 7:1; Gl 2:20, 6:14 Ef 5:26; Cl 3:3; 1 T. 4:3, 5:23; 2 Tl 2:13; Hb 12:14; 1 Pe 1:2 e 15-16; 2 Pe 3:18; 1 Jo 5:6

d. Ressurreição e Glorificação. Nós acreditamos na ressurreição corporal de Cristo, e que, porque Ele vive nós também viveremos. As escrituras ensinam que no retorno do Senhor, os corpos mortos em justiça vão ser ressuscitados e os crentes vivos juntamente com eles serão arrebatados para se encontrarem com o Senhor nos ares e serão transformados para que os dois tenham literalmente corpos espiritualmente imortais como o próprio glorioso corpo de Cristo. Nossa glorificação é o ato final de Deus na nossa salvação e será completo quando virmos a Ele como Ele é.

1 Co 15:3-8 e 19-23; Fl 3:20-21; 1 Tl4:14-17; 1 Jo 3:2

5. A Igreja

a. Nós acreditamos que a igreja invisível e universal é um organismo composto de todos os crentes no Senhor Jesus Cristo o qual foram chamados do mundo, separados do pecado, e essencialmente unidos pela fé em Cristo, que é a Cabeça e o soberano Senhor.

1 Co 12:12-27; Ef 1:22-23, 4:15-16; Cl 1:18; Hb 12:23

b. Nós acreditamos que uma igreja visível e local é uma organização corporal de crentes em Cristo, que são unidos voluntariamente e que se encontram regularmente para o ensino da Palavra, comunhão dos santos; obedecendo aos rituais cristãos, administrando a disciplina, orando constantemente, e participando de evangelismo e adoração pública.

Mt 18:15-17; At 2:42, 46,47 e 20:7; 1 Co 5:1-4, 16:2

c. Nós acreditamos que as marcas características dos membros de uma igreja verdadeira são fé em Jesus como o filho de Deus, amor por Deus e para aqueles da mesma fé, obediência aos mandamentos de Deus, e vitória sobre o mundo.

Jo 13:35; 1 Jo 3:14, 4:2, 5:1-5

d. Nós acreditamos que as tarefas principais da igreja consiste em glorificar a Deus e exaltar o Senhor Jesus Cristo o qual se constituiu na mais santa fé, e pregando o evangelho em todo o mundo como uma testemunha para os homens.

Mt 28:18-20; At 1:8, 20:32; Ef 1:5-6, 3:21, 4:11-16, 1 Pe 4:11; Jd 20-21

6. Os Últimos Acontecimentos

a. O Retorno de Cristo. Nós acreditamos que a Segunda vinda de Cristo é a esperança da igreja e será pessoal, corporal, visível, antes do milênio e redimível. É uma fonte de encorajamento e consolo, razão para purificação e santidade, e é a inspiração para ser ativo e servir. Cristo vai primeiro descer entre as nuvens, onde Sua igreja, a noiva, vai ser arrebatada para se encontrar com Ele. Depois dos julgamentos da tribulação, o qual vai ser derramado sobre a Terra, Ele vai retornar com Sua igreja para julgar as nações e estabelecer Seu reino no qual Ele vai reinar sobre a terra por mil anos.

Dn 7:13-14; Mt 24:21; Mc 13:34-37; Lc 1:32-33, 21:34-36; Jo 14:1-3; At 1:11; Rm 8:16-19, 23,24; 1 Tl 3:12-13, 4:16-18, 5:11; 2 T. 1:3-10; 1 Tm 6:12-14; Tt 2:12-13; Tg 5:7-8; 1 Jo 2:28, 3:3; Jd 14; Ap 3:10, 5:9-10, 19:7-8 e 14, 20: 4-6

b. O Milênio. Nós acreditamos que o milênio ou os mil anos do reino de Cristo sobre a Terra vai ser introduzido pelo Seu retorno juntamente com os santos. Durante esse período o Diabo será confinado e as maldições vão ser banidas, tais como guerra, pobreza e injustiça irão desaparecer da terra e Cristo vai reinar em justiça.

Sl 46:8-9, Sl 72-8, 10-11, 17; Is 2:1-4, 11:6-9; Ap 20:1-6

c. O Julgamento. Nós acreditamos que o crente foi julgado como um pecador na cruz de Cristo e passou da morte pra vida. Como uma criança na família de Deus, ele tem sido julgado e castigado durante a sua vida, e como servo, será julgado por seu trabalho, e recompensado no julgamento quando Cristo vier. Quando Cristo voltar e estabelecer o seu reino, as nações da terra serão julgadas e

Seu povo, Israel restaurado. O mau e o perverso irão se apresentar diante do trono branco de Deus para ser julgado logo apos o milênio , e sofrerá no lago de fogo junto com o Diabo e seus anjos.

Sl 96:13; Ec 12:14; Dn 7:10; Jl. 3:1-2; Zc 14:1-3; Mt 25:31-46; Jo 5:24; Rm 6:8, 7:4, 14:10; 1 Co 3:8-15, 4:2-5, 11:32; 2 Co 5-10; 2 Tm 4:8; Hb 9:27, 12:5-8; 1 Pe 4:7; Ap 20 :10-15

d. A Condição Eterna. Nós acreditamos que existem dois destinos eternos para o homem, o céu e o inferno, um para o justo e penitente e o outro para o injusto e impenitente. Depois do grande julgamento diante do trono branco, e depois que todos os inimigos de Deus forem consignados para o lugar de castigo eterno, a presente ordem será desfeita e um novo céu e uma nova terra serão criados, e uma casa da justiça como um estado final no qual a justo habitará para sempre.

Sl 9:17; Is 65:17, 66:22; 2 Pe 3:13; Ap 21:7, 22:7

B. ARTIGOS DE PRÁTICAS

1. Ordenanças

As ordenanças cristãs são duas, o batismo e a ceia do Senhor. Eles são ritos externos apontados por Cristo para serem administrados em cada igreja local, não como meio de salvação, mas como sinais visíveis e como selo da sua realidade.

a. Batismo. Nós acreditamos que o batismo pela água é o símbolo da união de uma pessoa pela fé na morte de Cristo, enterrado e ressurreto, e consiste na confissão pública dessa verdade espiritual para o mundo e é a resposta de uma boa consciência perante Deus. Batismo deve ser por isso administrado por imersão para aqueles que nasceram de novo pela fé no Senhor Jesus Cristo que dão evidência de uma salvação genuína.

Mt 28:19; At 2:38-41, 8:36-39; Rm 6:3-5; Cl 2:12; 1 Pe 3:21; comparar Marcos 16:16

b. A Ceia do Senhor. Nós acreditamos que a Ceia do Senhor foi instituída por Cristo na noite em que foi traído. Nós acreditamos que é um memorial da morte de Cristo, um centro de comunhão e relacionamento, um testemunho de fé que salva, e um selo visível da aliança redentora de Cristo. Isso é para ser executado somente pelos filhos de Deus e consiste em partilhar dos emblemas consagrados do pão e do fruto da vide, o qual simboliza a morte de Cristo para a remissão dos nossos pecados e a nossa contínua dependência Dele sendo o alimento para o nosso sustento até que Ele venha. Enquanto a Ceia do Senhor é aberto para todos os verdadeiros crentes sendo indepedente de denominação, cada um é fortemente exortado a “examinar a si mesmo antes de comer do pão e beber do vinho”.

Mt 26:26-30; Lc 22:15-20; 1 Co 10:16, 11:23-24

2. Cura Divina

No trabalho redentor de Cristo, foi feita provisão para a cura física do homem. Esse benefício pode ser percebido pelos filhos de Deus tendo como base as condições expressas na Palavra de Deus.

Gn 3:16-19; Jó 2:7; Is 53:4-5; Mt 8:16-17; Mc 6:13; At 10:38; Tg 5:13-16;
1 Pe 2:24; compare Marcos 16:17-18

3. O Dia do Senhor

O Dia do Senhor é de origem divina. O Sabat Judeu era obrigatório sobre aqueles que viviam sobre a economia judaica. A profanação desse dia, invocava a ira e julgamento de Deus. Nos tempos atuais o primeiro dia da semana foi separado como o Dia do Senhor para descanso e adoração. Essa observância é recomendada aos seguidores do Senhor Jesus em comemoração á Sua gloriosa

ressurreição. O primeiro dia da semana tem sido guardado como o Dia do Senhor pela igreja dos tempos apóstolicos. É imperativo que guardemos com grande cuidado e temor o Dia do Senhor.

Jo 20:1, 19; At 20:7; 1 Co 16:2; compare Gênesis 2:1-3; Ex 20:8-11; Nm 15:32-36

4. Administração Cristã

a. É inquestionável nas Escrituras que, a Deus tudo pertence e Ele a tudo criou. Uma vez que nós fomos salvos pela graça e a morte de Cristo provendo nosso resgate, todo o nosso ser, corpo, alma e espírito deveria ser livremente entregue a Deus, o qual é nosso trabalho fazê-lo.

b. Não somente Deus reivindica o nosso amor e devoção, mas Ele nos coloca encarregados do nosso próprio tempo, talento e bens temporários. Uma vez que ofertar é a nossa maneira de manter a obra do Senhor, e a escritura nos diz que devemos fazê-lo e este ato de adoração será recebido e comemorado pelo nosso Senhor; e desde que dizimar antecede a Lei Mosaica o qual foi confirmado pela Lei e aprovado pelo nosso Senhor Jesus Cristo, e desde que o Novo Testamento indica claramente que a nossa oferta tem que ser proporcional, então os crentes são encorajados a adotar o sistema de dizimar a sua renda como uma pequena expressão do seu compromisso. A nossa conduta no que diz respeito a coisas materiais tem que ser motivado pelo espírito, tendo como exemplo o Senhor que se deu livremente por nós.

Gn 14:20, 28:22; Ml 3:8, 10; Mt 23:23; At 4:32; 1 Co 16:2; 1 Co 8:9, 9:6-7

5. Dedicção de crianças

Nós acreditamos que as Escrituras ensinam o interesse divino no bem estar da criança e o seu compromisso com Deus. Por isso, nós encorajamos a dedicção formal da criança em um culto público da igreja.

1 Sm 1:24-28; Mt 19:13-15

6. Casamento e o Lar

a. Casamento é uma instituição sagrada ordenada por Deus e é uma união indissolúvel do marido (nascido homem) e da mulher (nascida mulher) até que sejam separados pela morte. Casamento é a fundação da família e do lar Cristão, e deverá somente ser contraído perante o temor e vontade do Senhor. Assim um crente não deve se unir em matrimônio com uma mulher incrédula.

Gn 2:24; Dt 7:3; Mt 19:4-6; 1 Co 7:7, 39; 2 Co 6:9, 10

b. Ministros e pais têm a obrigação de ensinar a santidade do casamento e de adverter contra a união de crentes com não crentes. É pedido aos Ministros que não oficialize um casamento entre um crente e um não crente.

c. Ministros são proibidos de encorajar, abençoar ou oficializar casamentos ou união entre pessoas do mesmo sexo.

Gn. 2:24; Lv. 18:22; Mt. 19:4, 5; Rm. 1:26,27; 1 Co. 6:9,10

d. O lar é uma instituição divinamente ordenada na qual o marido é o cabeça da família mas serve aos seus membros pela mesma lei do amor. Tem que haver obediência filial e tem que ser num espírito de amor e respeito mútuo. O lar é a instituição mais importante para nutrir nas crianças a fé, e grande cuidado deve ser exercido pelos pastores e pais em construir lares que são consistentes e genuinamente Cristãos.

Dt 6:4-9; Sl 78:4-6 ; Ef 5:22 e 25, 6:1-4; Cl. 3:18-21

7. Divórcio

Divórcio é visto nas Escrituras como algo contrário à vontade de Deus. Os cristãos devem buscar paciência e perdão para perseverar no matrimônio.

Gn 2:24; Ml 2:15-16; Mt 5:31-32, 19:3-12; Mc 10:11-12; 1 Co 7:10-16

a. Pessoas divorciadas ou que se casaram novamente, e mostram evidência genuína de serem nascidas de novo, são elegíveis para se tornarem membros da igreja.

b. Divórcio entre membros da igreja é uma ocasião de grande tragédia. Tal conduta traz o ensinamento e a realidade de uma reconciliação Cristã, na qual a repreensão é necessária e o conjuge causador da ofensa tem que ser disciplinado. A diretoria da igreja deverá direcionar diáconos ou a uma comissão especial para aconselhar o casal e recomendar ação disciplinar adequada, levando em consideração os aspectos do Artigo XIII.C.3. Deve se ter o cuidado para que a ação tomada seja remissiva para as partes envolvidas.

c. Ministros darão abster-se de realizarem cerimônias de casamento onde uma ou ambas as partes são divorciadas, exceto onde foi constatado adultério no casamento anterior de alguma das partes. Onde tais pessoas são reconhecidas por viverem vidas Cristãs genuínas, e onde se tem boa evidência de que os mesmos pretendem viver um verdadeiro casamento Cristão; neste caso os Ministros são autorizados a solenizar o casamento usando sua própria discricão.

d. Ver Artigo XII.E.2.d sobre qualificação de ministros.

8. Práticas e condutas

As Escrituras claramente comandam aos crentes a não andarem de acordo com o ponto de vista e estilo de vida do mundo do qual fazem parte, mas pelo contrário, têm a função de sal, para prevenir o alastramento da corrupção moral e como luz, dissipando a escuridão espiritual. Por isso é imperativo que os crentes coloquem padrões altos para sua vida pessoal e coletiva incluindo os seguintes:

a. Sua disposição e atitudes sendo caracterizadas como vindas de Deus e os frutos do Espírito os quais são amor, alegria, paz, paciência, bondade, benignidade, fidelidade, cordialidade, e domínio próprio.

b. Seus relacionamentos sociais sendo testemunhas de Cristo, toda sua conduta deve refletir os ideais espirituais do Cristianismo e não do mundo; eles não deverão casar-se com incrédulos, não participarem de sociedade com juramento, sociedades secretas e e não fazerem concessão dos princípios Cristãos em qualquer tipo de união; e

c. Seu corpo será tratado como templo do Espírito Santo assim se tornando inconsistente com o testemunho Cristão e princípios de saúde, ferir sua influência e seu corpo com o uso de tabaco, bebidas intoxicantes, narcóticos e outros produtos prejudiciais.

Is 5:22; 1 Co 6:12, 19-20; 2 Co 6:14- 7:1; Gl 5:18-26; 1 Tm 2:9-10; 1 Pe 3:2-4

9. Atitude em Relação ao Governo Civil

Nós acreditamos que o governo civil é ordenado por Deus para o bem-estar da sociedade para promover e proteger o bem e conter e punir o mal. Por isso, consideramos como dever do Cristão orar pelos governantes e por aqueles que são autoridade sobre nós e servi-los com lealdade, respeito e obediência. Cristãos são também encorajados a terem um interesse ativo no governo em todos os níveis. E onde as exigências das leis civis forem contra as supremas leis e a vontade de Deus, os Cristãos têm que obedecer a Deus e não aos homens.

Dn 4:17; Mt 22:17-21; At 4:19; Rm 13:1-4; Tm 2:1-4; Tt 3:1; 1 P. 2:13-14

10. Atitude em Relação a Guerras e Serviços Militares

- a. Nós acreditamos que as escrituras ensinam que o crente deve amar seus inimigos, fazer o bem para com aqueles que nos fazem o mau, e na medida do possível viver pacificamente com todos os homens. Por isso, nós concluímos que não é uma atitude Cristã promover lutas entre nações, classes, grupos ou indivíduos.
- b. Nós reconhecemos que Cristãos sinceros vêm de forma diferente o ensinamento da Palavra de Deus com referência a suas responsabilidades como um cidadão Cristão para com o seu governo humano, seja em tempos de Guerra ou em tempos de Paz. Nós por isso, exercemos a tolerância e entendemos e respeitamos a consciência individual de cada um com relação à participação em uma Guerra.
- c. Além disso insistimos na responsabilidade de buscar nas Escrituras com o coração e mente aberta, para que sua posição seja de convicção Cristã e não de conveniência.
- d. Pastores são aconselhados a instruir sua igreja e particularmente sua juventude sobre o ensinamento das Escrituras com respeito a guerra e seus males, e procurar trazer orientação na Palavra com relação àqueles chamados para servir seu país.

Mt 5:43-44; Rm 12:18 e 20-21, 13:1-14

11. Juramento

Nós acreditamos que a vida Cristã deverá ser tão transparente em honestidade e integridade que sua palavra pode ser completamente confiável sem a necessidade de juramento formal. Um juramento judicial pode ser feito sem, contudo violar as Escrituras; entretanto só uma afirmação é encorajada.

Ex 20:7; Mt 5:33-35; Tg 5:12; compare Rm 1:9, 9:1-2; Hb 6:13-18

ARTIGO V – COLÉGIO ELEITORAL

Essa organização é uma denominação religiosa composta por todas as igrejas participantes, conferências distritais e todas as agências, instituições ou afiliações. Enquanto a denominação opera como agências de missões em lugares estrangeiros e reconhece a universalidade do corpo de Cristo, ainda assim é comprometida com a prática de estabelecer igrejas indígenas. Assim, nessas áreas reconhecidas como campo de missões, é esperado que igrejas autônomas se desenvolvam inteiramente, as quais serão fraternalmente ligadas com a denominação responsável.

ARTIGO VI – CONFERÊNCIA GERAL

A Conferência Geral é o corpo representativo da denominação e que trabalha em conjunto para alcançar seus objetivos no qual tem o mais elevado poder de supervisão, bem como poder legislativo, judiciário e o de criar novas diretrizes.

A. Reunião

A Conferência Geral se reunirá de dois em dois anos no horário e lugar que a conferência ou a Diretoria Geral determinar.

B. Conferência Especial

Uma Conferência Geral Especial pode acontecer por decisão da Diretoria Geral ou através da petição de três ou mais conferências distritais em horário e lugar determinado pela Diretoria Geral, e um aviso prévio de sessenta dias será dado. A Conferência Geral Especial será composta pelos membros da prévia Conferência Geral.

C. Participantes

1. A Conferência Geral será composta de membros da Diretoria Geral; todos os administradores denominacionais de tempo integral; administradores de tempo integral dos distritos; todos os ministros ordenados e licenciados; todos os missionários licenciados; diretora do Ministério Feminino; diretor executivo da Missionary Church Investment Foundation; e delegados leigos de cada igreja de acordo com a seguinte fórmula:

Até 200 membros – um delegado
201 – 400 membros - dois delegados
401 – 600 membros – três delegados, etc

2. Membros designados dos comitês, delegados fraternais, visitantes e consultores, podem estar presentes na conferência, porém com participação limitadas.

3. Representantes de igrejas em outros países, se estiverem presentes, serão considerados como delegação fraternal.

D. Votação

A votação será feita pelos membros da conferência que estiverem presentes na reunião na qual está acontecendo a votação. Voto ausente ou por procuração não é permitido

E. Deveres da Conferência Geral

1. É responsabilidade da Conferência Geral, certificar o roteiro da conferência; organizar e determinar suas regras e procedimentos.

2. É responsabilidade da Conferência Geral eleger os oficiais da denominação; de eleger membros da diretoria denominacional cuja eleição não é provida por essa Constituição; de eleger os responsáveis dos departamentos auxiliaries e quaisquer outros oficiais ou comitês no qual a eleição não é provida. A conferência Geral tem o poder de revogar seus oficiais eleitos ou apontados. Quando uma vaga se fizer disponível no escritório do Presidente, Vice-presidente, ou Secretário, enquanto a Conferência Geral estiver em sessão, estas vagas serão preenchidas por eleição na Conferência Geral.

3. É responsabilidade da Conferência Geral receber e aprovar relatórios dos escritórios gerais com respeito às atividades da denominação; receber e aprovar relatórios dos escritórios responsáveis das conferências distritais, dos administradores denominacionais e das agências auxiliaries; estabelecer conferências distritais e estabelecer áreas físicas de atuação das mesmas, autorizar a criação de novos departamentos, instituições e agências; aprovar regulamentos que possam vir a afetar qualquer parte a denominação; considerar recomendações da diretoria geral, diretores executivos ou conferências distritais; servir como juiz final na interpretação dessa Constituição e na resolução final de situações de grande porte as quais não foram satisfatoriamente resolvidas nos níveis inferiores; e fazer tramitar toda pendência ainda não resolvida.

4. Nomeação do Comitê

Procedendo de qualquer Conferência Geral regular, cada conferência distrital ou diretoria distrital, elegerá um representante para o comitê de nomeação e relatará tal eleição a Conferência Geral, cinco pessoas deverão ser eleitas por nomes. As cinco pessoas deverão servir no comitê de nomeação da Conferência Geral para o próximo mandato. O Presidente deverá marcar a primeira reunião pelo menos um ano antes de uma eleição na Conferência Geral. O comitê elegerá seu próprio representante e o secretário nessa primeira reunião.

5. Será prerrogativa da Conferência Geral fazer emendas nesta Constituição de acordo com as provisões feitas para esse fim, e adotar regulamentos necessários.

ARTIGO VII – AUTORIDADES

A. Autoridades Gerais

Os administradores gerais deverão ser o presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, o qual deverá servir em um mandato de quatro anos. Os assistentes dos secretários e tesoureiros deverão ser nomeados pela Diretoria Geral no qual os seus deveres poderão ser delegados pela diretoria. Eles serão considerados como assistentes administrativos e não como representantes denominacionais.

Os termos do presidente e do tesoureiro (nomeados) deverão sobrepor os termos do vice- presidente e do secretário.

No caso de um dos administradores acima permanecer no cargo por mais de dois termos consecutivos de quatro anos cada, para assumir novamente o poder, o beneficiário (candidato) necessitará de 2/3 da maioria dos votos para ser reeleito, o mesmo ocorre com os beneficiários que tenham sido nomeados pela diretoria geral, estes também necessitam de 2/3 dos votos para ser ratificada a nomeação.

B. Presidente

O presidente será um homem eleito pela Conferência Geral e deverá supervisionar todo o trabalho da denominação, mantendo os objetivos, doutrinas e práticas da Constituição. Ele buscará coordenar o trabalho de todas as divisões e agências com uma visão de relacionamento harmônico entre as mesmas. Ele terá a liberdade de oferecer conselhos aos oficiais denominacionais, superintendentes distritais, chefes de departamentos, e chefes de instituições. O presidente deverá presidir a Conferência Geral e deverá participar de todas as conferências distritais na medida do possível. Ele deverá ser membro oficial de todas as conferências distritais, das diretorias gerais e comitês. É de sua responsabilidade submeter um relatório compreensivo do trabalho da denominação para a Conferência Geral e oferecer as recomendações que achar por necessárias.

C. Vice- Presidente

O vice-presidente será um homem eleito pela Conferência Geral e executará as funções a ele delegadas pelo presidente. No caso de morte, resignação ou remoção do presidente, o vice-presidente se tornará o presidente até a próxima Conferência Geral.

D. Secretário

O secretário será eleito pela Conferência Geral e deverá ser o agente responsável em manter o registro e ser o correspondente entre as questões denominacionais não esclarecidas pelos diretores executivos ou pelos departamentos; o secretário dará notas do lugar e horário da Conferência Geral no jornal oficial da denominação ou através de outro meio que achar viável, notificará os membros da Diretoria Geral do lugar e horário das reuniões; manterá um registro permanente dos procedimentos da Conferência Geral e da Diretoria Geral; notificará e informará a todos de direito sobre as ações da Conferência Geral e da Diretoria

Geral a menos que de outra forma já tenha sido provido; preparará para impressão coisas tais como notas, anúncios, minutas, etc., como sejam recomendados para publicação pela Conferência Geral ou pela Diretoria Geral; emitirá certificados de credenciais para ministros recém ordenados ou ministros licenciados e missionários que tenham sido certificados pela conferência distrital; manterá um registro permanente de todos os ministros e missionários licenciados e ordenados da denominação; e exercerá outras funções quando se fizer necessário.

E. Tesoureiro

O tesoureiro será um representante da denominação, designado pela Gerência Geral com um mandato de quatro anos. Essa pessoa supervisionará as transações financeiras gerais da denominação e será o guardião do patrimônio da denominação. O tesoureiro assistirá na preparação do orçamento anual e no planejamento de gastos e supervisionará os recursos emprestados e as aplicações financeiras. O tesoureiro servirá como pessoa de contato com auditores externos; relatando informações financeiras ao contador, presidente, Gerência Geral; e submeterá relatório pós-auditoria para a Conferência Geral.

ARTIGO VIII – DIRETORIA GERAL

A. Membros

A Diretoria será formada dos diretores executivos, superintendentes distritais, representantes dos distritos eleitos pelas respectivas conferências distritais, do presidente da Universidade Bethel (Bethel College). (Somente membros afiliados de uma congregação da Missionary Church são qualificados para serem apontados como membros na diretoria denominacional e dos comitês.) Os diretores das divisões serão membros consultivos da diretoria.

Todos os distritos serão representados pelos seus superintendentes e um representante leigo. O distrito terá direito a um representante eleito adicional por cada 2.000 membros ou uma fração acima de 2.999. O primeiro representante eleito adicional deverá ser o pastor. Os outros representantes deverão ser homens leigos e pastores alternadamente. Representantes pastorais deverão ser pastores ordenados e que tenham um ministério ativo em seu distrito.

(Ex.: acima de 2.999- o superintendente do distrito e um representante leigo; 3.000 - 4.999 – o superintendente do distrito, um representante leigo e um representante pastoral).

B. Reuniões da Diretoria Geral

A diretoria se reunirá pelo menos uma vez por ano. Reuniões especiais podem ser concluídas pelo presidente ou a pedido de cinco membros da diretoria.

C. Deveres da Diretoria Geral

1. Os membros da Diretoria Geral serão procuradores da denominação. A diretoria é autorizada a receber e manter sob custódia o dinheiro, doações e legados; adquirir empréstimo; comprar, vender, melhorar, transferir ou trocar imóveis ou outra propriedade tais como ações, hipotecas, obrigações; emitir anuidades; servir como curador de propriedades e doações em conformidade com as leis dos diferentes estados. Qualquer um dos dois oficiais denominacionais será autorizado a assinar documentos apropriados e negociar empréstimos.

2. A Diretoria Geral integrará e coordenará o trabalho de vários departamentos da denominação; servirá como diretoria executiva de denominação de forma interina se necessário, caso venha surgir situações entre as sessões da Conferência Geral; designará o tesoureiro denominacional; preencherá vagas de representantes eleitos exceto se isso já tenha sido feito; servirá como gerente financeiro para atividades denominacionais, com autoridade orçamentária para atribuir fundos denominacionais em simetria com as apólices da Conferência Geral; fará os planos para a Conferência Geral e designará os

comitês necessários; autorizarã a incorporação de distritos ou a organização de missões distritais; e designará os superintendentes dos distritos em missões distritais onde não existe tal organização. É dever da Diretoria Geral agir com relação às igrejas afiliadas do acordo com as provisões do Artigo V.

3. Pequenos detalhes de negócios da Conferência Geral deverão ser conduzidos por correio. Qualquer questão submetida pelo presidente ou secretário, aos membros da diretoria, deverão quando aprovados pela maioria da diretoria e relatados pelo secretário na ata, ser um ato legalmente aprovado da direção.

4. Em caso de conduta indigna ou delito enquanto no poder por parte de qualquer oficial eleito pela conferência Geral, a Diretoria Geral tem autoridade de fazer uma investigação judiciousa do caso e tomar as medidas necessárrias.

5. A Diretoria Geral é o juiz final em todas as apelações, relativas ao processo referido.

D. Comitê Executivo

Os representantes gerais e três outras pessoas entre os membros dos mesmos deverão ser designados a cada dois anos pela Diretoria Geral, para fazerem parte de um Comitê Executivo no qual a Diretoria Geral delegará autoridade e negócios inacabados. Em caso de surgimento de vaga durante um mandato, o preenchimento da mesma deverá ser designado na próxima reunião da Diretoria Geral. O mesmo terá autoridade para fazer transações de negócios de emergência e questões que não são consideradas causa suficiente para conclamar uma reunião da diretoria. Tais transações deverão ser relatadas imediatamente para os outros membros da Diretoria Geral, através do envio de uma cópia da ata da sessão. Os atos, exceto aqueles relacionados com o processo devido, estarão subjetivos a aprovação da Diretoria Geral na sessão seguinte.

ARTIGO IX – DIRETORES DENOMINACIONAIS

Todos os Diretores Denominacionais serão designados pela Diretoria Geral dentro das recomendações do presidente. Cada diretor responderá diretamente ao presidente. A Diretoria Geral aprovará o número de diretores e o trabalho específico para cada diretor.

A Diretoria Geral poderá, a menos que de outra forma provido nessa Constituição, designar comitês e aprovar diretrizes e regulamentos que conduzam os ministerios dos vários departamentos.

ARTIGO X – FACULDADE BETEL (BETHEL COLLEGE)

- A. A Faculdade Bethel (Bethel College) é uma faculdade da Missionary Church, Inc.
- B. A Diretoria de Curadores da Faculdade Bethel (Bethel College) deverá ter propriedade infinita e posse legal de todas as obrigações (dividas) adquiridas. Entretanto no evento de dissolução da Faculdade o capital ativo líquido ou obrigações (dividas) serão responsabilidade da Missionary Church, Inc.
- C. Pelo menos metade dos membros da Diretoria de Curadores da Faculdade Bethel (Bethel College) deverão ser membros ativos da Missionary Church. Adicionalmente o presidente da Missionay Church, Inc. deverá ser membro ex officio da diretoria da faculdade. Todos os indicados para servirem na Diretoria de Curadores da faculdade Bethel (Bethel College), deverão afirmar antes de cada termo a declaração doutrinal da faculdade o qual deverão conciliar com Artigos de Fé da Missionary Church, Inc. A Diretoria Geral ou a Conferência Geral da Missionary Church, Inc pode com dois terços dos votos, votar em qualquer reunião, a remoção de qualquer curador da Faculdade Bethel (Bethel College).

- D. O presidente da Faculdade Betel (Bethel College) deverá ser um membro ativo da Missionary Church. Sua eleição e confirmação periódica deverão ser ratificadas pela Diretoria Geral da Missionary Church, Inc. Ele deverá relatar anualmente, ou sempre que requisitado, a Diretoria Geral ou a cada Conferência Geral um completo relatório operacional.

ARTIGO XI - ORGANIZAÇÕES AUXILIARES

A. Ministério Feminino

1. É função do Ministério Feminino amparar as atividades de missionários locais e além-mar da denominação; ajudar na organização e na realização distrital, regional, e local de ministérios para edificação espiritual, promovendo trabalhos de comum acordo; direcionar os esforços da organização em harmonia com as regras da denominação correlacionando os mesmos com seus respectivos departamentos.
2. Um consílio consistindo do diretor do Ministério Feminino denominacional e dos diretores do Ministério Feminino distrital, deverão coordenar as direções gerais para as atividades da organização. Servirão como corpo consultivo encarregado de elaborar apólices básicas que estarão subjetivas a aprovação da Diretoria Geral. O consílio efetuará a sua própria organização podendo criar regulamentos que o governem, porém estando sujeito à aprovação do conselho geral.
3. O Diretor do Ministério Feminino deverá ser designado pelo Diretor do Ministério dos Estados Unidos sobre as recomendações do Consílio do Ministério Feminino. Esse mandato terá a duração dois anos.
4. Um relatório do Consílio do Ministério Feminino será fornecido em cada Conferência Geral.

B. Ministério Masculino Internacional

1. Em cumprimento a Grande Missão (Mateus 28:18-20), o propósito do Ministério Masculino Internacional deverá ser o de estabelecer em cada Missionary Church um ministério comprometido em ganhar, construir e equipar homens para Jesus Cristo; e de dar suporte ativo ao trabalho local e no estrangeiro da denominação juntamente com os objetivos e as políticas da denominação, correlacionando os mesmos com seus respectivos departamentos e divisões.
2. O diretor denominacional do Ministério dos Estados Unidos ou a pessoa por ele designada servirá como elo de ligação entre as organizações dos distritos.
3. Um relatório do Ministério Masculino Internacional será fornecido em cada Conferência Geral.

C. Fundação de Investimentos da Missionary Church

1. A fundação de investimentos da Missionary Church é uma incorporação subsidiária da Missionary Church, Inc., para manter as suas atividades, seu ministério e organização:
 - a. Para criar e administrar um fundo com o propósito de financiar a compra ou a construção de prédios de igrejas, equipamentos, residências pastorais e financiar outros projetos dentro da Missionary Church, Inc., incluindo mas não se limitado a escolas, centro de conferências, prédios administrativos, asilos para idosos, ministros aposentados, missionários e seus conjugês.
 - b. Para receber e manter propriedades, dinheiro, doações e legados; receber e fazer empréstimos, adquirir, vender, reformar, alugar, transferir, hipotecar e trocar bens móveis e imóveis, propriedades pessoais incluindo, mas não se limitando a ações, investimentos e anuidades, distribuir e consentir em acordos anuais.
 - c. Para fazer empréstimos e emitir certificados para a promoção de todos os objetos supracitados, com termos e condições autorizadas pela Direção Executiva.

2. Os negócios da fundação serão administrados pelos Diretores Executivos. O número de membros da diretoria não deverá ser menos que 12 (doze) pessoas e não menos que 8 (oito), deverão ser designados pela Diretoria Geral sobre as recomendações dos Diretores Executivos da Fundação de Investimentos da Missionary Church (Missionary Investment Foundation Inc.). Dos membros designados, não mais que 5 (cinco) deverão ser Pastores. Os membros ex officio deverão ser o presidente, o tesoureiro, e um executivo em nível de diretoria da Missionary Church apontado pela Diretoria Geral e o diretor executivo da fundação.
3. O diretor executivo deverá ser recomendado pela direção da Fundação de Investimentos da Missionary Church e aprovado anualmente pela Diretoria Geral.
4. A Fundação apresentará um relatório anual a Diretoria Geral e um relatório a cada Conferência Geral da Missionary Church. O seu diretor executivo deverá ser um membro ex officio da Conferência Geral.
5. A Diretoria Geral pode pela a maioria dos votos a qualquer momento rescindir a participação de qualquer diretor da Fundação de Investimento da Missionary Church.

ARTIGO XII – CONFERÊNCIA DISTRITAL

A. JURISDIÇÃO

1. Cada distrito será governado por uma conferência distrital anual o qual funcionará de acordo com a sua autoridade delegada por essa Constituição e Conferência Geral.
2. Os distritos incluirão todas as igrejas e as instituições distritais dentro do território demarcado pela Conferência Geral.
3. Missões distritais poderão ser estabelecidas pela Conferência Geral nas áreas aonde uma organização regular seja inexistente, até que um certo número de igrejas e ministros seja garantido. Até que a organização é afetada, o superintendente do distrito será designado pela Diretoria Geral.

B. ORGANIZAÇÃO

1. Reunião. Cada conferência distrital se reunirá anualmente no tempo e local por ela decidido. A mesma será presidida pelo superintendente do distrito ou pessoa por ele designada.
2. Conferências Especias. Conferências distritais especiais poderam ser convocadas pela direção executiva do distrito.
3. Membros. A conferência distrital será composta de todos os ministros licenciados e ordenados que morem no distrito; todos os representantes da conferência; pelo menos um representante leigo de cada igreja organizada e quantos mais a própria organização determinar; bem como os membros dos comitês das respectivas conferências.
4. Voto. A votação será feita pelos membros da conferência que se fizerem presentes na reunião na qual está acontecendo a votação. Votos ausentes ou por procuração não serão permitidos.

C. FUNÇÕES

1. A Conferência Distrital elegerá ou ratificará seus próprios representantes e comitês incluindo superintendente distrital, vice-superintendente distrital, secretário, tesoureiro, direção executiva, curador (se tiver algum) e outros membros, bem como diretores e comitês que possam ser considerados necessários.

2. Recomendar a Diretoria Geral novas igrejas que desejam se afiliar a Missionary Church; o certificado de membresia a denominação será imitado pelas autoridades denominacionais adequadas. (ver Artigo. XIII. A. 1.).
3. Licenciar e ordenar ministros, em acordo com as provisões dessa Constituição; o secretário geral depois de certificar tal licenciatura ou ordenação emitirá as credenciais.
4. Conduzir conferências, acampamentos ou convenções nos distritos que possam implementer e promover os programas missionários locais e no estrangeiro por parte da denominação.
5. Receber os relatórios do superintendente distrital e de outras autoridades, pastores, obreiros, diretorias, e comitês; submete-los à Conferência Geral quando requeridos.
6. É prerrogativa da conferência distrital fazer recomendações á Conferência Geral.
7. Tem autoridade de criar regulamentos para o seu próprio governo de acordo com a Constituição e as resoluções da Conferência Geral.

D. REPRESENTANTES

1. Superintendente Distrital

a. O superintendente distrital será um homem eleito pela conferência distrital, entre os ministros ordenados da Missionary Church, para um mandato que não exceda quatro anos. No caso de uma necessecidade especial a diretoria executiva do distrito poderá requerer assitência da Diretoria Geral na implementação de uma liderança qualificada.

b. O superintendente distrital supervisionará todas as igrejas e obreiros dentro da sua jurisdição; organizará convenções ou conferências dentro do distrito; organizará reuniões nas igrejas de acordo com os interesses denominacionais; enfatizar os deveres das igrejas para com seus pastores; e sustentar essa Constituição. Em caso de necessidade, entre uma conferência e outra, tomar as medidas necessárias para emposar e transferir ministros. Submeter a Conferência Geral um relatório completo do trabalho do seu distrito, incluindo um resumo das estatísticas do termo da Conferência Geral.

c. O Superintendente distrital orientará os ministros em seu crescimento espiritual pessoal, e no desenvolvimento continuo de suas habilidades de liderança, bem como no racionamento com aqueles a quem servem e no seu ministério, desenvolvendo devotados seguidores de Cristo.

2. Vice-Superintendente Distrital

O vice-superintendente distrital será um homem que executará as tarefas que são designadas a ele pelo superintedente distrital. No caso da morte, renúncia, remoção do superintedente do distrito, o vice-superintendente distrital se tornará o superintendente até a próxima conferência distrital.

3. Secretário

O secretário registrará em ata e manterá um relatório da conferência distrital e executará também outras funções para o qual tenha sido indicado.

4. Tesoureiro

O tesoureiro receberá todo o dinheiro determinado pela conferência distrital e fará os pagamentos seguindo sempre as leis e diretrizes. O tesoureiro se encarregará de submeter os relatórios exigidos pela conferência.

5. A Direção Executiva

a. A direção executiva será composta pelo superintendente distrital, vice-superintendente distrital, secretário, tesoureiro, e qualquer outro diretor da conferência distrital que se fizer necessário, e dois ou mais membros eleitos adicionais. Pelo menos dois membros da diretoria serão leigos. A Diretoria Executiva é responsável por tramitar todos os negócios entre uma conferência e outra, bem como todas as questões de emergência podendo para tanto requisitar uma sessão especial da conferência distrital quando se fizer necessário. Todas as medidas tomadas estarão sujeitas à ratificação pela próxima conferência distrital.

b. Examinará os candidatos a credenciais ministeriais e recomendará a licença e ordenação de ministros. Emitirá anualmente ao secretário geral uma lista de todos os ministros ordenados e licenciados sob a jurisdição do distrito.

c. A menos que outra provisão seja tomada pela conferência distrital, a direção executiva será encarregada das relações pastorais. Terá como dever prestar assistência na seleção de pastores, levando em consideração a preferência das igrejas e pastores; resolver conflitos e problemas surgidos no processo de seleção de pastores, levando em consideração os interesses da igreja, pastores e da denominação. Cada distrito determinará o que constitui uma eleição pastoral e por qual termo servirá o pastor. Também está encarregada de tomar os passos necessários em cooperação com a direção da igreja na ocupação de vagas que possam ocorrer durante o ano.

6. Comissão de Curadores (Caso exista em separado da Direção Executiva)

A comissão de curadores da conferência distrital deverá ser composta do mínimo número legal de membros necessário. Guardará em confiança todas as propriedades da conferência distrital, terão autoridade de receber e guardar, dinheiro, doações, e legados; adquirir empréstimos; negociar, vender, fazer melhorias ou trocar bens imóveis ou outras propriedades como ações e títulos de valores e outros investimentos, servir como curadores de bens e doações em conformidade com as leis civis dos diferentes estados através da autoridade delegada pela conferência distrital.

E. Ministros

1. Definição

Ministros são homens e mulheres chamados por Deus para servirem à igreja como liderança oficial capacitada e normalmente possuidora de uma educação especial para determinado ministério; cargo no qual é certificado através de uma licenciatura ou ordenação e que recebem remuneração financeira pelos seus serviços. Entre eles pastores, evangelistas, educadores de escolas Cristãs, pastores de jovens, capelães ou pessoas diretamente envolvidas em treinamentos teológicos de pessoas para o ministério.

2. Qualificações

a. Ministros deverão possuir as seguintes qualificações bíblicas:

- (1) maturidade espiritual e caráter Cristão evidenciados pelos frutos do Espírito Santo como em Gálatas 5:22-23 e pelas qualidades requeridas para líderes Cristãos como em 1Timóteo 3:1-7 e Tito 1:5-9;
- (2) dons de liderança confirmado pelas igrejas dos quais são membros (Ef 4:11-14); e
- (3) um espírito de servo o qual os capacitem para se submeterem a autoridade de Deus e ao mesmo tempo ministrando com amor ao povo de Deus (Jo 13:1-17; 1Co 4:1-2; Fl 2:1-11).

b. Os ministros deverão possuir as seguintes qualificações educacionais:

- (1) o diploma do Ensino Médio ou algo equivalente; e
- (2) educação adicional como delineado na descrição da licença e ordenação de ministros. (Nota: Considerações especiais poderão ser dadas após consulta aos candidatos, ao superintendente distrital e ao presidente ou seu representante e a aprovação da direção executiva distrital).

c. Os ministros deverão possuir as seguintes qualificações denominacionais:

- (1) completar o programa de estudo designado sobre a história e a política da Missionary Church;
- (2) compromisso de manter e ensinar os “Artigos de Fé e Prática” da denominação;
- (3) compromisso em apoiar os programas da Missionary Church;
- (4) compromisso em comunicar através de palavras e exemplos a visão e o estilo de vida refletidos no manual e na Constituição da Missionary Church;
- (5) membresia na Missionary Church, a não ser que de outra forma aprovada pela direção executiva devida a circunstâncias extenuantes;
- (6) todas as credenciais ministeriais são necessárias para participação na conferência distrital anual a não ser por circunstâncias extenuantes na qual sejam aprovadas pelo superintendente distrital anterior a conferência.

d. É política da Missionary Church não licenciar nem tão pouco ordenar pessoas divorciadas, e casadas novamente ou casadas com pessoas previamente divorciadas. Em casos que haja situações extenuantes, uma solicitação pode ser feita à diretoria executiva e com uma aprovação de 75% esta recomendação pode ser enviada a Diretoria Geral na qual deverá apontar uma comissão especial para investigar o caso dando sua aprovação ou desaprovação.

3. Categorias Ministeriais e Procedimentos para obter Credenciais

a. Candidatos a Licenciatura

(1) Descrição

Candidatos à obtenção da licença deverão demonstrar que estão prontos a estudar com diligência; estarem preparados para serem ordenados; e estarem prontos para se doarem

completamente ao ministério da Missionary Church ao término dos estudos de todos os requerimentos necessários.

(2) Procedimento

É recomendada a pessoa interessada a se tornar licenciado a dar início ao processo com um ano de antecedência, para que se tenha tempo suficiente de preencher todos os requerimentos necessários a licenciatura.

- (a) Estabelecer membresia na Missionary Church local;
- (b) Aconselhar-se com seu pastor e com o superintendente distrital a respeito da natureza do seu chamado por Deus ao ministério;
- (c) Receber uma recomendação oficial da diretoria da sua igreja local; e
- (d) Submeter uma solicitação completa para Licença Ministerial Parte I ao superintendente distrital para que seja considerado pela diretoria executiva distrital.

O candidato ao ministério residente em uma localidade aonde não exista uma Missionary Church, deverá seguir os passos (b) e (d) acima.

O candidato ao ministério que resida fora da linha de atuação da conferência poderá fazer uma solicitação ao presidente sabendo que a ordenação ou a licenciatura estão sujeitos a aprovação da comissão executiva da Diretoria Geral.

(3) Direitos

Uma vez que o candidato continue seus estudos ele tem o direito de:

- (a) Pregar o evangelho;
- (b) Ser um membro sem direito ao voto da conferência distrital; e
- (c) Se transferir de um distrito para outro, estando submetido às regras e leis dos distritos.

(4) Deveres

Pessoas com status de candidato ao ministério serão responsáveis de apresentarem um relatório anual à diretoria executiva distrital do progresso dos seus estudos.

b. Licença Ministerial Especializada

(1) Descrição

O termo “Ministro Especializado” é usado para descrever o empregado remunerado das igrejas da denominação que, todavia não possuem o status de uma licença ou ordenação regular. Indivíduos que tem a posse desta licença não estão buscando ordenação e geralmente são trabalhadores que são responsáveis por áreas específicas da igreja local. Esta designação não inclui posições de apoio ministerial como secretariado e pessoas da manutenção.

A licença não é transferível para outra igreja ou ministério.

(2) Qualificações

(a) Os candidatos deverão ter completado um curso mínimo de estudos consistindo em pelos menos um dos seguintes: Velho Testamento, Novo Testamento, teologia bíblica ou sistemática, interpretação bíblica, homilética ou comunicação, liderança, História e Configuração da Missionary Church e o mínimo de 12 semestres/hora ao nível de faculdade, de trabalho na sua área de especialização.

Em circunstâncias especiais e com aprovação do superintendente distrital, indivíduos com dois ou mais anos de experiência e doze semestres/hora ao nível de faculdade de trabalho na sua área de especialização pode fazer petição e se aprovado pela diretoria executiva, ser agraciado com a licença ministerial especializada após completar o curso de História e Configuração da Missionary Church. A estes indivíduos serão dados três anos para completar os cursos requeridos.

(b) Pessoas que possuem esta licença deverão ter servido o mínimo de 12 meses de forma profissional no seu campo de especialização.

(c) Pessoas que possuem esta licença devem ser membros da Missionary Church.

(3) Procedimento

(a) Aconselhar com seu pastor a respeito da natureza dos seus dons e ministério proposto;

(b) Receber recomendação oficial do seu pastor e da diretoria da igreja local;

(c) Submeter o pedido ao superintendente distrital; e

(d) Ser examinado pela direção executiva distrital.

(4) Renovação

A licença ministerial especializada é válida somente por um ano, e a autoridade para trabalhar sob esta licença cessará a menos que renovada anualmente pela conferência distrital. Tal licença poderá ser renovada contando que o trabalho realizado no ministério tenha sido em concordância fiel com os regulamentos da Missionary Church e com o distrito, incluindo a emissão dos relatórios necessários. Se um ministro especializado falhar em apresentar o seu relatório anual sua licença não será renovada, salvo casos de doença, acidente ou emergência similar.

(5) Direitos

Todo ministro qualificado para receber uma licença especializada, e que esteja sobre a supervisão do pastor principal tem o direito de:

(a) Pregar o evangelho, batizar, administrar a ceia do Senhor, e liderar todas as partes do culto e também realizar casamentos aonde as leis locais o permitam;

(b) Servir no ministério, sobre a supervisão do pastor principal da Missionary Church local estando sujeito as diretrizes da conferência distrital;

- (c) Ser eleito para qualquer cargo que não seja restrito a pessoas leigas ou ordenadas; e
- (d) Ser um membro votante da conferência distrital e da Conferência Geral

(6) Responsabilidades

Ministros especializados serão responsáveis por:

- (a) Se devotarem completamente sem reservas ao ministério Cristão, seguindo a orientação do Espírito Santo;
- (b) Apresentar anualmente a conferência distrital e a denominação e ao superintendente distrital um relatório quando assim requerido e em formulário apropriado;
- (c) Arquivar suas credenciais voluntariamente junto ao superintendente distrital em caso de que cesse por mais de três anos o seu serviço junto a um ministério; e
- (d) Entregar voluntariamente suas credenciais em caso de se achar culpado de alguma ofensa na qual o desqualifica de servir como um ministro ordenado.

c. Ministros Licenciados

(1) Descrição

Ministros licenciados são aqueles no qual o chamado ministerial e os dons foram formalmente reconhecidos pela conferência distrital, através da concessão da licença ministerial os apontando e autorizando a servir no ministério, sujeitos a supervisão e avaliação e tendo como próximo passo da ordenação.

(2) Processo

- (a) Solicitantes têm que ter completado o curso mínimo aprovado pela Diretoria Geral;
- (b) O solicitante será revisto e recomendado pela diretoria executiva distrital.

(3) Renovação

A licença ministerial tem validade de um ano somente, e a autoridade de trabalhar como ministro sob esta licença cessará a menos que renovada pela conferência distrital até que o mesmo seja ordenado pastor. A licença ministerial será renovada mediante os seguintes requerimentos:

- (a) Serviço satisfatório prestado, incluindo fidelidade e concordância com os regulamentos da Missionary Church e do distrito, incluindo os relatórios necessários. Se um ministro licenciado falhar em apresentar o seu relatório anual sua licença não será renovada, salvo casos de doença, acidente ou emergência similar; e

- (b) Confirmação através de um relatório anual que o mesmo esteja engajado no término de seus estudos para a ordenação. O curso de ordenação deverá ser completado dentro de no máximo sete anos de serviço como ministro licenciado.

(4) Direitos

Uma vez qualificado e em posse de sua licença ministerial ele tem o direito de:

- (a) Pregar o evangelho, batizar, administrar a ceia do Senhor, e liderar todas as partes do culto e também realizar casamentos aonde as leis locais o permitam;
- (b) Servir no ministerio, sobre supervisão do pastor principal em Missionary Church local estando sujeito às diretrizes da conferência distrital;
- (c) Ser eleito para qualquer cargo que não seja restrito a pessoas leigas ou ordenadas;
- (d) Ser um membro votante da conferência distrital e da Conferência Geral;
- (e) Se transferir de um distrito a outro, estando sujeito às regras e diretrizes do distrito.

(5) Responsabilidades

Pessoas de posse da licença ministerial são responsáveis por:

- (a) Se inscrever no curso de ordenação e estudar até que o mesmo seja completado (Veja Requerimentos Educacionais Para Credenciais)
- (b) Servir ao seu distrito e sua denominação com toda a capacidade do seu chamado;
- (c) Apresentar anualmente á conferência distrital e a denominação e ao superintendente distrital um relatório quando assim requerido e em formulário apropriado;
- (d) Arquivar suas credenciais voluntariamente junto ao superintendente distrital em caso de que cesse por mais de três anos o seu serviço junto a um ministério; e
- (e) Entregar voluntariamente suas credenciais em caso de se achar culpado de alguma ofensa na qual o desqualifica de servir como um ministro licenciado.

d. Ministros Ordenados

(1) Descrição

Ministros ordenados são ministros no qual o chamado, os dons e capacidade têm sido demonstrados e aprimorados com treinamentos apropriados e experiência, e que tenham sido separados para o serviço Cristão pela conferência distrital através do ato solene da ordenação no qual foi investido todas as funções do ministério Cristão.

(2) Qualificações

Ministros licenciados da Missionary Church que têm convicção interior do chamado de Deus para o ministério poderão ser ordenados seguindo de forma ordenada os seguintes requerimentos:

- (a) Serviço satisfatório por dois anos subsequentes ao término do curso de ordenação, com exceção daqueles que estiveram sob supervisão em um ministério aprovado nos anos no qual estava completando o curso acima mencionado. Pelo menos um ano de serviço na Missionary Church no distrito no qual será ordenado;
- (b) Término do curso de ordenação ou equivalente;
- (c) Ser examinado e recomendado pela direção executiva em relação as suas qualificações para o ministério e para ordenação incluindo sua experiência religiosa pessoal, chamado ministerial e sua evidência, assuntos educacionais, doutrina e prática, particularmente o compromisso pessoal e sem reservas com relação ao Artigo de Fé e Prática e sua lealdade a Missionary Church, e circunstâncias pessoais, familiares e profissionais que envolvem o ministério; e
- (d) Ordenação pública na qual deverão dar testemunho da sua experiência Cristã, afirmar sua convicção do chamado divino, seu compromisso com a doutrina e os princípios da Missionary Church e sua fidelidade a Missionary Church, o qual logo após serão separados para o ministério Cristão pela igreja através da imposição de mãos.

(3) Direitos

O ministro ordenado que manter sua vida espiritual, caráter moral e um ministério fiel, o qual o qualificou para ser ordenado, e se não estiver sob disciplina ou expelido do ministério, o mesmo terá o direito de:

- (a) Pregar o evangelho, batizar, administrar a ceia do Senhor, e liderar todas as partes do culto e também solenizar os ritos matrimoniais;
- (b) Ser eleito para qualquer posição no qual um ministro ordenado pode ser eleito
- (c) Servir pastoralmente aliançado com a Missionary Church local se sujeitando as diretrizes da conferência distrital;
- (d) Ser membro votante da conferência distrital e da Conferência Geral;
- (e) Se transferir de um distrito para outro, se sujeitando as regras e diretrizes do distrito.

(3) Responsabilidades

Ministros ordenados serão responsáveis por:

- (a) Se devotarem completamente ao ministério Cristão, se deixando serem guiados pelo Espírito Santo;

(b) Apresentar anualmente a conferência distrital e a denominação e ao superintendente distrital um relatório quando assim requerido e em formulário apropriado;

(c) Arquivar suas credenciais voluntariamente junto ao superintendente distrital em caso de que cesse por mais de três anos o seu serviço junto a um ministério; e

(d) Entregar voluntariamente suas credenciais em caso de se achar culpado de alguma ofensa na qual o desqualifica de servir como ministro ordenado.

(5) Duplicidade de Credenciais

Não é aceitável que um ministro da Missionary Church tenha concorrentemente duplicidade de credencial de outra denominação ou entidade creditativa com exceção do fato de que seja para preservar pensão ou fundo de aposentadoria.

(6) Transferências de outras denominações

Ministros ordenados por outras denominações que tenham o interesse se ajuntarem a conferência distrital, deverão submeter um pedido ao superintendente distrital, informando todas as particularidades da ordenação prévia, razões pela qual está se afastando e intenção de se juntar a igreja, familiaridade e concordância com a Constituição o que será confirmado através de exame. Esta informação deverá ser transferida para a conferência distrital, a qual tomará uma das ações seguintes:

(a) reconhecer a ordenação prévia e aceitar o candidato como ministro ordenado da igreja;

(b) reconhecer sua ordenação provisoriamente até que se realize uma conferência para que seja completamente reconhecido ou que seja reordenado;

(c) reter a ação até que seja feita uma investigação completa; ou

(d) negar o pedido.

4. Trabalhadores Leigos Licenciados

Todos os Cristãos são agraciados com dons espirituais pela vontade do Espírito Santo. A igreja reconhece que algumas pessoas leigas possuem dons que os qualificam para trabalhar no ministério o qual se faz necessário o reconhecimento formal (ex. ministério de visitação carcerária, hospitalar, etc). Por esta razão a igreja reconhece o status dessas pessoas como sendo trabalhadores leigos licenciados.

a. Qualificações

Trabalhadores leigos licenciados deverão:

(1) Ser membros de uma Missionary Church local por pelo menos dois anos;

(2) Demonstrar caráter Cristão e maturidade espiritual;

(3) Demonstrar um espírito de serviço e dons apropriados para a área de serviço pelo qual esta buscando reconhecimento; e

- (4) Completar curso de estudos no qual o equipará melhor para sua área de ministério.

b. Processo

- (1) Aconselhar-se com seu pastor e superintendente distrital sobre a natureza dos seus dons e o ministério proposto;
- (2) Receber uma recomendação oficial da diretoria da igreja local;
- (3) Submeter o pedido ao superintendente distrital; e
- (4) Ser examinado pela diretoria executiva distrital.

c. Renovação

- (1) A licença de trabalhador leigo é válida por um ano e a autoridade para trabalhar nesta área ministerial cessará caso não seja renovada;
- (2) Será concedida renovação se o leigo apresentar trabalho satisfatório e todas as qualificações e responsabilidades continuem sendo cumpridas.

d. Direitos

Aos trabalhadores leigos licenciados é concedido reconhecimento para trabalharem apenas na área a que foram aprovados.

e. Deveres

Trabalhadores leigos licenciados deverão submeter relatórios apropriados a diretoria da igreja local e a diretoria executiva distrital.

5. Capelães e Obreiros

- a. Capelães e obreiros devem manter um estilo de vida pessoal de forma condizente com as doutrinas e práticas da Missionary Church, mantendo-se acima de qualquer difamação em termos de conduta e finanças.
- b. Eles deverão responder a liderança estrutural e as diretrizes da organização a servem.
- c. Eles deverão apresentar relatórios anuais ao presidente da Missionary Church.

6. Evangelistas

a. Definição: Evangelistas são pessoas com dons e chamado para proclamar o evangelho através da pregação itinerante, da música sagrada, do drama ou outro ministério especializado com o foco em ganhar vidas para Cristo e disciplinar crentes para o trabalho do ministério. (Efésios 4: 11-13).

- (1) Ministros da Missionary Church em posse de suas credenciais conferida pela conferência distrital, que sentirem de Deus o chamado para o ministério evangelístico em tempo integral, poderão ser certificados como evangelistas distritais ou denominacionais.
- (2) Será seu dever fazer o trabalho evangelístico, mostrando evidência do seu ministério proclamando a palavra e cumprindo cabalmente o seu ministério (2 Timóteo 4:2-5).

- (3) Deverão demonstrar as doutrinas da Missionary Church se mantendo acima de qualquer censura em sua conduta e em suas finanças.
 - (4) Os evangelistas denominacionais e distritais deverão ministrar de acordo com a estrutura da diretoria executiva ou o conselho da igreja local, o qual os estarão direcionando, monitorizando e apoiando.
- c. Classificações: Evangelistas ministrando na Missionary Church serão classificados como evangelistas denominacionais ou distritais.

(1) Critérios para o evangelista distrital

- (1) Deverão ser membros da Missionary Church.
- (2) Deverão ser credenciados pela Missionary Church.
- (3) Deverão submeter um pedido ao superintendente distrital e serem aprovados pela diretoria executiva distrital para serem certificados como evangelistas distritais.
- (4) Uma vez aprovados, deverão apresentar anualmente um relatório a conferência distrital em formulário apropriado ao superintendente distrital e bem como ao presidente a cada trimestre.

(2) Critérios para o evangelista denominacional

- (1) Evangelistas distritais e ministros credenciados que vivam fora dos limites do distrito e no qual gastam pelo menos 50% do seu tempo no ministério evangelístico, no qual os serviços estão disponíveis na Missionary Church, e que não estejam empregados em tempo integral em outras organizações, poderão entrar com pedido junto ao presidente da denominação para se tornarem evangelistas denominacionais.
- (2) Eles deverão ser firmes e aprovados em seu chamado, e recomendados pelo distrito aonde residem, ou pela comissão executiva da Diretoria Geral em caso de residir fora da área de atuação do distrito.
- (3) A certificação deverá ser aprovada pela diretoria geral sob a recomendação do presidente.
- (4) Uma vez aprovados, deverão apresentar relatórios anuais à conferência distrital e a denominação, e trimestralmente ao superintendente distrital e ao presidente, em formulário apropriado, a menos que residam fora dos limites do distrito.

- (3) As qualificações necessárias para que o evangelista distrital e denominacional recebam benefícios estão descritas no manual de regras da Missionary church.

7. Disciplina ministerial

Todos os membros da igreja devem conduzir suas vidas de acordo com os padrões estabelecidos pelas Escrituras. Aqueles que ocupam posição de liderança ministerial têm um nível ainda maior de responsabilidade (Tiago 3:1, 1 Timóteo 3:1-7, Tito 1:7-9). Este tipo de conduta inclui pureza moral (1 Coríntios 6:9-10), honestidade pessoal (Efésios 4:25), e fidelidade bíblica (2 Timóteo 3:14-17, Romanos 16:17-18). Ministros têm que ser exemplos consistentes de autenticidade Cristã na busca de imitar o caráter de Cristo através do poder do Espírito Santo (Romanos 8:28-29, Gálatas 5:22-23, Efésios 5:18). Além disso, os ministros devem promover a união da igreja (Efésios 4:3, 1 Coríntios 3:16-17) e não a sua dissensão (Tito 3:10-11).

- a. Propósito da Disciplina. É dever da igreja disciplinar os membros quando os mesmos persistem no pecado aberto e habitual (Mateus 18:15-18, 1 Coríntios 5:1-13). A disciplina da igreja tem vários propósitos no qual estão incluídos:
- (1) Encorajar o membro pecador a se arrepender, através da restauração do relacionamento com Cristo e a Igreja (2 Coríntios 2:6-11, 7:8-10, 2 Tessalonicenses 3:6, 14-15).
 - (2) Adverter outros membros contra este tipo de pecado (1 Timóteo 5:19-20).
 - (3) Desenvolvendo e mantendo a pureza moral e um testemunho sem manchas da igreja (1 Coríntios 5:6-7).
- b. Processo de Disciplina. Nenhuma acusação deverá ser feita contra um ministro a não ser que seja apresentada por duas ou três testemunhas (1 Timóteo 5:19). Se algum ministro se apartar dos princípios da Escritura e manter uma conduta conflitante com os princípios bíblicos de santidade, os passos disciplinares delineados em Mateus 18:16-18, Romanos 16:17, 1 Coríntios 5:1-13, 2 Tessalonicenses 3:6; e em outras passagens da Escritura deverão ser seguidos.
- (1) Os seguintes passos deverão ser seguidos no processo de reforçar a disciplina da igreja.
 - (1) Aqueles que estão fazendo uma acusação formal deverão fazê-la por escrito ao pastor, a diretoria da igreja local e ao superintendente distrital.
 - (2) Se contactada, a diretoria da igreja local deverá fazer uma revisão completa da situação. Se eles acharem necessário, uma investigação profunda é aconselhável, e também deverão contactar o superintendente distrital dentro de 24 horas de sua decisão.
 - (3) Quando contactado pela diretoria da igreja local, o superintendente distrital deverá fazer uma investigação completa da situação. Se o superintendente o determinar culpado, o mesmo tomará os passos necessários para admoestação ou disciplina o que poderá incluir suspensão temporária do ministério.
 - (4) No caso em que o ajuste não tenha sido satisfatório, o superintendente distrital deverá apresentar a situação à diretoria executiva para que se tome ação apropriada, sempre consultando a diretoria da igreja local. Se a ofensa for de uma magnitude suficiente que venha a tona a questão da pureza moral e de um testemunho sem manchas do ministro da igreja, a diretoria executiva pode até suspender a credencial ministerial. A ação deverá ser tomada no máximo dentro de três meses.
 - b. Em caso de pessoas portadoras de credencias se separarem de seus cônjuges, para que seja mantida a integridade do ministério e para que haja remissão entre as pessoas envolvidas, a ele/ela será concedido imediatamente licença de suas funções ministeriais. Dentro de oito semanas os seguintes passos devem ser tomados para resolver tal situação:
 - b. Um conselho deverá ser apontado pela diretoria da comissão de licenças;
 - b. Este conselho examinará o caso e tentará trazer uma solução de remissão, e recomendar que sejam tomadas as medidas necessárias;
 - b. A diretoria da comissão de licenças deverá tomar as medidas necessárias. (1 Timóteo 3:2, 4 -5 e 4:12; Titus 1:7).

- b. Todo o processo deverá transcorrer de forma a reforçar o espírito do amor Cristão, brandura e sensibilidade (Gálatas 6:1).
- d. Acordo ministerial de submissão ao processo de disciplina. Toda pessoa que possui qualquer credencial dentro da Missionary Church, explicitamente consente de se submeter ao processo de disciplina delineado acima.
- e. Direito de apelação processual. O ministro que esta sendo disciplinado tem o direito, sob esta constituição, de apelar da decisão tomada. Este processo está delineado no Artigo XIV “Procedimento para Apelação Processual”.

8. Entrega voluntária das Credenciais

Qualquer ministro que de forma voluntária tenha devolvido sua credencial e está à busca de reavê-la, deverá fazê-lo na jurisdição no qual a credencial foi originariamente entregue. No caso em que o ministro tenha mudado para outro distrito, a diretoria executiva distrital do distrito de residência anterior poderá referir o caso para ser considerado pelo novo distrito de residência do ministro em questão.

9. Ministros Inativos

Ministros ordenados que não mais estão exercendo suas atividades ministeriais deverão ser colocados na lista de ministros inativos. Depois de três anos de inatividade, a diretoria executiva da conferência distrital, deverá cancelar a credencial ministerial do ministro em questão, a menos que existam circunstâncias válidas que estejam causando a inatividade.

Ministros que não tenham sido ordenados e que não mais estão em atividade deverão ser colocados na lista de inatividade e sua credencial deverá ser cancelada pela diretoria executiva da conferência distrital depois de um ano de inatividade. Eles, todavia poderão requisitar que seus nomes sejam mantidos na lista de ministros disponíveis.

O restabelecimento do ministro ordenando ou licenciado, todavia é possível se o mesmo voltar a sua atividade ministerial. Eles deverão apresentar um pedido à diretoria executiva distrital o qual vai designar uma comissão examinadora que irá entrevistá-los. A diretoria executiva da conferência distrital tomará a decisão final levando em consideração as recomendações feitas pela comissão examinadora. As credenciais serão restauradas se a decisão for favorável.

10. Posição de Missionário

Ministros licenciados e ordenados deverão ser membros da conferência distrital na qual pertence sua igreja local durante o período no qual se encontra em atividade, de licença ou em licença definitiva. Em todos os outros casos eles deverão ser membros da conferência distrital da região aonde residem exatamente como outros ministros ordenados ou licenciados. Nenhum missionário, não importando sua posição, pode ser membro votante de duas conferências distritais.

11. Relatórios

Todos os ministros deverão submeter relatório anual ao seu respectivo superintendente distrital. Todos os missionários no estrangeiro deverão submeter relatórios ao diretor do World Partners.

12. Ministros Aposentados

Todos os ministros aposentados são encorajados a manterem sua membresia na localidade na qual são residentes. Quando um ministro credenciado da Missionary Church se aposenta, tendo completado pelo menos 25 anos de ministério aprovado, eles deverão manter suas credenciais. Perante circunstâncias na qual o indivíduo tenha começado seu ministério tardiamente e não foi possível completar 25 anos de atividade ministerial e esteve servindo continuamente até a aposentadoria, uma consideração especial será concedida ao mesmo pela diretoria executiva distrital.

Ministros que se encontram aposentados e inativos poderão atender a conferência distrital e submeter seu relatório anual, mas, todavia não é um requerimento.

ARTIGO XIII – IGREJA LOCAL

A. IGREJAS PARTICIPANTES

1. Definição

a. Uma Missionary Church no contesto da sua Constituição, é uma igreja na qual tenha adotado a Constituição da Missionary Church, a qual tenha sido recomendada para se tornar membro através da conferência distrital ou diretoria executiva e que tenha sido oficialmente recebida e que tenha o alvará da Diretoria Geral.

b. Novas igrejas que todavia não tenham recebido o alvará da Diretoria Geral deverão ser chamadas “ Congregações”. Estas serão consideradas como igrejas não organizadas.

c. Se a membresia de uma igreja local é menor que 15 membros adultos batizados (16 anos acima), a supervisão e governo desta igreja será revertido `a diretoria executiva distrital. Este acordo permanecerá por quanto tempo a diretoria executiva achar necessário.

2. Processo para Concessão de uma Missionary Church

Congregações que desejam ser reconhecidas como membros da Missionary Church deverão seguir estes procedimentos:

- Ter uma liderança pastoral que tenha sido credenciada pela diretoria distrital.
- Ter pelo menos 15 adultos batizados (16 anos acima) na congregação a qual estão comprometidos com a formação da Missonary Church.
- A congregação deverá ser completamente informada e está de acordo com os Artigos de Fé e Prática.
- A congregação deverá ser informada e concordar com as responsabilidades para com a Missionary Church e proporcionalmente contribuir com sua parte com os ministérios existentes no distrito e na denominação.
- O pastor e um comitê administrativo deverão servir como comitê examinativo e encaminhar o pedido de privilégio de se tornar membro da missionary church.
- Em uma reunião formal da congregação, o superintendente distrital ou o seu representante receberá a concessão e presidirá a organização da igreja.
- Além do pastor, a igreja deverá também possuir os seguintes representantes: secretário, tesoureiro e pelo menos um diácono e um ancião.
- A igreja recém organizada deverá submeter um pedido para obter a posição de igreja membro `a diretoria executiva distrital, o qual será revisado, com o propósito de recomendar a mesma `a diretoria geral para ser aprovada como igreja membro.

3. Disciplina

Qualquer igreja que não se portar de acordo com o espírito desta constituição, ou que por qualquer outra situação interferir na comunhão da demominação, será repreendida pelo superintendente distrital, ou por outras pessoas apontadas com este propósito pela diretoria executiva da conferência distrital; e se a igreja não obedecer às exigências colocadas perante a mesma, será recomendado a remoção do alvará de concessão, após completa investigação, por votação de dois terços da conferencia distrital, e por dois terços da Diretoria Geral.

B. IGREJAS AFILIADAS

Qualquer corpo de pessoas servidas por um ministro sob a direção da denominação, mesmo que ainda não tenha sido totalmente reconhecida como Missionary Church de acordo com as provisões do artigo precedente, pode ter a posição de igreja afiliada a Missionary Church. Sendo assim pode usar o nome da Missionary Church, mas, todavia não está intitulada a ter representação na Conferência Geral à parte de seu pastor. A posição de afiliados não poderá exceder a três anos.

C. MEMBRESIA

1. Definição

- a. **Membresia Regular.** Membros regulares são pessoas, que dão um testemunho claro e evidencia da fé salvífica em Cristo, e que subsequente tenha sido batizados por imersão e que tenha sido examinados e publicamente e recebido como membro da igreja local. Candidatos crentes que tenham sido batizados de outra forma e como Deus os liderarem concordarem em serem imergidos serão aceitos.¹ Outros requerimentos a membresia na Missionary Church são aqueles demarcados no Artigo IV.B.8. Privilegio de votos são estendidos apenas aos membros de 16 anos acima.
- b. **Duplicidade de Membresia.** Os requerimentos para duplicidade de membresia deverão ser os mesmos para a membresia regular e poderão ser concedidos sob as seguintes condições:
 - (1) Membros que residem em locais aonde não existe uma Missionary Church são permitidos se tornarem membros da igreja local de sua residência, e ao mesmo tempo manter sua membresia na Missionary Church matriz se isso for aceitável a ambas igrejas. Ministros e trabalhadores Cristãos licenciados que estão servindo fora da Missionary Church são permitidos se tornarem membros da igreja naquela localidade baseado na aprovação da Diretoria Executiva da Conferência Geral.
 - (2) Professores e estudantes que estão nas escolas da Missionary Church ou outras escolas aprovadas e que não estão atendendo ou servindo em uma Missionary Church podem ser aceitos como membros e ao mesmo tempo mantendo a sua membresia na sua igreja local.
 - (3) Membros ou trabalhadores aprovados de uma igreja que não seja a Missionary Church e que desejam se tornar membros da Missionary Church, mas no qual a qualidade de membro deve ser mantida em sua igreja matriz por razão conhecida e aceitável pela Missionary Church local, poderá ter o privilegio de duplicidade de membresia.

2. Compromisso

Membros devem ser compromissados em seguir uma vida Cristã em conformidade com os estatutos e doutrinas e estilo de vida da Missionary Church seguindo a aliança de filiação:

¹Esta política de ação não será retroativa. 1987

ALIANÇA DE FILIAÇÃO

Tendo sido direcionado ao arrependimento por Deus e com fé em Jesus Cristo, nosso Salvador, nós agora na presença do Senhor e nesta assembléia, solenemente e com alegria firmamos esta aliança um com o outro com um só corpo em Cristo.

Juntos aliançados pela ajuda do Espírito Santo:

- (1) Trabalhar juntos no amor de Cristo; nos ajuntar em trabalho mútuo para o reino de Cristo; buscar lealdade para o avanço desta igreja em santidade, conhecimento e amor; promover a espiritualidade e a prosperidade; manter a adoração, ordenanças, disciplina e doutrinas;
- (2) Contribuir alegremente e continuamente, como Deus nos prospera, para manutenção desta igreja e de outros ministérios por todo o mundo;
- (3) Manter as devoções privadas e familiares sempre que possível, fazendo desde cedo e diligentemente o conhecer a Cristo salvador, que é quem cuida de nós e nos influencia para andarmos circunspectos neste mundo, para sermos justos e fieis no procedimento;
- (4) Cuidar um do outro em irmandade, orando um pelos outros, ajudando uns aos outros na doença e na aflição, cultivando a brandura no falar e a simpatia, sendo lentos em ofender e prontos a reconciliar; e
- (5) Ser testemunha fiel do poder salvador do nosso Senhor Jesus Cristo de forma que em todo lugar possamos trazer homens e mulheres ao conhecimento salvífico do Senhor.

3. Disciplina dos membros

É esperado que todos os membros da igreja de Cristo conduzam suas vidas de acordo com os padrões das escrituras. Tal conduta inclui pureza moral, honestidade pessoal e fidelidade bíblica. Os membros devem ser exemplos consistentes de um cristianismo autêntico enquanto procura imitar o caráter de Cristo através do poder do Espírito Santo. Além disso, os membros devem promover a união da igreja e não a sua separação. Romanos 8:28-29, 16:17-18; 1 Coríntios 6:9-10; Gálatas 5:22-23; Efésios 4:3 e 25, 5:18; 2 Timóteo 3:4-17; Tito 3:10-11.

a. Objetivo da disciplina. `A igreja foi dado o comando de disciplinar seus membros quando os mesmos persistirem no pecado aberto e habitual. A disciplina da igreja tem vários propósitos incluindo:

- a. Encorajando o membro pecador ao arrependimento através da restauração do relacionamento com Cristo e a igreja.
- b. Advertir outros membros á respeito do mesmo pecado.
- c. Demonstrando e mantendo uma pureza moral e um testemunho sem manchas da igreja. Mateus 18:15-18; 1 Coríntios 5:1-13; 2 Coríntios 2:6-11, 7:8-10; 1 Timóteo 5:19-20; 2 Tessalonicenses 3:6, 14-15.

b. Processo disciplinar. Se algum membro se apartar dos padrões das Escrituras e se envolver em condutas conflitantes com os princípios bíblicos de santidade, os passos de disciplina delineados pelas Escrituras deverão ser seguidos. Aqui estão alguns ou todos os passos a serem seguidos no processo de administrar a disciplina na igreja:

- (1) Advertir privadamente o membro em pecado.
- (2) Advertir perante duas ou três testemunhas.
- (3) Reprovação pública perante a igreja.
- (4) Término da membresia e possível desassociação e separação da congregação.

Todo o processo de disciplina da igreja demarcado acima deverá ser levado a cabo em um espírito de amor cristão, carinho e sensibilidade. Mateus 18:16-18; Romanos 16:17; 1 Coríntios 5:1-13; Gálatas 6:1; 2 Tessalonicenses 3:6, 14-15; 1 Timóteo 6:3-5; Tito 3:10.

- c. Ratificação da Disciplina. É esperado que o processo preliminar de disciplina demarcado na sessão b.(1), (2) e (3) acima tenham resultado em arrependimento por parte do membro pecador. Mas se, todavia não tiver nenhuma indicação de arrependimento após a tomada destes passos, a qualidade de membro da pessoa em questão deverá ser revogada, em acordo com a sessão b.(4) acima. A revogação da membresia deverá ser decidida pela diretoria da igreja depois de muita consideração e oração. A razão da revogação deverá ser indicada em uma carta pastoral entregue ao membro.
- d. Acordo dos membros de se submeterem ao processo de disciplina. Toda pessoa que se torna membro ou matem a membresia na Missionary Church local, explicitamente consente de se submeter ao processo disciplinar demarcado acima na sessão 3.a, b e c.

4. Membros Inativos

O membro que deixar de congregar e cumprir com suas responsabilidades na igreja por um período de um ano sem justa causa, e depois de devido aconselhamento pessoal, perderá sua qualidade de membro.

5. Transferência de membresia

Cartas de transferências serão consedidas aos membros da Missionary Church que assim o requisitarem, por ocasião de mudança de uma localidade para outra. No caso de mudança do pastor de uma localidade para outra, os membros de sua família que são membros da Missionary Church automaticamente serão transferidos para a nova igreja aonde o mesmo se tornará pastor.

D. CONFERÊNCIA LOCAL

1. Participantes (Membros)

A conferência local será composta de todos os membros com capacidade de voto da igreja local. Estes membros têm que ser de dezesseis anos acima.

2. Reuniões

A conferência local deverá ser realizada pelo menos uma vez por ano. Reuniões especiais poderão ser conclamadas pelo superintendente distrital ou a diretoria da igreja local.

3. Votação

Uma votação somente acontecerá em reuniões de trabalho, e apenas o membro abilitado tem o poder de voto. Votos ausentes ou por procuração não serão permitidos. (Para o voto pastoral, pode se obter uma expressão dos aderentes, mas não será contado como voto oficial).

4. Regulamentos

Cada conferência local poderá adotar o seu próprio regulamento em concordância com esta Constituição e os atos da Conferência Geral e a conferência do seu próprio distrito.

E. REPRESENTANTES

Um representante na igreja deverá viver de acordo com a doutrina definida nesta Constituição no Artigo IV.A.1.-6, deverá ser modelo de maturidade espiritual e vida Cristã incluindo conformidade com os padrões delineados na Artigo IV.B.1.-11., evidenciando o dom dado por Deus para liderar, desenvolvendo um coração de servo e os talentos de um líder, ao mesmo tempo saber como exercer autoridade para o crescimento da igreja e para a glória de Deus.

Nem todos os Cristãos maduros têm dons de liderança, e nem todos os representantes possuem dons e características idênticas. A função de liderança inclui liderar a igreja estabelecendo alvos e objetivos, ajudando os membros a identificarem e usarem seus dons para o bem tanto da igreja como pessoal, mantendo a satisfação pessoal e do grupo balanceada, ensinando, aconselhando e administrando disciplina.

Os representantes da igreja poderão ser o pastor, diáconos, anciãos, superintendente da escola dominical, ou diretor de escola bíblica, curadores, administradores se outro além do pastor, secretário, tesoureiro e outros que se fizerem necessários. Estes representantes deverão ser membros da igreja local.

O padrão acima mencionado aplica-se também a outros líderes, como definido pelos regulamentos da igreja local.

1. Pastor

- b. Seleção. A maneira de como selecionar o pastor será uma decisão de cada distrito, com o ressalvo de que a igreja local, o pastor e o distrito sejam parte das negociações. O pastor deverá ser escolhido dentre as pessoas aprovadas como ministros na Missionary Church. A não ser em situações de necessidade, apenas homens servirão como pastores em igrejas com um pastor ou como pastor sênior em igrejas aonde existam múltiplos pastores. (ver “Papel da Mulher no Ministério”).
- b. Responsabilidades. O pastor deve ser um exemplo para o rebanho do Senhor, se mantendo livre de tudo aquilo que o prende ao mundo e acima de qualquer reprovação na sua conduta e nas suas finanças. É sua responsabilidade pregar a palavra; exercitar a supervisão da igreja de modo diligente e com devoção, cuidar das almas, pois terá que prestar conta das mesmas; e buscar seriamente a salvação do perdido para seja aprovado em todas as coisas perante Deus. O pastor deve ser reconhecido como cabeça da igreja local e será o responsável pelos serviços públicos e promoção geral das atividades da igreja. Ele será o membro conselheiro de todas as comissões. É de sua prerrogativa juntamente com a aprovação da diretoria da igreja, conclamar reuniões especiais e ocupar os ajudantes necessários para que a mesma aconteça.

2. Trabalhadores (empregados) do Ministério

Trabalhadores de tempo integral ou apenas meio período da igreja poderão ser contratados se esta pessoa tiver sido aprovada como ministro na Missionary Church ou tenha sido aprovado pela diretoria executiva distrital para determinada posição.

3. Presidente da Conferência Local

- a. Seleção. O pastor servirá como presidente da conferência local a menos que os estatutos da igreja permita que outro membro da conferência exerça esta função.
- b. Responsabilidades. O presidente da conferência local presidirá todas as reuniões. O presidente da conferência local servirá como presidente da diretoria da igreja, a menos que os estatutos da igreja contenham outra especificação.

4. Anciãos

- a. Seleção. A conferência local determinará quantos cargos de anciãos serão ocupados na igreja, pode ser um ou mais. O processo de seleção incluirá pessoas nomeadas (apontadas) pelos membros da conferência local, revista pela liderança da igreja e depois votada pela conferência local. O termo do mandato a que servirão será determinado pela conferência local. As qualificações dos anciãos deverão ser aquelas descritas em 1 Timóteo 3:1-7 e Tito 1:6-9.
- b. Responsabilidades. Os anciãos assistirão ao pastor nas suas responsabilidades espirituais, primeiramente em aconselhamento espiritual, liderança, responsabilidade, disciplina na igreja e no discipulado.

5. Diáconos

- a. Seleção. Cada congregação terá um ou mais diáconos, decordo com o que for especificado pela conferência local. Eles deverão ser escolhidos dentro da congregação a que servirão, serão eleitos por voto direto e a conferência local irá determinar por quanto tempo servirão. Suas qualificações deverão ser aquelas delineadas em 1 Timóteo 3: 8:13.
- b. Responsabilidades. Os diáconos assistirão o pastor nos deveres espirituais da igreja, providenciarão a Ceia do Senhor e administrarão o programa de assistência da igreja.

6. Diretor Geral da Escola Bíblica

- a. Seleção. O diretor Geral da Escola Bíblica deverá ser uma pessoa de profunda devoção e estar em concordância com as doutrinas e regulamentos da denominação. O diretor deverá ser um membro da igreja e deverá ser eleito por voto direto e a conferência local irá determinar por quanto tempo irá ocupar o cargo.
- b. Responsabilidades. O Diretor Geral será o responsável pela escola bíblica. O diretor deverá submeter anualmente um relatório sobre o desenvolver da escola para conferência local. O diretor deverá consultar o pastor antes de tomar qualquer decisão ou ação importante com relação à escola.

7. Curadores

- a. Seleção. Os curadores serão eleitos por voto direto na reunião anual da conferência local, o termo a que servirão será determinado pela mesma, respeitando às leis civis locais.
- b. Responsabilidades. Será eleito dentre o grupo de curadores um presidente e um secretário, o qual ser encarregará de manter uma ata corrente de todas as reuniões dos mesmos. A conferência local determinará a forma com que serão eleitos. O grupo de curadores terá a responsabilidade de administrar as propriedades da igreja bem como a sua manutenção, a menos que haja outra provisão específica a respeito de quem se encarregará das propriedades. Os mesmos deverão apresentar um relatório anual à conferência local.

8. Secretário da Igreja

- a. Seleção. O secretário da igreja será eleito por voto direto na conferência local anual ou também pode ser apontado dentre os membros da diretoria, pela diretoria da igreja.
- b. Responsabilidades. É responsabilidade do secretário manter uma ata relatório de todas as conferências e bem como também de todas as reuniões da diretoria da igreja. Ele deverá manter um registro geral da igreja e está encarregado de emitir transferências, cartas e certificados que tenham sido autorizados pela diretoria da igreja ou pela conferência local.

9. Tesoureiro

- a. Seleção. A conferência local tem a opção de direcionar a diretoria da igreja a escolher o tesoureiro dentre os membros da igreja ou incluir o cargo de tesoureiro na eleição para que seja votado na conferência local anual.
- b. Responsabilidades. É responsabilidade do tesoureiro receber e cuidar das finanças da igreja com exceção dos departamentos e organizações dentro da igreja que tenham o seu próprio tesoureiro; fazer o pagamento de todas as obrigações regularmente, como direcionado pela diretoria da igreja ou pela conferência local, emitir recibos aonde se fizer necessário, apresentar um relatório da tesouraria em cada reunião da conferência local ou da diretoria da igreja como requerido.

F. DIRETORIA DA IGREJA

1. Membros

A diretoria da igreja será composta do pastor e das seguintes pessoas: presidente da conferência local, diáconos ou presidente dos diáconos, anciãos ou presidente dos anciãos, diretor da escola bíblica, presidente da diretoria dos curadores, secretário da igreja, e quantos outros mais a conferência local decidir. Todos os membros da diretoria da igreja devem ser membros da igreja local.

2. Reuniões

A diretoria da igreja deve se reunir pelo menos uma vez a cada três meses. Reuniões especiais podem ser conclamadas pelo presidente da mesma ou por três membros da diretoria.

3. Responsabilidades

A diretoria da igreja é responsável por todo o andamento da igreja, por orações e consultas com relação aos trabalhos da igreja. A diretoria fará o necessário para manutenção do pastor e de todos os funcionários da igreja. Todo pedido de membresia deverá passar pela diretoria. A diretoria local com exceção do pastor representará a igreja nas negociações para um novo pastor.

G. ORGANIZAÇÕES AUXILIARES

Dentro de cada congregação podem existir organizações como Escola Dominical, grupo de mulheres, grupos dos homens, grupo missionário de jovens e outras organizações autorizadas pela conferência local. Estas organizações auxiliares serão regidas pelas leis e regulamentos da conferência local e respectivamente pela conferência distrital.

ARTIGO XIV – PROCESSO DE APELAÇÃO PROCESSUAL PARA MEMBROS E ENTIDADES DA MISSIONARY CHURCH

A apelação de uma decisão de qualquer entidade da Missionary Church começa no nível apropriado para tal apelação. O direito de apelação inclui o direito de se ter uma audiência de apelação para dar sanção ou revogar a decisão previa.

A apelação de uma decisão tomada pelo pastor deve ter inicio na diretoria da igreja local.

A apelação de uma decisão tomada pela diretoria da igreja local deve ter inicio na diretoria executiva distrital.

A apelação de uma decisão tomada pelo superintendente distrital deve ter inicio na diretoria executiva distrital.

A apelação de uma decisão tomada pela diretoria executiva distrital deve ter inicio na Comissão Executiva da Diretoria Geral.

A apelação de uma decisão tomada pela Comissão Executiva da Diretoria Geral deve ser levada a Diretoria Geral.

Detalhes Administrativos e Tempo para Impetrar Recurso:

1. A decisão do pastor pode ser apelada por escrito à diretoria da igreja dentro de 14 dias.
 - a. Dentro de 5 dias, o presidente da diretoria ou o seu designado deve se reunir com o recorrente e rever a apelação. Quando o pastor é o presidente da diretoria da igreja, a diretoria deverá indicar um de seus membros, que não seja o pastor, para revisar a apelação.
 - b. Uma audiência deverá ser marcada dentro de 21 dias da notificação da apelação.
2. Dentro de 5 dias da notificação, a decisão da diretoria da igreja pode ser apelada por escrito à diretoria distrital através do secretário do distrito. O superintendente distrital ou pessoa designada por ele deverá marcar uma audiência perante a diretoria distrital ou o comitê apropriado no mais tardar na próxima reunião regular da diretoria ou comitê.
3. Dentro de 5 dias da notificação, a decisão da diretoria distrital pode ser apelada por escrito a Diretoria Executiva da Diretoria Geral através do presidente da Missionary Church, o qual irá contactar o superintendente distrital e revisar todo material envolvido. Dentro de 30 dias, uma teleconferência ou audiência será marcada com a Comissão Executiva da Diretoria Geral.
4. Dentro de 5 dias da notificação, a decisão da Comissão Executiva da Diretoria Geral pode ser apelada por escrito a Diretoria Geral para audiência na próxima reunião da mesma. A Diretoria Geral é a instância final de todos os casos que a ela tenham sido referidos.
5. Nos parágrafos 1.b. acima:
 - a. Aqueles impetrando recursos (apelação) podem ser representados por um conselho.
 - b. Ata ou registro deverá ser mantido.
 - c. Uma decisão por escrito deverá ser apresentada às partes envolvidas na apelação.
6. Recursos impetrados (apelos) submetidos à Comissão Executiva da Diretoria Geral e à Diretoria Geral serão apelações arbitrárias.
7. Em assuntos (casos) relativos a fé e prática que não estejam especificados nesta Constituição, e a onde um membro ou uma entidade da Missionary Church emerge para divergir da posição da Missionary Church, o pronunciamento do corpo que tem autoridade, tem o direito de prevalecer.

ARTIGO XV – AUTORIDADE PARLAMENTAR

A regras contidas na corrente edição de *Rules of Order Newly Revised* deverá governar a Conferência Geral em todos os caso em que são aplicáveis e no qual não são inconsistentes com esta Constituição e qualquer regra de lei especial que a Conferência Geral possa vir a adotar.

ARTIGO XVI – EMENDAS

Podem ser feita emendas a esta Constituição em qualquer Conferência Geral regular por dois terços dos votos da conferência, desde que todas as emendas a serem votadas sejam publicadas com pelo menos 30 dias antes da data da Conferência Geral. Publicadas com pelo menos 30 dias antes da data da Conferência Geral significa que sejam notificados todos os superintendentes distritais, ministros, missionários, representantes e igrejas. Uma audiência com a apresentação de todas as emendas deve acontecer antes da reunião a qual serão votadas.

Recomendações para emendas feitas por diretorias de departamentos devem ser apresentadas através da Diretoria Geral.

Recomendações para emendas feitas por igrejas locais ou distritos devem ser apresentadas pela conferência distrital. Tal ação da conferência distrital deve receber pelo menos dois terços dos votos.

PAPÉIS DE POSTURA

PAPÉIS DE POSTURA E A CONSTITUIÇÃO

A Constituição da Missionary Church é a declaração básica das crenças e práticas. Marcando com antecedência e tendo dois terços de afirmação do corpo administrativo, os artigos desta Constituição formam uma proteção contra ações tomadas rapidamente ou impulsivamente pelo mesmo.

Já por outro lado os Papeis de Postura servem como aplicação ou ampliação da nossa posição doutrinária básica. Determinada postura engrandece uma sessão pequena da Constituição ou informa outras posições da igreja que precisam ser elucidadas pelo colégio eleitoral. Estes documentos foram tendenciosamente elaborados como resultado direto de problemas culturais que precisam de clarificação. Os papéis de postura da igreja aplicam princípios bíblicos aonde a Escritura não menciona diretamente o problema, como jogatina (aposta). Outros dão explanações de posições doutrinárias como o dom de línguas e a certeza do cristão. Outros ainda falam a respeito de situações que são relevantes para os dias em que vivemos e dão clareza da visão denominacional, como por exemplo, a postura perante o homossexualismo. Os papéis de postura da igreja não estão incluídos na constituição e requer simplesmente a maioria dos votos da Conferência Geral para serem adotados.

I. UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA PARA A MISSIONARY CHURCH

O PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO

O ser humano foi ápice da atividade criativa de Deus. Ao primeiro casal foi dada a superintendência da criação de Deus de uma forma que demonstrasse responsabilidade a ambos Criador e criatura (Gn. 1:27-31). Uma vez que ao homem foi dado domínio sobre toda criação, ele tem que procurar entender isso claramente. Sendo assim a busca pelo conhecimento é uma atividade necessária. Da mesma forma, se o homem tem a obrigação de responder a Deus, ele deve conhecer um pouco do caráter de Deus, quem Deus é e o que Ele requer.

Educação é a descoberta e a implementação da verdade; verdade sobre Deus e verdade sobre a criação, de forma que a pessoa se torne tudo aquilo que foi criada pra ser, administrador responsável e que é totalmente consciente da responsabilidade para com Deus, os outros e o mundo.

O CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO

O processo educativo é definido pela própria matéria do conteúdo educacional. Historicamente a igreja tem pensado em educação como um estudo de uma dupla revelação, designada como revelação especial e revelação geral.

Revelação Especial

Os 66 livros do Velho e Novo Testamento como comumente aceitos, formam a revelação especial que é a bíblia. A bíblia revela verdades propositais a respeito de Deus, do homem e do universo, verdades no qual não poderiam ser descobertas através de nenhuma outra fonte. A bíblia informa sobre as origens e apresenta a atividade humana dentro do círculo de soberania de Deus. A bíblia faz com que a existência humana tenha sentido e assegura um destino com propósito. A verdade absoluta da bíblia tem a intenção de

providenciar a fundação para todas as estruturas da sociedade. Portanto, o estudo da bíblia, como um fim em si mesmo, e o meio para o fim (a correta interpretação do significado do universo) se torna uma busca legítima.

Revelação Geral

A revelação geral vem através da observação do universo. Observando, categorizando e experimentando a criação, adquire-se sabedoria a respeito de Deus, dos outros e do mundo. Portanto, estudar cada faceta do universo, incluindo como o homem se relaciona com ele e sua responsabilidade para com o mesmo se torna uma busca legítima.

Integrando Fé e Aprendizado

A revelação geral e especial está co-relacionada de forma hierárquica e complementar. O relacionamento é hierárquico e a revelação especial sempre tem precedência sobre a revelação geral a qual providencia uma moldura sobre o que é aprendido através do estudo da revelação geral. A exploração do universo produzirá o discernimento na sua forma e função, mas apenas a bíblia revela o propósito da existência do universo. O relacionamento é complementar desta forma nenhum produzirá uma informação que contradiz o outro quando propriamente entendido. O estudo dos dois é essencial para um entendimento equilibrado da natureza e da razão das coisas. Uma concepção adequada do mundo não pode ser desenvolvida à parte de uma aproximação holística à educação.

O PROCESSO EDUCACIONAL

Uma educação significativa começa no berço e tem a sua graduação na sepultura.

A Família e a Educação

A primeira e mais importante educação é responsabilidade dos pais. Tanto no Velho como no Novo Testamento a família é tida como instituição educacional. Deus disse a Israel:

“E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as ensinarás a teus filhos e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te” (Dt. 6:6-7).

No Novo Testamento o modelo é encontrado em Ef. 6:4

“E vós, pais, não provoqueis à ira a vossos filhos, mas criai-os na doutrina e admoestação do Senhor”.

Enquanto as duas passagens se referem similarmente à educação religiosa, elas também implicam que o contexto espiritual é essencial para todo aprendizado. É em casa que a criança aprende primeiro a respeito do outro e do mundo a sua volta. Relações interpessoais, atitudes em formação, hábitos e modelos são um sistema valioso e estão diretamente relacionando com o treinamento em casa. A igreja propriamente conscientizada responde a esta necessidade, quando caloca a disposição dos pais os recursos necessários para cumprir com esta tarefa.

A Escola e a Educação

Uma vez que, logisticamente falando, é muito difícil para as famílias providenciarem uma educação adequada aos filhos, os pais escolheram se unir e junto à comunidade providenciarem um local formal para que seus filhos obtenham educação. No mundo ocidental assumiu-se a forma de educação pública. Alguns pais querendo ensinar valores específicos ou uma herança religiosa, têm providenciado programas alternativos que são as escolas privadas ou escolas caseiras. É direito dos pais escolherem o sistema educacional de seus filhos, sejam eles públicos, privados ou caseiros, e sem nenhuma interferência do estado.

Todos os Cristãos têm uma responsabilidade bíblica como cidadãos, de usarem uma estrutura já existente para influenciar as escolas comunitárias a refletirem a sua desejada filosofia de vida e valores. Em uma sociedade pluralística, os Cristãos deveriam requisitar que os valores bíblicos tradicionais fossem imparcialmente apresentados no mercado de idéias.

Educação Superior

Estruturas sociais contemporâneas complexas, e a absoluta massa de conhecimento sobre o universo, requerem um período mais longo de educação formal, mais do que era necessário nas gerações passadas. As mesmas preocupações bíblicas que fizeram com que a igreja se envolvesse com a educação em casa e na escola, são as mesmas que levam a uma preocupação com o ensino superior. A necessidade de integração da fé e do aprendizado não tem fim. A educação superior é apenas diferente em grau, não em forma. Quanto mais intenso e especializado os currículos de nível superior se tornam, mais devem ser colocados no contexto correto; uma concepção do mundo equilibrada, que dá lugar correto a Deus, aos outros e ao universo. Portanto, a igreja deve estimular o seu povo a buscar uma educação de nível superior.

Dentro do contexto da igreja, o Espírito Santo chama certos indivíduos para papéis específicos (Ef. 4:11-16). Ambos no Antigo e no Novo Testamento, a igreja através dos séculos, têm reconhecido que Deus chama e ungi alguns para papéis de liderança. Programas apropriados como Faculdade Cristã de Artes Liberais, Faculdades Bíblicas e seminários teológicos são essenciais para o treinamento correto daqueles que receberam o chamado do Espírito Santo. Estes programas de estudo foram designados para permitirem que a pessoa chamada por Deus, desenvolva todo o seu potencial no papel de liderança em todos os níveis da igreja.

A Igreja Local e a Educação

Alem de promover o apoio da educação em casa e patrocinar varias instituições de educação formal, a igreja deve providenciar programas e oportunidades para que aprendam mais sobre Deus, a Bíblia e a vida Cristã. Todas as atividades e organizações da igreja, devem ter a educação como um de seus objetivos. A descoberta e a implementação da verdade é sempre uma preocupação própria da igreja.

A EDUCAÇÃO E A GRANDE COMISSÃO

A grande comissão dada pelo Senhor faz do ensino uma obrigação para a igreja (Mt. 28:19-20). É essencial para a atividade educacional acompanhar o evangelismo; a criação é, por definição, um processo que começa no novo nascimento e continua por toda a vida. A descoberta e a implementação da verdade em toda área da vida e especialmente na aplicação de um sistema de valores Cristãos, é essencial ao discipulado.

--Adotado pela Conferência Geral de 1991

II. O DOM DE LÍNGUAS

Introdução

Um avivamento de falar em línguas influenciou a América do Norte e outras partes do mundo no último século, e os efeitos deste avivamento continuam até hoje. Este movimento teve um grande alcance geográfico, cultural e social. Então não é surpresa que tenha havido uma grande variedade de experiências e graus de envolvimento neste fenômeno, bem como na aceitação e rejeição das pessoas e dos grupos que se uniram a este ensinamento. Aqueles que falam em línguas ensinam e insistem que o dom de línguas é a evidência e o sinal que alguém está cheio do Espírito Santo. Aqueles que não falam em línguas ensinam e insistem que o dom de línguas não é para este tempo, mas foi para o tempo dos apóstolos e do nascimento da igreja. Outros se encontram no meio, em algum lugar.

A Missionary Church acredita no registro completo da Bíblia acerca das Pessoas e do trabalho do Espírito Santo, e que o dom de línguas deve ser entendido neste grande cenário.

Uma Vida Cheia do Espírito Será Caracterizada pelos Frutos do Espírito e o Uso Adequado dos Dons do Espírito

Nós acreditamos que todo Cristão deve ser cheio do Espírito. Esta verdade tem que ser fortemente enfatizada no ensino e nas pregações. Uma vida cheia do Espírito tem sido a base da Missionary Church desde o princípio, e a nossa Constituição declara o que acreditamos concernente ao trabalho do Espírito Santo na vida das pessoas: “O trabalho divino de tornar o homem santo, começa com o arrependimento e a regeneração, ainda através de uma experiência crítica o crente tem que morrer para si mesmo, para ser purificado no coração e se tornar cheio do Espírito Santo, desta forma ser separado completamente por Deus para servi-lo em justiça e santidade. Após esta experiência crítica, o crente será aperfeiçoado em santidade e no temor de Deus e crescerá em graça e em conhecimento do nosso Senhor Jesus Cristo.”

Historicamente, a Missionary Church tem se posicionado com um coração aquecido, uma experiência vital na vida do crente. Nós temos diligentemente mantido uma correta interpretação da vida Cristã como apresentada nas Escrituras. Nós cremos no preenchimento do Espírito, subsequente à experiência da conversão. A vitalidade de uma vida preenchida pelo Espírito, depende da busca diária, em se entregar completamente à vontade de Cristo. Esta vida será caracterizada pelos frutos do Espírito e sua maneira correta de utilizá-los. E continuaremos a manter esta posição.

Ter Dons Espirituais não Evidencia Plenitude do Espírito

Dons podem obviamente ser falsificados. As palavras de Jesus em Mt. 7:21-23 são soberanas: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! Entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus. Muitos me dirão naquele dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? E em teu nome não expulsamos demônios? E em teu nome não fizemos muitas maravilhas? E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade”. Se alguns dos maiores dons, como a profecia pode ser exercido de maneira iníqua, como Jesus afirmou, então não poderemos nos surpreender quando outros dons forem usados falsamente por satanás.

Enquanto reconhecemos que os dons do Espírito como ensinado nas Escrituras, são válidos para a igreja dos dias atuais, o possuir dom ou dons espirituais não significa completa evidência de que uma pessoa está cheia do Espírito Santo, nem tão pouco mostra evidência de maturidade Cristã.

Embora em vários exemplos nas Escrituras aonde pessoas após serem cheias do Espírito Santo começaram a falar em línguas, mas isso não é uma regra normativa em toda a Escritura. Nós acreditamos que estes acontecimentos são descritivos do que aconteceu durante um período único de transição histórica, registrado no livro dos Atos. Contudo a abstenção de comandos explícitos nas cartas do Novo Testamento conectando a prática do falar em línguas com o viver cheio do Espírito, indica que estes acontecimentos não tiveram a intenção de serem estabelecidos para todos os Cristãos na era da igreja. Além disso, insistir que o falar em línguas é uma evidência da plenitude do Espírito Santo, invalida a experiência de todos os crentes no qual as vidas tem dado abundante evidência do poder do Espírito, mas que nunca falaram em línguas.

Os Dons Espirituais são para “O Bem Comum” no Corpo de Cristo

Todo Cristão tem pelo menos um dom. “Mas a manifestação do Espírito é dada a cada um, para o que for útil” (1Co12:7). Dons espirituais são dados pelo Espírito Santo “repartindo particularmente a cada um como quer” (1Co 12:11). Os Cristãos não devem esperar receber ou exercitar um dom em particular ou vários dons, ou todos os dons. Com este fato em mente Paulo pergunta, “Porventura são todos apóstolos? São todos profetas? São todos doutores? São todos operadores de milagres? Têm todos o dom de curar? Falam todos diversas línguas? Interpretam todos?” (1Co 12:29-30). Fica claro, gramaticamente e contextualmente falando, que o intento da resposta a estas perguntas é “não”. Portanto, os Cristãos precisam um do outro.

Dons estão sempre relacionados com serviço, e não são usados pra medir a experiência Cristã de cada um. Nós concordamos com A.B. Simpson quando ele disse, "... os dons que possuímos não afeta a nossa salvação pessoal, nem a nossa santidade, e nem a nossa posição perante Deus como subjetivos a Sua graça"¹. Os dons não são pra serem usados egoisticamente, mas para o benefício de todo o corpo.

O Dom de Línguas deve ser Praticado com Ordem, União e Amor

O falar em línguas é referido nas Escrituras tanto na adoração corporativa (igreja) como privada. As diretrizes para se falar em línguas de forma corporativa (na igreja) são encontradas em 1Co 14 que dizem 1). Não mais que dois ou no máximo três falem em línguas durante o culto, e 2). Tem que haver uma pessoa presente que possa interpretar o que está sendo dito. Paulo diz também que ele prefere falar 5 palavras da sua própria inteligência do que dez mil palavras em línguas desconhecidas. Falar em línguas de forma privada se refere a uma conversa privada com Deus. Paulo encherça o falar em línguas como tendo um valor limitado, uma vez que o benefício consiste apenas na edificação pessoal e não na edificação do todo o corpo (1Co. 14:2, 4).

O dom de línguas não tem a intenção de trazer divisões. Contudo a rejeição ou aceitação do falar em línguas tem causado divisões em igrejas, casas e outros grupos devido ao fato de que aquele que fala ou que não fala, se mantém fiel na sua posição. Orgulho e divisão criaram problemas de união do corpo na igreja de Corinto. A instrução mostra claramente que a cristandade sem amor, o julgamento não bíblico de outros, rupturas em uma congregação e a recusa em escutar o ensino da Sagrada Escritura, não vêm Espírito Santo.

Os Cristãos Devem Ser Conhecidos pelos Seus Frutos e Não Pelos Seus Dons

A Missionary Church considera importante a distinção entre os dons e a graça do Espírito. Os dons do Espírito são claramente apresentados em 1Co 12. A graça e o Espírito são unidos por amor (1Co 13), e o desejo por dons espirituais (1Co 14:1) deve ser precedido por uma séria busca do amor. A graça do espírito é também identificada como frutos (Gl. 5:22-23). É evidente que um pode ter um dom ou alguns dons do Espírito sem, contudo desfrutar a graça do Espírito. Um dom como a profecia, por exemplo, pode ser utilizado sem a graça do amor e assim ser nada mais que um barulho. (1Co. 13:1).

A graça ou o fruto do Espírito torna possível ao Cristão utilizar os dons do Espírito de forma a trazer gloria a Deus e Suas bênçãos e realçar o testemunho da igreja de Jesus Cristo. Um vez que Paulo apresenta o amor como "o caminho mais excelente" isso sugere que o amor é a essência de toda a graça do Espírito (1Co 12:31b). A verdade de 1 Coríntios 13 indica isso. Todas as outras graças ou frutos nascem do amor: gozo, paz, longaminidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, e temperança (Gl 5:22-23).

Os Cristãos devem ser conhecidos pelos seus frutos e não pelos seus dons. A evidência mais visível do preenchimento do Espírito na vida de um Cristão é o amor: amor por Deus, amor pelo corpo de Cristo e amor pelo perdido.

Resumo

O Cristão tem que ser apaixonado pela pessoa do Espírito Santo que é o doador dos dons. A bíblia ensina claramente que a vida Cristã é o relacionamento com a pessoa de Jesus Cristo. E que tornou-se real pra nós através do Espírito Santo.

A Missionary Church acredita que a paixão consumidora do Espírito Santo é apresentar e glorificar a Cristo (Jo 15:26). Qualquer coisa que venha a diminuir o tema central que é Jesus Cristo, diminui a efetividade da igreja. Como Paulo "decidi nada saber, senão Jesus Cristo, e este crucificado" (1Co 2:2). Buscar a manifestação mais do que buscar a Cristo, é um perigo que deve ser evitado. Sitando A.B. Simpson novamente "quando buscamos alguma coisa menos que Deus, podemos ter a certeza que estamos perdendo Suas mais altas bênçãos e somos propícios a cairmos em sérios erros e desvios"².

Os pastores devem ensinar como viver uma vida Cristã vitoriosa echeia do Espírito Santo, não como uma opção para os Cristãos, mas como uma necessidade. As nossas congregações precisam conhecer a profunda experiência da graça de Deus nas suas vidas. Não podemos perder a visão do que Cristo fez por nós e suas bênçãos passadas. Nós aconselhamos ao nosso povo como “ser guiado pelo Espírito de Deus” (Rm 8:18) e a “anciosamente desejar os melhores dons” (1Co. 12:31, 14:39).

¹ A.B. Simpson, *Gifts and Grace* (Camp Hill, PA: Christian Publications, 1993), pág 1.

² A.B. Simpson

-- Revisado pela Conferência Geral de 2003

III. A CERTEZA DO CRISTÃO

Nós sabemos que existem Cristãos comprometidos e que tem uma visão diferente a respeito da certeza do crente. Devido ao nosso compromisso com a grande comissão e a Afirmação do nosso Propósito, não vamos fazer com que os diferentes pontos de vista a respeito da certeza do Cristão se torne uma divisão ou desunidade. Nós vamos proclamar a santidade de Deus, o amor de Deus por todas as pessoas e o chamado para uma vida santa, independentemente das diferenças com relação à certeza do Cristão. Superintendentes distritais e comitês distritais de credenciais devem usar este papel de posicionamento em todo o processo de concessão de credenciais.

As escrituras ensinam que o Cristão crente tem a bênção da certeza de saber que é salvo. Ele não tem que viver na incerteza a respeito do seu relacionamento com Deus. Ele pode ter a certeza, sem qualquer sombra de dúvida que os seus pecados foram perdoados e que ele é filho de Deus.

Garantia da Aceitação

Em primeiro lugar o Cristão tem a garantia de ser aceito devido ao testemunho do Espírito Santo que interiormente lhe confirma a aceitação de Deus. “O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus” (Rm 8:16). “E aquele que guarda os seus mandamentos nele está, e ele nele. E nisto conhecemos que ele está em nós, pelo Espírito que nos tem dado” (1 Jo 3:24). O Espírito dá testemunho quando a fé é exercida seguindo as promessas de Deus. (Baseado em Hb. 11:5-6).

Também existem outras evidências pela qual o Cristão pode ter a garantia do seu relacionamento salvífico. A primeira epístola de João, a qual está centrada no conhecimento, nas condições desta certeza de acordo com as evidências daquele que vive a vida baseada na Palavra de Deus (2:3-5) fazendo o que é certo (2:2-; 3:7-10); amando os irmãos (3:14-15); tendo um coração que não nos condena (3:19-21) e vivendo vitoriosamente acima do pecado e de satanás (5:18).

Garantia da Segurança

Existe outro aspecto da garantia, a certeza de ser guardado. Nós podemos ter a convicção da nossa aceitação agora, mas e o no futuro? Podemos ter a certeza da perseverança? Às vezes pessoas com sentimento de derrota se sentem desencorajadas a viverem uma vida Cristã, com o medo de que “não agüentarão”.

Não há dúvida do propósito glorioso de Deus de fazer com que os seus, através do seu poder não venham a se perder para que possam se apresentar perante Ele sem mácula e com grande alegria. O poder galardoador de Deus excede o nosso pedir. Ele “é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera” (Ef 3:20). Deus é maior do que qualquer oposição que se levanta contra nós. Por isso Paulo pergunta, “se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8:31). Nenhum poder é forte o suficiente para nos separar do amor de Deus. “Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem a

altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor” (Rm 8:37-39).

Condição da Segurança

Não precisamos nos preocupar com a capacidade de Deus, de nos fazer a todos vencedores no final. Mas este resultado não é automático ou inevitável. Através de todo o Novo Testamento é ensinado consistentemente que o poder de Deus se torna efetivo através do exercício da nossa fé. O eleito “Que mediante a fé estais guardados na virtude de Deus para a salvação” (1Pe 1:5). O escritor de Hebreus, se refere a eles como “irmãos santos, participantes da vocação celestial”, nos chamando para uma fé firme: “Porque nos tornamos participantes de Cristo, se retivermos firmemente o princípio da nossa confiança até ao fim” (Hb 3:1, 14).

Observemos, pois que a condição para a salvação é a fé. “Aquele que crê no Filho tem a vida eterna; mas aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus sobre ele permanece” (Jo 3:36). Veja também João 3:16, 18, 5:24, 6:40, 47. Mas a palavra “crer” usada em todas essas passagens esta no presente do indicativo, isso significa “crer e continuar crendo”. É o presente continuativo ou progressivo, que implica em não somente ter uma fé inicial, mas também manter a atitude de fé. Então a certeza da segurança é para aquele que crê. Somos salvos pela fé e mantidos também pela fé.

Falsa Segurança

Em nenhum lugar do Novo Testamento é sugerido que o Cristão pode presumir que está salvo pelo seu relacionamento com Deus. Em nenhum lugar a idéia de que ele “veio” e tudo o que tem que fazer “já foi feito” por causa da fé inicial. Em nenhum lugar é dado encorajamento ao desviado, que uma vez salvo, sempre salvo. Em nenhum lugar a Bíblia suporta a heresia de que o Cristão pode entregar-se ao pecado e ficar sem impunidade. Pelo contrário, os seguidores de Cristo são exortados à “Vigiar e orar para que não caiam em tentação” (Mt 26:41); “guardai-vos de que, pelo engano dos homens abomináveis, sejam juntamene arrebatados, e descaiais da vossa firmeza” (2Pe 3:17); “empenham-se ainda mais para consolidar o chamado e a eleição de vocês, pois se agirem desta forma jamais tropeçarão” (2 Pe 1:10); mantenha “ a fé e a boa consciência” para poder evitar o naufrágio (1Tm 1:18); “para os que crêem em Deus se empenhem na prática de boas obras” (Tt 3:8); “Apeguemo-nos com firmeza à esperança que professamos” (Hb 10:23); “permanecendo firmes no Senhor”(Fl 4:1).

Os Cristãos são alertados dos perigos mortais quando o sal perde o seu sabor (Lc 14:34-35); por falhar em permanecer em Cristo (Jo 15:6); em perder o foco da esperança encontrada no evangelho (Cl 1:23); em desviar da fé (1Tm 6:10); em escapar das armadilhas do diabo (2Tm 2:24, 26); em negligenciar tão grande salvação (Hb 2:3); em se afastar (apostasia) do Deus vivo (Hb 3:12); em ser endurecido pelo engano do pecado (Heb 3:13); em pecar deliberadamente e se manter no pecado (Hb 10:2-31); em desviar da verdade (Tg 5:19-20); em ser vencido pelo mundo (2Pe 2:20-22); em abandonar o primeiro amor (Ap 2:4, 5).

Esses são ensinamentos claros do Novo Testamento. A provisão soberana de Deus está unida a responsabilidade humana. As declarações das Escrituras são sempre ligadas com mandamentos, indicados na forma imperativa. A segurança é para aqueles que crêem. Nós somos guardados pelo poder de Deus através da fé. As passagens clássicas que citam o poder de Deus que nos guarda são, João 10 e Romanos 8, esses dois capítulos condicionam a segurança humana evidenciada pela fé na obediência. A promessa de vida eterna e proteção contra os inimigos são para aqueles que ouvem a voz de Cristo e o seguem (Jo 10:27-28). As promessas em Romanos 8:29-39 são para aqueles que amam a Deus (vs. 28), um amor o qual é demonstrado quando guardamos os mandamentos de Cristo (Ver João 14:15, 21,23-24;15:9-10; compare com Mt 28:19-20).

Verdade Equilibrada

Estas verdades complementares, soberania divina, e responsabilidade humana, nem sempre têm estado equilibradas. Aliás, homens se prendem a uma, causando a exclusão da outra, e tem tentado levantar sistemas teológicos em somente uma delas. Por exemplo, Calvino, que foi precedido por Augustino, elaborou um sistema baseado no princípio da soberania de Deus com cinco pontos principais: (1) eleição

incondicional; (2) expiação limitada; (3) total incapacidade moral e depravação; (4) graça irresistível; e (5) a perseverança final dos santos. Calvino acredita que Deus predestinou alguns incluindo bebês, para serem salvos; outros para serem amaldiçoados. A diferença em destinos foi encontrada, não em respostas de homens ou rejeição do evangelho, mas na inescrutável vontade de Deus. Alguns dos seus seguidores levaram estes princípios a extremos fatais. Eles se opunham a esforços evangelísticos ou missionários como sendo uma afronta à soberania de Deus. Muitos dos chamados Calvinistas de hoje têm pareceres bastante modificados deste sistema, mesmo que eles ainda carreguem essa idéia de que “Uma vez na graça, sempre na graça” ou “Uma vez salvo, sempre salvo”.

Armínio, que pertenceu a geração pos Calvino, tentou opor-se ao sistema Calvinista, insistindo na: (1) eleição condicionada à presciência de Deus sobre a resposta individual ao evangelho; (2) expiação como visão mundana; (3) boa moral somente através da regeneração baseada na fé individual; (4) possibilidade de resistir a graça; (5) perseverança através da ajuda do Espírito Santo como resposta de fé. ***Históricamente a Missionary Church tem estado de acordo com estes cinco pontos. Entretanto, alguns daqueles que seguiram Armínio foram muito além.*** Eles construíram o seu sistema baseado no princípio da liberdade humana excluindo a soberania divina e apareceram com uma forma revisada da heresia do Pelagianismo. Eles negaram a depravação humana, afirmaram a bondade inerente dos homens, esforço humano e vontade própria, e terminam com a salvação através das obras.

Árbitro Final

O árbitro final da verdade é a Palavra de Deus, com a qual a Missionary Church está comprometida. A Palavra aponta as duas verdades, a verdade da soberania divina e responsabilidade dos homens. Deus em Sua soberania escolheu criar o homem um ser livre para exercitar escolhas dentro de seu soberano propósito.

Reconhecidamente, a operação de ambos transcende o entendimento humano, mas o maior teólogo de todos os tempos, o Apóstolo Paulo, seguindo a ambos somente se dobrou em adoração perante a insondável sabedoria de Deus. No nono capítulo de Romanos, ele propõe claramente a iniciativa, o propósito, e o trabalho de Deus para salvar o homem através da Sua graça soberana. “Eu terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. “O oleiro não tem o direito de fazer do mesmo barro, um vaso para propósitos nobres e outras para o uso comum?” Mas no capítulo seguinte, a responsabilidade do homem é proposta com tal ênfase, que a iniciativa da salvação do homem parece se encontrar unicamente nele: “Se você confessar com a sua boca, ‘Jesus é o Senhor,’ e crer em seu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, você será salvo”. “Todos que clamarem o nome do Senhor serão salvos”. O Apóstolo ainda coloca mais responsabilidade sobre os homens: “E como eles podem crer naquele de quem eles ainda não ouviram? E como eles podem ouvir, se não há quem pregue”?

Então no décimo primeiro capítulo de Romanos, esses dois grandes princípios são unidos repetidamente. O fato é determinado, mas o método transcende o entendimento humano. O grande teólogo pôde somente expressar maravilhas e louvores quando ele admirava os transcendentos caminhos de Deus: “Ó quão profundas riquezas, tanto da sabedoria quanto do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são seus juízos e quão inescrutáveis são seus caminhos”!

Para resumir, as Escrituras ensinam ambos, a soberania divina e a responsabilidade humana. Elas ensinam, por um lado, a competência das provisões de Deus em graça para nos salvar, e por outro, a necessidade de exercitar e manter a fé pra fazer com que a provisão da salvação se torne efetiva. Através da fé o crente pode se alegrar na certeza de que é aceito e do poder contínuo de Deus em salvá-lo. Mas se houver um lapso na fé obediente, operante e vital, o fim pode ser trágico. Os Cristãos do novo Testamento foram alertados que não existe escapatória para as consequências dos deslizes constantes e que a possibilidade de apostasia é uma realidade bíblica. No decorrer do Novo Testamento, os Cristãos são aconselhados a permanecerem firmes na fé e na fidelidade ao Senhor Jesus Cristos.

IV. ABORTO

O aborto tem sido levado para dentro da vanguarda dos problemas éticos confrontado pelos Cristãos atuais. O problema tem sido encarado como algo geral, de moral relativista, uma crescente permisividade sexual e a ameaça de uma explosão populacional.

A questão moral do aborto é mais do que uma questão da liberdade da mulher de controlar as funções reprodutivas do seu corpo. Mas é uma questão circunstancial na qual é permitido a um ser humano tirar a vida do outro.

Nós acreditamos que toda vida é um presente de Deus, e que nenhuma vida, mesmo a de uma criança que está para nascer ou de uma mãe pode ser tomada. Nós cremos que nas Escrituras Deus conferiu bênçãos divinas sobre a vida de um feto e que também providenciou penalidades para ações que resultarem na morte da criança.

A Missionary Church crê que o aborto por razões de conveniência pessoal, ajustamento social ou vantagem econômica é moralmente incorreto. Consequentemente, nós aconselhamos aos nossos pastores e as pessoas a se informarem melhor a respeito de algumas alternativas para o aborto.

Ao mesmo tempo, nós reconhecemos que existem algumas condições medicas na qual colocam em risco a vida da mãe e que se faz necessário um aborto terapeutico. Nesses casos, a decisão de abortar deve ser tomada somente depois de extensivo aconselhamento médico, psicológico e espiritual.

Nós também reconhecemos certas condições traumáticas tais como estupro e incesto o qual podem resultar em gravidez e que podem criar uma ameaça séria ao bem-estar psicológico da mãe e em qualquer família. Nós não acreditamos que a resposta bíblica seria eliminar essa nova vida o qual é resultado de tal ato traumático. Pelo contrário, nosso desejo é que haja um entendimento Cristão contínuo e que um total apoio seja demonstrado pelos membros da igreja local para com a mãe e a família envolvida, tanto durante a gravidez bem como após o nascimento.

Além do mais, a Missionary Church acredita que a congregação local e os membros individualmente devem ter uma responsabilidade perante Deus, na aceitação e no cuidado amoroso para com aqueles nascidos como resultado da nossa forte posição contra o aborto, e este ministério deve ser estendido tanto a pessoas dentro como fora da comunidade igreja.

--Adotado pela Conferência Geral de 1981

V. LIDERANÇA NA IGREJA

Liderança é um termo que denota varias conotações. Quando adicionamos o modificador “Cristã”, a conotação aumenta. Alguns dos significados vêm da cultura da qual nós somos parte, e alguns vieram das Escrituras. É importante que aprendemos a distinguir essas duas fontes.

Existe uma tendência pela parte dos Cristãos de quererem definir um modelo de liderança por meio de estudos de líderes na Bíblia, mas nós devemos reconhecer que a cultura patriarcal do Antigo Testamento, e da cultura Greco-Romana do Novo Testamento são bem diferentes da cultura pós-século XX do mundo Ocidental. Isso não é pra afirmar que não existe um guia bíblico para liderança. É somente para dizer que o resultado dos princípios bíblicos de liderança, aplicadas à nossa situação podem parecer diferentes do que quando aplicados a outras culturas em outras épocas.

Por exemplo, no Novo Testamento nós não encontramos nenhuma igreja com estruturas bem desenvolvidas como encontramos hoje no ocidente. Organizações e liderança dentro da antiga igreja eram relativamente simples. Por essa razão, nós não encontramos modelos de liderança para as grandes igrejas urbanas, com sua equipe profissional ou de denominações com dimensões nacionais e internacionais. Dizer que não

encontramos modelo, entretanto não é dizer que não encontramos princípios, e é a estes princípios que devemos dar uma atenção cuidadosa quando buscamos desenvolver modelos para nossa presente situação.

O primeiro princípio do Novo Testamento a ser notado é que todo o líder da igreja demonstra caráter Cristão exemplar (1Tm 3 e Tt 1:5-9). Em sociedades pagãs mesmo nos dias de hoje, o caráter não é tao importante quanto a habilidade pragmática de obter resultados. Qualquer pessoa que é capaz de controlar o poder espiritual mais eficientemente, é tido como um líder espiritual, independentemente do seu caráter pessoal ou ético. Entretanto dentro da igreja, é mais importante o que uma pessoa é, do que a sua capacidade de fazer. Um líder é para ser um exemplo vivo das maiores qualidades de uma vida Cristã e uma prova viva de que a ética bíblica funciona. Essas qualidades e exemplos vivos não são exigidos somente dos líderes. Todo Cristão, que exerça ou não papel de liderança, deve ser marcado por essas características. O ideal seria que “todo Cristão fosse maduro” (Cl 1:28). A qualificação básica para uma liderança, é ter um grau significativo de maturidade espiritual, que seja baseado em uma doutrina saudável e em um contínuo crescimento espiritual. Um fator significativo nesse processo de amadurecimento é ter um estilo de vida no qual coloca em prática os valores bíblicos e que resista à pressão de se moldar a valores culturais não Cristãos.

O segundo princípio relacionado à liderança Cristã é que o trabalho é mais importante que a sua posição de líder. Jesus deixou bem claro que Seus seguidores não deveriam buscar para si mesmo posição de poder (Mt 20:20-28; Jo 13:16). Só existe um Senhor; e o significado da palavra “governar” (Derivado da palavra Grega arco) nunca foi usada no Novo Testamento se referindo ao relacionamento entre os Cristãos. O líder Cristão não é um governador; ele é um servo, embora não sendo um servente das pessoas que ele serve. Ele é primeiramente um servo de Deus de quem ele recebe a orientação e a direção.

Para um líder ser apenas um líder, seria abdicar-se do papel de liderança. Esse equilíbrio entre ser um servo e ser um líder nos é demonstrado pelo próprio Jesus. A expulsão dos vendedores do templo e o ato de lavar os pés dos discípulos nos mostram o equilíbrio que deve ser encontrado em um líder, alguém que exerce a autoridade e ao mesmo tempo ministra às pessoas com um coração de servo.

Um outro princípio relacionado é o fato de liderar ser mais uma questão de função do que uma posição a ser ocupada, de exercer o ministério do que de ser um ministro. Liderança dentro de um grupo sempre começa com o ministério e gradualmente se torna uma posição institucionalizada. A tendência então, é sempre começar a pensar em ter uma posição ao invés de exercer a função de um servo-líder. Portanto, buscar uma posição para a satisfação pessoal, ou simplesmente para exercer autoridade, é contrária ao conceito bíblico da liderança-servidora.

O terceiro princípio está relacionado com existência de vários tipos de líderes; variando entre o tipo profético, que é caracterizado pela habilidade de motivar pessoas a obedecerem a Palavra de Deus, e o líder do tipo sacerdotal, que é o que mais se aproxima com o nosso conceito moderno de gerenciamento. Este tipo de líder não se importa em organizar (gerenciar) e dirigir os programas concebidos pelo líder anterior, alguns líderes terão vários graus desta característica. O perigo é que tensão pode surgir entre as funções de líder e gerente ou entre pessoas que exercem essa função, ou que uma característica tenda a predominar mais. Por essa razão, alguns preferem distinguir entre as funções de lideranças e gerenciamento.

Entretanto nós podemos definir os termos, nós precisamos reconhecer que o corpo precisa de todos os seus membros da mesma forma que necessita os dois tipos de liderança.

A distinção também é feita entre líderes profissionais e leigos. O conceito de líderes profissionais na igreja, não é claro no Novo Testamento, como o conceito geral de que liderança é uma função legítima dentro da igreja. O profissionalismo tem crescido na mesma proporção que a igreja tem desenvolvido identidade institucional. Os fatores culturais se tornam significantes quando se está lidando com esse aspecto de liderança. A igreja em uma linhagem de nível econômico subsistente não teria a opção de ter líderes profissionais embora certamente necessitando de líderes. As igrejas famílias (ou situadas nas casas) em lugares como a China, onde existe um governo que suprime o Cristianismo, não tem a opção de liderança profissional como nós conhecemos, mas o critério para liderança se aplica.

Isso, contudo, não faz com que o clero profissional se torne não bíblico; mas isso significa que nós precisamos começar com o conceito de liderança na igreja o qual se origina de princípios bíblicos e que reconheça que alguns dos nossos conceitos comuns e padrões de liderança são mais um produto da sociedade Ocidental do século 20 do que um projeto de padrões ou princípios bíblicos.

O quarto princípio subjacente à liderança na igreja envolve o reconhecimento pelo líder e pela igreja de que a qualificação para que uma pessoa assuma uma posição de liderança, é possuir os dons apropriados de liderança dados pelo Espírito Santo. Esse é o motivo pelo qual o líder precisa mais do que qualidades gerais de um caráter Cristão maduro. Todos os membros do corpo devem ter essas qualidades, e as pessoas que não ocupam postos de liderança não estão isentas da necessidade de alcançar tais padrões. Nem tão pouco, são considerados membros de segunda classe da igreja. É simplesmente uma questão de reconhecer que Deus em Sua soberania deu vários dons aos membros do Seu Corpo e que eles precisam ser reconhecidos não com base hierárquica, mas baseado no fato de que todos os dons são para edificar a igreja. Então um líder é a pessoa que possui os dons de liderança dados por Deus e os usa dentro na igreja com o espírito de servo.

O quinto princípio é que liderança Cristã envolve habilidades as quais precisam ser desenvolvidas através de estudos cuidadosos e prática. Essas habilidades podem variar de acordo com as expectativas culturais dos líderes e com a complexidade da organização envolvida, mas diligência em ser “um homem trabalhador que não precisa ter vergonha” aplica-se aos líderes e também a todos os membros da igreja.

Essas habilidades incluirão combinações variadas de coisas como coordenar o desenvolvimento de propósitos, metas e objetivos; motivar a igreja na busca desses fins; instruir a igreja na Palavra de Deus; ajudar os membros da igreja a identificar e a usar seus dons para o bem da igreja e na realização pessoal; manter balanceada a necessidade de satisfação pessoal e grupal; aconselhamento; encorajamento; organização e gerenciamento das atividades e ministérios da igreja; administrar disciplina; servir musicalmente; evangelizar e estabelecer igrejas em áreas remotas.

Um cuidado a ser mencionado, é a tendência das pessoas de confundirem certos tipos de personalidades com dons de liderança. Estereótipos de líderes são às vezes formados sem critérios bíblicos válidos, e todos que se encaixam neste estereótipo acreditam que são líderes em potencial. A adesão aos princípios acima ajudará a evitar este erro.

Um segundo cuidado a ser tomado, está relacionado com a tendência dos líderes em evitar os riscos envolvidos com uma liderança, evadindo o seu papel inteiramente ou tentando transferir as responsabilidades para a igreja, para um comitê ou para uma diretoria. É bem claro nas Escrituras que o povo escolhido nem sempre esteve disposto a seguir os líderes apontados por Deus. O caso de Jeremias é um ótimo exemplo desse tipo de resistência. Isso pode ser um teste bastante severo para o líder-servo.

Em resumo, os critérios para a liderança na igreja são: (1) maturidade espiritual como definido nas Escrituras, (2) um espírito de servo comprometido com o serviço da igreja, (3) um senso de chamado divino, (4) dons espirituais apropriados, e (5) qualidades de liderança desenvolvidas.

--Adotado pela Conferência Geral de 1985

VI. HOMOSEXUALISMO

As Escrituras declaram que Deus criou o homem e a mulher. Além do mais, os registros bíblicos mostram que a união sexual foi estabelecida dentro do contexto de um relacionamento entre homem-mulher (Gn 2:24), e formalizando na instituição do casamento. O parceiro do homem é a mulher. Juntos eles seriam uma só carne. No Novo Testamento, a união entre homem e mulher representa o relacionamento entre Cristo e Sua igreja (Ef 5:22-23). Em todo lugar nas escrituras a relação sexual entre homem e mulher dentro do casamento é visto como algo natural e bonito.

A atividade homossexual, bem como o adultério, é claramente condenada nas Escrituras. Em Levítico 18:22, Deus declara a prática da homossexualidade uma abominação a Sua vista. Em Romanos 1:26-27 a prática da homossexualidade é descrita como algo degradador e paixão artificial. 1Coríntios 6:9-10, identifica a prática de homossexualidade como um pecado, que a persistência em sua prática traz consequências graves nessa vida, e exclui a pessoa do reino de Deus.

O Apóstolo Paulo, rigidamente condenando a prática da homossexualidade, testifica que aqueles que uma vez se envolveram na prática da homossexualidade e agora não mais, estão entre aqueles que foram perdoados e transformados pelo nome do Senhor Jesus Cristo (1Co 6:11). Essa declaração oferece esperança tanto para o perdão bem como para a cura. Os Cristãos individualmente, ministros, e toda a congregação precisam manter a crença de que todos os seres humanos pecaram, e que todos os Cristãos receberam a misericórdia de Deus enquanto se encontravam sem Deus, e hostis a Deus. Através do nome de Cristo nós proclamamos perdão, limpeza, restauração e poder para uma vida com Deus para todos os que se arrependem e creram no evangelho.

Nós acreditamos que a homossexualidade não é uma condição hereditária, como raça, gênero, ou origem nacional, a qual está livre de implicação moral. Nós acreditamos que homossexualidade é um desvio do plano do Criador para a sexualidade humana. Enquanto os homossexuais como indivíduos têm intitulado direitos Cívicos, incluindo proteção igual perante a lei, a Missionary Church se opõe a uma legislação a qual extenderia condições especiais para tais indivíduos baseados em sua “orientação sexual”. Tal legislação inevitavelmente está buscando a legalização da prática homossexual e eleva esta prática ao chamado legislação dos “Direitos dos Homossexuais”, e onde tal legislação já se tornou lei, a Missionary Church deseja fortemente que as igrejas e organizações sejam isentas de concordarem passivamente com a emenda desta lei. A posição e prática de tais organizações com relação a homossexualidade são determinadas por suas convicções religiosas. E nós temos isso como uma grave questão de liberdade religiosa.

Os Cristãos, os ministros e todas as congregações devem ininterruptamente proclamar as boas novas do perdão e encorajar aqueles envolvidos em práticas homossexuais a cessarem essas práticas, e aceitarem o perdão, e orem para serem libertos, porque nada é impossível para Deus. Mais ainda, nós devemos aceitá-los dentro da congregação, uma vez feita a confissão de fé e arrependimento, como nós faríamos com qualquer outro pecador que foi perdoado (1Co 6:11).

Nós ainda pedimos aos pastores e teólogos, juntamente com especialistas médicos e sociólogos dentro da comunidade Cristã, que expandam suas pesquisas com respeito aos fatores que tem elevado o número de homossexuais, e a desenvolverem terapia, apoio pastoral e suporte congregacional para se alcançar uma restauração completa.

--Adotado pela Conferência Geral de 1985

VII. JOGO DE AZAR

A Missionary Church reafirma sua posição com relação ao jogo e a loterias, incluindo aquelas comandadas pelo governo. Isso é moralmente, socialmente, e economicamente destrutivo. Eles são enraizados na ganância e viola a ética do trabalho bíblico.

Nós acreditamos que o jogo de azar em qualquer formato é potencialmente vicioso. É um mal social que alimenta a ganância e apresenta um valor fantasioso que facina as pessoas. Especialmente danifica as pessoas pobres que não tem recursos para seu próprio sustento, com uma promessa de riqueza instantânea. O final trágico resulta em uma pobreza profunda e aumenta a necessidade de uma ajuda externa governamental (Welfare) sem falar nos estragos emocionais e na desilusão experimentada pelo grande número de planos não concretizados.

Jogar subverte a base econômica de uma nação e reduz o poder de compra da população. O dinheiro do assalariado que é investido em jogos, não pode ser investido na compra de bens e serviços, de negócios construtivos e produtivos.

O jogo compulsivo pode causar com que o caráter do indivíduo venha a se enfraquecer e desintegrar. E pode causar também indolência e desilusão pessoal, a destruição de famílias, crimes, perda de empregos e até mesmo suicídio.

Uma vez que lamentamos a exploração desta fraqueza humana, a Missionary Church conclama a todos os que se encontram em posições de influência a buscarem outros meios para aumentar a renda. Pedimos também as igrejas e as escolas que conduzam programas de informação às pessoas com respeito aos danos causados pelos jogos de azar.

--Adotado pela Conferência Geral de 1985

VIII. PRONOGRAFIA E OBSCENIDADE

DEFINIÇÃO:

Pornografia: Originário das palavras *porne* (Prostituição) e *graphos* (escrita). Dicionário Webster define pornografia como: (1) Originalmente uma descrição de prostitutas (os) e seus negócios; (2) escritas, fotografias, etc. que tem a intenção de despertar desejo sexual.

Obscenidade: Originário da palavra em Latin *obscaenus* (“ob” significa para, “caenus” significa porcaria). Dicionário Webster define obscenidade como: (1) Ofensivo à modéstia ou decência, lascivo, impuro; (2) sujeira, porcaria, repulsividade, e repugnância.

AO PASSO QUE a multibilionária indústria da pornografia tem crescido e continua a crescer em proporções epidêmicas e está invadindo e afetando cada seguimento da sociedade; e

AO PASSO QUE o estilo de vida defendido pela indústria da pornográfica entra diretamente em conflito com a vida santa que é ensinada na Palavra de Deus; e

AO PASSO QUE os valores familiares, igreja, comunidade e relacionamentos estão sendo seriamente afetados por essa indústria; e

AO PASSO QUE a Suprema Corte em 1973 reafirmou que a comunidade tem o direito de estabelecer e proteger seus padrões; e

AO PASSO QUE existe um aumento alarmante no número de gravidez na adolescência, prostituição infantil, assaltos sexuais em mulheres e crianças, e a degradação das pessoas está aumentando em proporção direta à degeneração dos valores bíblicos morais;

POR ISSO DECIDIU-SE QUE os membros e aderentes a Missionary Church unissem seus esforços e energias com organizações tal como a Consulta Nacional em Pornografia, Inc.(National Consultation on Pornography, Inc.), Federação Nacional de Decência pela Lei (National Federation of Decency by Law), e outras agências similares para derrotar toda forma de pronografia.

POR ISSO DECIDIU-SE AINDA MAIS QUE o nosso desejo é que as pessoas fiquem alertas a respeito da magnitude do problema e se envolvam nos planos da comunidade para exercer uma voz positiva através de ações tais como boicote de produtos, publicações, programas de TV e lugares que promovam o aumento desse câncer na nossa sociedade; e finalmente

FOI DECIDIDO que escreveremos ao Presidente do Estados Unidos

1. Agradecendo a ele por se levantar contra a indústria da pornografia nesse país.
2. Fazendo uma petição a ele para requerer do Departamento de Justiça para que seja reforçada a lei contra obscenidade já existente nos livros.
3. Prometendo a ele nossas orações e apoio neste trabalho.

--Adotado pela Conferência Geral de 1985

IX. EXATIDÃO BÍBLICA

A autoridade da Escrituras tem sido a questão chave para a igreja Cristã desta e de todas as eras. Aqueles que professam a fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador são chamados a mostrar a realidade do seu discipulado humildemente e fielmente obedecendo a Palavra escrita de Deus. Desviar-se da fé e da conduta das Escrituras é uma deslealdade ao nosso Mestre. Reconhecimento da verdade total e fidedigna das Escrituras é essencial para o completo entendimento e a confissão adequada de sua autoridade.

As seguintes frases, afirmam a inerrância da Escritura, tornando se claro o nosso entendimento da mesma e alertando contra a sua negação. Nós estamos persuadidos que negar a Escritura, é por de lado o testemunho de Jesus Cristo e do Espírito Santo com o intuito de recusar-se a submeter às reivindicações da própria Palavra de Deus a qual marca a verdadeira fé Cristã. Nós vemos isso como dever oportuno de fazer essa afirmação mediante o corrente declínio da verdade da inerrância no meio de nossos companheiros Cristãos e os conflitos nesta doutrina no mundo.

CURTAS AFIRMAÇÕES

1. Deus, que é em Si mesmo a verdade e somente fala a verdade, inspirou a santa Escritura para se revelar a Si mesmo ao homem perdido através de Jesus Cristo como Criador e Senhor; Redentor e Juíz. A Sagrada Escritura é Deus testemunhando de Si mesmo.
2. As Escrituras Sagradas, sendo a própria Palavra de Deus, escrita pelo homem, preparada e supervisionada pelo Espírito Santo, é de infalível autoridade divina em todas as questões sobre a qual relata: é para ser tida como o mandamento de Deus, em tudo que é ordenado, em tudo o que é contido como obrigação de Deus em todas as Suas promessas.
3. O Espírito Santo, o Autor divino das Escrituras, testemunha da sua autenticidade dentro de nós e abre o nosso entendimento para entender o seu significado.
4. Sendo plenamente e verbalmente dada por Deus, as Escrituras são totalmente sem erros ou falta em todos os seus ensinamentos, e é o que é afirmado sobre as ações de Deus na criação, sobre os eventos da história mundial, e sobre sua própria origem literal perante Deus, e é testemunha da graça salvadora de Deus em cada vida individualmente.
5. A autoridade das Escrituras é inevitavelmente prejudicada se essa total inerrância divina for de alguma forma limitada ou negligenciada, ou feita relativa a um parecer da verdade contrária a verdade da Bíblia; e tais declínios trazerem sérias perdas tanto para a igreja quanto para o indivíduo.

ARTIGOS DE AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO

- Artigo I Nós afirmamos que as santas Escrituras devem ser recebidas como a Palavra de Deus autorizada.
Nós negamos que as Escrituras recebem sua autoridade da igreja, tradição, ou outro recurso humano.
- Artigo II Nós afirmamos que as Escrituras são as supremas normas escritas pela qual Deus une a consciência, e que a autoridade da igreja está subordinada às Escrituras.

Nós negamos que o credo religioso, os concílios, ou declarações tem maior ou igual autoridade que Bíblia.
- Artigo III Nós afirmamos que a Palavra escrita em sua totalidade é uma revelação dada por Deus.

Nós negamos que a Bíblia seja meramente uma testemunha da revelação, ou somente se torna uma revelação quando confrontada, ou depende de respostas humanas para se tornar válida.
- Artigo IV Nós afirmamos que Deus, que fez o homem à Sua imagem e semelhança, usou de palavras como meio de revelação.

Nós negamos que a linguagem humana é tão limitada pela nossa natureza que é considerada inadequada como veículo de revelação divina.

Nós ainda negamos que a corrupção da cultura humana e da linguagem pelo pecado tem se oposto ao trabalho de inspiração de Deus.
- Artigo V Nós afirmamos que a revelação de Deus dentro das santas Escrituras foram progressivas

Nós negamos que revelações posteriores que podem completar revelações anteriores corrigem ou contradiz as Escrituras. Nós ainda negamos que qualquer tipo de revelação normativa tenha sido dada após a conclusão do Novo Testamento.
- Artigo VI Nós afirmamos que a Escritura como um todo e todas as suas partes, desde a primeira palavra do original, foi dada por inspiração divina.

Nós negamos que a inspiração das Escrituras pode ser confirmada em algumas partes sem o todo, ou no todo sem algumas partes.
- Artigo VII Nós afirmamos que inspiração foi o trabalho através do qual Deus pelo Seu Espírito Santo, através de escritores humanos, nos deu Sua Palavra. A origem das Escrituras é divina. O modo de inspiração divina permanece um grande mistério para nós.

Nós negamos que inspiração pode ser reduzida a introspecção humana, ou ser elevada a falta de consciência de alguma forma.
- Artigo VIII Nós afirmamos que Deus em Seu trabalho de inspiração se utilizou de personalidades distintas e estilos literários dos escritores a quem Ele escolheu e preparou.

Nós negamos que Deus, para fazer com que estes escritores usassem as palavras que Ele escolheu, tenha anulado suas personalidades.

- Artigo IX Nós afirmamos que a inspiração, embora não confira onisciência, garante a verdade e expressão vocal digna de confiança em todas as questões do qual os autores bíblicos foram tocados a falarem e a escreverem.
- Nós negamos a humanidade ou incapacidade desses escritores, por necessidade ou qualquer outro motivo, introduziu distorção ou falsidade dentro da Palavra de Deus.
- Artigo X Nós afirmamos que inspiração estritamente falando, aplica somente ao texto autografado da Escritura, o qual por providência Divina pôde ser determinado por manuscritos com grande exatidão. Nós afirmamos ainda que as cópias e as traduções das Escrituras são a Palavra de Deus na magnetude com que elas fielmente representem o original.
- Nós negamos que qualquer elemento essencial à fé Cristã seja afetado pela ausência de autorias. Nós negamos ainda que essa ausência faz com que a afirmação de inerrância bíblica seja inválida ou irrelevante.
- Artigo XI Nós afirmamos que as Escrituras, tendo sido dada por inspiração divina é infalível, por isso, não é ilusiva, é verdadeira e de confiança em todas as questões a que é endereçada.
- Nós negamos que é possível para Bíblia ser ao mesmo tempo infalível e sujeita a erros em suas afirmações. Infalibilidade e inerrância podem ser distinguíveis, mas não separáveis.
- Artigo XII Nós afirmamos que as Escrituras em sua totalidade não possui erro, sendo livre de falsidade, fraude, ou engano.
- Nós negamos que infalibilidade e exatidão bíblicas são limitados aos temas espirituais, religiosos ou de redenção, excluindo afirmações nos campos da história e da ciência. Nós negamos ainda que hipóteses científicas sobre a história da terra podem ser adequadamente usadas para anular os ensinamentos da Escrituras com respeito a criação e ao dilúvio.
- Artigo XIII Nós afirmamos que o próprio uso da inerrância bíblica como um termo teológico com referência a completa verdade das Escrituras.
- Nós negamos que é adequado avaliar as Escrituras de acordo com os padrões de verdade e erro que são estranhos ao seu uso e propósito. Nós ainda negamos que inerrância bíblica é negado por fenômenos bíblicos tais como a falta de técnicas modernas de precisão, irregularidades na gramática, ortografia, descrições observacionais da natureza, o relato de fadigas, o uso de hipérbole e números redondos, colocação de materiais subpostos, seleções variadas de material em contas paralelas, ou o uso de citações livres.
- Artigo XIV Nós afirmamos a unidade e consistência interna das Escrituras.
- Nós negamos que supostos erros e discrepâncias que ainda não foram resolvidos invalidem as verdades reivindicadas na Bíblia.
- Artigo XV Nós afirmamos que a doutrina da inerrância está fundamentada no ensinamento bíblico sobre inspiração.
- Nós negamos que os ensinamentos de Jesus a respeito das Escrituras podem ser dispensados por apelarem para a acomodação da limitação natural da Sua humanidade.
- Artigo XVI Nós afirmamos que a doutrina da inerrância tem sido integral à fé da igreja ao longo de sua história.

Nós negamos que a inerrância é uma doutrina inventada pelo Protestantismo escolástico, ou é uma posição reacionária postulada em resposta ao alto criticismo negativo.

Artigo XVII Nós afirmamos que o Espírito Santo dá testemunho da Escrituras, garantindo aos crentes a verdade da Palavra de Deus escrita.

Nós negamos que o testemunho do Espírito Santo opera isoladamente em relação às Escrituras ou contra ela.

Arigo XVIII Nós afirmamos que os textos das Escrituras devem ser interpretados por uma explicação gramático-histórica, levando em consideração sua forma de literatura e equipamentos, e que a Escritura pode interpretar a própria Escritura.

Nós negamos a legitimidade que qualquer tratamento do texto ou a busca de fontes que estejam por trás de fatos e que levam à relativização, e a encobrir a história, ou a retirada de ensinamentos, ou que rejeite a autoria de suas reivindicações.

Arigo XIX Nós afirmamos que a confissão da plena autoridade, infalibilidade e inerrância das Escrituras são vitais para um verdadeiro entendimento da fé Cristã como um todo. Nós afirmamos ainda que tal confissão deve induzir ao aumento da conformidade para a imagem de Cristo.

Nós negamos que tal confissão é necessária para a salvação. Entretanto, nós negamos ainda que a inerrância pode ser rejeitada sem consequências graves, tanto ao indivíduo quanto a igreja.

(Tirado do “The Chicago Statement on Biblical Inerrancy,” 1978)

--Adotado pela Conferência Geral de 1989

X. O PAPEL DA MULHER NO MINISTÉRIO

O importante papel da mulher no ministério é claramente afirmado tanto no Antigo quanto no Novo Testamento (ver Juizes 4-5; Ester 1-9; Atos 18:14-28; Atos 21:8-9, e Romanos 16:1-20.) e é uma parte vital da hereditariedade da Missionary Church. Nós acreditamos que é consistente tanto com as escrituras bem como a hereditariedade que a Missionary Church claramente afirma seu entendimento considerando esse papel.

Como membros do corpo de Cristo, a todas as mulheres foram dados dons espirituais (1Co 12). Além do mais, Deus concedeu a certas mulheres papéis de liderança e administração. Nós reconhecemos que é da vontade de Deus que essas mulheres se empenhem na igreja e em ministérios paralelos à igreja, tais como servindo em comitês de gerenciamento, ensinando na escola Dominical, que podem também incluir homens, falando em cultos, e servindo como membros ministeriais.

Nós afirmamos a igualdade essencial de homens e mulheres considerando suas posições perante Deus e a bênção herdada da salvação (1Co 11:11; Gl 3:28). Ao mesmo tempo, existe uma diferença funcional refletida em 1Tm 3:1-7 e Tt 1:5-9 Essa diferença não nega a igualdade essencial de homens e mulheres, assim como Deus sendo a cabeça de Cristo não nega a igualdade essencial do Pai e do Filho (1Co 11:3).

Nós acreditamos que essas palavras no Novo Testamento “ancião”, “chefe”, e “pastor-mestre” se referem, com diferentes implicações, à mesma atribuição (1Tm 3:1-7; Tt 1:5-9; Ef 4:11; compare com 1Tm 2:12). Essas referências do Novo Testamento indicam que essas atribuições devem ser preenchidas por homens. A posição de pastor em uma igreja com um pastor ou pastor sênior em uma igreja com múltiplas pessoas em sua equipe, é a equivalência contemporânea dessa atribuição no Novo Testamento. E acrescentando que

executivos denominacionais e distritais que servem como chefes das igrejas gerais ou igrejas locais especificamente deverão ser homens. Em situações de necessidade e por quanto essa necessidade perdurar, uma mulher pode servir no ministério como pastor-mestre. Em Timóteo 2:12 no Grego, Paulo fala que a mulher não deve “continuar” como o pregador oficial da congregação nem “continuar” tendo autoridade sobre os homens. Ele não proíbe a mesma de fazer o trabalho algumas vezes.

Nós acreditamos que o Novo Testamento ensina sobre o papel da mulher no ministério e a vontade contínua de Deus para o seu povo em todas as Eras.

XI. ORDENAÇÃO

Nós entendemos que o Novo Testamento não fornece uma definição absoluta do que é ordenação. Entretanto nós reconhecemos a necessidade de se ter um sistema para credenciar ministros que satisfaça os requisitos governamentais e denominacionais. Nós nos referimos a esse procedimento de credenciação como licenciamento e ordenação.

Licenciamento é o nosso reconhecimento do chamado, do dom e da preparação da pessoa para uma vida de ministério vocacional.

Ordenação é a consagração da Pessoa ao ministério após comprovação do chamado, do dom e da preparação confirmada pela igreja.

Nós acreditamos que a responsabilidade e a autoridade que acompanham a ordenação é primeiramente moral e espiritual e deve ter o respeito apropriado e a submissão daqueles que servem.

--Adotado pela Conferência Geral de 1999

XII. NOSSOS VALORES

É apropriado que nós declaremos ao nosso povo (eleitorado) qual é a nossa posição, bem como para a nova geração, e para o mundo como um todo. Nós esperamos que essas declarações influenciem nossos interesses, molde as nossas políticas, modele as nossas estratégias e determine nossas metas a curto e longo prazo.

NOS POSICIONAMOS ...A FAVOR da essência da fé Cristã expressada em nossa Afirmação de Fé.
...CONTRA a negação da Palavra de Deus como autoridade final em questões de fé e prática.

NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR de exercer livremente nossa religião.
...CONTRA a intervenção do estado em negócios, governo e emprego de práticas nas igrejas e nas organizações Cristãs.

NOS POSICIONAMOS ...A FAVOR da santificação da raça humana.
...CONTRA aborto, infanticídio, eutanásia e da erradicação geral da singular dignidade dada por Deus de que todos os seres humanos têm valor.

NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR de buscar uma renovação através do compromisso ao senhorio de Jesus Cristo, do preenchimento do poder do Espírito Santo, vidas de sacrifício e a separação dos pecados desse mundo.
...CONTRA injustiças pessoais e estruturais, sendo ela religiosa, política ou econômica.

- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR do direito de compartilhar nossas convicções e o evangelho de Jesus Cristo livremente com todas as pessoas.
...CONTRA qualquer esforço para negar aos indivíduos o direito de aderir e de propagar a fé que escolheu.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR da educação Cristã onde seja central a nossa visão bíblica do nosso mundo e nossa forma de viver.
CONTRA uma educação que seja intolerante a tradição Judeo-Cristã.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR de um governo baseado na igualdade de direitos para todos os cidadãos não importando a raça, o sexo ou a fé.
...CONTRA racismo e o anti-semitismo em qualquer lugar em qualquer hora.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR do fortalecimento do casamento e da família como a base unida por Deus.
...CONTRA o crescimento da prática do divórcio, sexo pré-matrimonial, sexo fora do casamento e violência doméstica.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR da busca de uma vida pura e justa.
...CONTRA homossexualidade, lesbianismo; incesto; prostituição; pornografia de todas as formas; abuso de bebidas alcólicas e drogas; Satanismo, humanismo e materialismo.
- NOS POSICIONAMOS ...A FAVOR de um testemunho vigoroso que seja profético e de arrependimento da igreja perante o estado com relação aos problemas morais.
...CONTRA uma igreja política ou que vai além da sua área de competência.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR de uma resposta generosa às necessidades do oprimido, do pobre e do faminto através de atos de compaixão Cristã.
...CONTRA qualquer “liberação teológica” que advoga uma revolução ideológica e subversiva da Bíblia e/ou doutrinas básicas Cristãs à ditames Marxistas.
- NOS POSICIONAMOS ... A FAVOR do apoio a liberdade religiosa em todo o mundo, e a legitimidade de todas as nações de manterem sua segurança nacional e uma resolução não violenta de conflitos internos.

...CONTRA vozes da esquerda e da direita que fazem das igrejas e de suas organizações instrumentos de ativismo político tendo como compromisso primário uma ideologia política.

Tendo então declarado, nós nos entregamos agora ao cumprimento destas declarações para glória de Deus Pai. Nós o fazemos, convencidos de Sua ajuda, guiados pelas santas Escrituras e pelo poder do Espírito Santo.

“Que o próprio Deus da paz o santifique inteiramente; e que todo espírito, alma e corpo sejam preservados inculpáveis na vinda do nosso Senhor Jesus Cristo”. 1 Tessalonicenses 5:23

Adaptado de “A Declaration” (Uma Declaração) o qual foi adotado na convenção da National Association of Evangelicals (Associação Nacional de Evangélicos) de 1987.

--Adotado pela Conferência Geral de 1989

XIII. SÍNDROME DE IMUNO-DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA

Síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS) causada pelo vírus de imunodeficiência humana (HIV) é uma epidemia que está crescendo e que pode superar as destruições causadas por qualquer outra praga na história humana. Nessa década, milhares e dezenas de milhares de pessoas na América do Norte contraíram AIDS e mais de um milhão de Norte-Americanos são portadores do Vírus da AIDS. Para aqueles que contraíram AIDS, atualmente não existe cura médica conhecida, fazendo com que essa doença se torne fatal. A evidência não é clara, com relação aos resultados a longo prazo daqueles que são portadores do vírus da AIDS.

Nós extendemos nossa compaixão Cristã a todos que de qualquer forma tenham adquirido essa doença (João 3:16; 1João 2:2; Lucas 10:25-31). Nós recomendamos as provisões espirituais, emocionais e até mesmo cuidados físicos para estes, no mesmo grau que o recomendamos para pacientes com outras doenças terminais. Cristãos, seguindo o exemplo de Cristo, devem ministrar às pessoas infectadas pelo vírus HIV. Mantendo o nosso precedente histórico (ex: missões médicas, casas de aposentados, missões dentro da cidade, etc.) nós desejamos que nossas igrejas locais se envolvam no desenvolvimento de novos ministérios que forneçam cuidado e carinho para pessoas com AIDS. Eles necessitam de paz e esperança que somente o evangelho de Jesus Cristo é capaz de dar-lhes.

Nós nos preocupamos tanto com a confidencialidade do infectado bem como com a proteção do não infectado. É cabível de repreensão moral na mesma proporção, um indivíduo soro positivo ocultar sua situação de outro indivíduo em potencial que possa vir a contrair o mesmo vírus, ao mesmo tempo em que é discriminação identificar uma pessoa soro positivo. Nós acreditamos que o interesse do não infectado (incluindo o cônjuge não infectado) tem prioridade sobre a confidencialidade de pessoas que são soro positivo e persistem em um comportamento de auto-risco. Além do mais a AIDS é primeiramente uma preocupação de saúde pública, não um problema de direito civil. Assim sendo, qualquer legislação proposta na qual concede “direitos civis” especiais a pessoas afligidas com AIDS, mas que coloca em risco a saúde de outros, é totalmente inaceitável.

A Missionary Church reafirma a santidade do casamento e deplora o envolvimento sexual extraconjugal, práticas homossexuais, e abuso de drogas intravenosas. Ao mesmo tempo em que reconhecemos que existem inocentes que sofrem com esta doença, o fato é que existe dois grupos primários de indivíduos com AIDS na América do Norte nos dias de hoje, homens homossexuais e viciados em drogas que compartilham seringas.

Os ensinamentos da vida familiar e a educação sexual são responsabilidades dadas por Deus aos pais. A tarefa da igreja é dar assistência a ambos, pais e jovens a entenderem sua sexualidade dentro dos contextos e valores bíblicos. Contudo educação sexual sozinha, não impedirá a disseminação da AIDS. Nossa sociedade precisa entender e reconhecer que existem obrigações emocionais, filosóficas, médicas, sociológicas, históricas e razões bíblicas para a prática da abstinência antes do casamento e a fidelidade dentro do casamento. Uma vez que Deus criou a relação sexual para o casamento heterossexual monógamo, e desde de que essa forma de prática sexual ajudará prioritariamente a resolver esse problema, a Missionary Church admoesta o seu povo e o seu mundo a ensinarem e a viverem dentro da moral sexual bíblica.

Concluindo, a Missionary Church recomenda as três seguintes respostas:

1. Confrontar a doença como Cristo e seus discípulos lidaram com as situações no seu tempo (Mt 8:2-3 e 9:35-36).
2. Cuidar dos afligidos, com o amor de Cristo e as boas novas da esperança, do perdão e da salvação (Mt 22:39; Gl 6:2; Mt 7:12).
3. Promover o estilo de vida bíblico o qual minimiza a expansão da infecção (1Ts 4:3-4; 1Co 6:13, 18-20).

Amos, Willian E, *“When AIDS Comes to Church”*, Phildelphia: The Westminister Press, 1988

Dobson, James, *“Dr. Dobson Answer Your Questions,”* Focus on the Family, 1986, p.5.

Hayner, Stephen A., *“AIDS: Ethical and Moral Questions,”* 1 de Maio de 1987.

“Acquired Immunodeficiency Syndrome,” Uma declaração da Christian Medical Dental Society. Aprovado unanimemente pelo CMDS House of Delegates, em 29 de Abril de 1988, em Seattle, Washington.

“National Association of Evangelicals Resolutions on A.I.D.S.” Adotado pelo N.A.E. General Session, March 9-10, 1988, Orlando, Florida.

--Adotado pela Conferência Geral de 1989

XIV. GUERRA ESPIRITUAL: OS CRISTÃOS E OS DEMÔNIOS

A Bíblia frequentemente mostra a vida Cristã como uma guerra. Os principais antagonistas são Deus e Satanás; mas o homem (como criatura criada à imagem de Deus) e anjos (bons e maus) estão profundamente e ativamente envolvidos. Cristãos, como filhos de Deus pela redenção, são os alvos específicos dos ataques de Satanás.

Práticas ocultas são tão antigas como a invasão do Jardim do Édem por Satanás, mas uma participação alarmante e renovada destes atos é evidente no mundo Ocidental contemporâneo. O vácuo espiritual criado por uma religião sem poder forneceu solo fértil para tais atividades florescerem. Essa tendência chama a igreja a olhar com olhos diferentes para as guerras espirituais nas quais estamos engajados, quer queiramos ou não.

A menção de anjos e demônios levanta um problema especial para a maioria dos Cristãos Ocidentais, contudo, porque espíritos não são seres funcionais do ponto vista do típico Cristão Ocidental. Enquanto a realidade de anjos e demônios pode ser afirmada como sendo parte de um sistema teológico da crença de alguém, eles são tidos como confinados a um mundo sobrenatural com contato relativamente raro com pessoas na terra, especialmente pessoas Cristãs. Como a ciência tem fornecido explicações para vários fenômenos da vida, a lacuna entre o “mundo espiritual” e o “mundo real” tem se tornado maior gradualmente. Seguimentos significativos da nossa sociedade desistiram de crer em seres espirituais, e o impacto disso tem sido visto na secularização da sociedade e na liberação da teologia.

No outro lado do espectro se encontram os outros dois-terços do mundo a quem nós fomos comissionados a alcançar com o evangelho, e para quem os espíritos são seres bem funcionais na vida diária. Enquanto eles às vezes atribuem mais atividades aos espíritos do que deveriam, a sua visão do mundo espiritual está mais próxima da visão do mundo bíblico do que a nossa.

Devido a essa mudança de ponto de vista, não somente anjos e demônios não são tidos como seres reais, assim também é com o Espírito Santo. Muitos Cristãos são verdadeiramente muito mais capazes de controlarem suas próprias emoções e de modificar sua conduta na presença de uma pessoa importante do que na presença do Espírito Santo. A pessoa e o trabalho do Espírito Santo tem se tornado uma fonte de grande confusão dentro da igreja. Existe uma necessidade verdadeira de se ter uma visão bíblica do mundo aonde os espíritos são seres funcionais. Isto é crucial porque Satanás, apoiado pelos seus anjos caídos, estão buscando nos “devorar” (1Pe 5:8); e se nós não reconhecermos o inimigo, nós não seremos capazes de resisti-lo efetivamente.

As Escrituras são inconfundíveis, entretanto, ela nos ensina que essa guerra já foi vencida decisivamente a nosso favor por Cristo na cruz (Jo 19:30, Cl 2:15, Hb 2:14). A provisão já foi tomada para que o Cristão possa “estinguir todas as setas inflamadas do maligno” (Ef 6:16). Nós temos

autoridade para “vencer todo o poder do inimigo” (Lc 10:19). Nós podemos ser “mais que vencedores através Daquele que nos amou” (Rm 8:35-39).

As Escrituras também são bastante claras quando avisa e admoesta o povo de Deus com relação a Satanás, seus demônios e práticas ocultas. No tempo do Antigo Testamento, foi dito a Israel claramente que práticas ocultas, práticas as quais buscam por forças espirituais outras além de Deus, visando conhecimento e poder, eram “detestáveis” pra Deus (Dt 18:9-13). Paulo em 1Co 10:20 nos instrui com relação à idolatria como as praticadas pelos Gentios quando ele diz que por detrás dos ídolos existem demônios.

Em Seu tempo na terra, Jesus demonstrou como devemos batalhar contra o inimigo, e todos os escritores do Novo Testamento incluíram avisos concernentes aos ataques de Satanás. Paulo nos advertiu “a permanecer firme contra os planos do diabo” (Ef 6:11). Pedro nos ordena a “vigiar e estarmos alertas. O diabo, o inimigo de vocês, anda ao redor como um leão, rugindo e procurando a quem possa devorar” (1Pe 5:8). Tiago nos fala para “resistir ao diabo” (Tg 4:7). João nos avisa para precavermos, “não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus” (1Jo 4:1).

De acordo com os Evangelhos, Jesus tem muito a dizer a respeito de Satanás e os demônios, e uma porção significativa de registros do Seu ministério é com respeito a Sua relação com esses inimigos. Ou Jesus estava errado em crer na existência de demônios, ou Ele estava se acomodando ao ponto de vista equivocado das pessoas daqueles dias, ou Ele estava certo. Uma vez que Ele estava certo, não existe nenhuma boa razão para supormos que Satanás e seus demônios tenham mudado significativamente seus métodos de operação ou que o Poder de Deus sobre eles mudou. Nós temos que permanecer em guarda contra eles resisti-los, e não ignorá-los.

A provisão já foi tomada para a proteção do Cristão, se ele usar a armadura (Ef 6:10-18) as armas (ex.a oração, a Bíblia, o sangue, adoração/louvor) disponíveis a ele. Mas, se ele falhar nessa tarefa ou se “der espaço ao diabo” (Ef 4:27), ele estará sujeito à opressão demoníaca.

A tática primária dos demônios para obter controle é a decepção. Satanás usou essa tática em Eva (Gn 3:1-7, 2Co 11:3), e ele continua usando-a desde então. Decepção é uma mentira engenhosa, e a pessoa enganada desconhece que ele está agindo com base na mentira. A verdade de Deus é a defesa primária contra tal decepção; assim sendo existe a necessidade de um estudo bíblico diligente. Discernimento frequentemente vem através de outro Cristão; daí a necessidade da participação fiel na vida da igreja.

O objetivo final de Satanás é privar Deus de Sua glória. Isso claro é impossível. Ninguém pode adicionar ou subtrair a glória de Deus. Satanás, porém pode limitar o grau pela qual a glória de Deus é demonstrada e proclamada na terra, influenciando os filhos de Deus a viverem abaixo de seus privilégios em Cristo obstruindo assim seus testemunhos e proclamação. O Cristão que não está vivendo toda sua vida para a glória de Deus (1Co 10:31) está cumprindo o propósito de Satanás.

A primeira aproximação de Satanás é para criar dúvida a respeito do caráter de Deus ou da Palavra de Deus como ele fez com Eva. Ele também tentará impedir os crentes de crescerem no conhecimento da palavra e de viverem em obediência a ela.

Ele também tentará criar uma sede de poder em algumas áreas da vida ou de obter conhecimento sobre o futuro, o qual causará com que pessoas se dirijam a outras fontes que não seja Deus ou Sua Palavra para saciar essa sede. Algumas vezes, experiências aparentemente inocentes ou a participação negligente em atividades questionáveis se tornam uma lacuna para o oculto.

Algumas vezes, porém, Satanás vai além desta aproximação para demonstrar poder. Ele usa de ataques no corpo e na mente das pessoas e demonstrações do seu poder sobre certas forças naturais e objetos para produzir medo e escravidão (Jó 1:2). Satanás sabe que seu poder foi limitado por Deus (Jó 1:10, Lc 22:31, Ap 12:12). Ele é incapaz de possuir ou exercer domínio sobre um Cristão. Ele é, entretanto, capaz de atacar em outras áreas; e a menos que a pessoa saiba como resistir a ele, ele estabelece “seu

espaço” para atormentar. Por ele usar a decepção tão eficientemente, essas brechas não são frequentemente reconhecidas ou não são identificadas pelo que realmente são.

Espaços concedidos aos demônios são requeridos de volta através da confissão, do arrependimento, e da renúncia (onde atividades ocultas estiveram envolvidas), e aplicando o sangue de Cristo que purifica de todo mal. Às vezes demônios tem que ser ordenados a sair no Nome do Senhor Jesus Cristo.

Todo Crente tem acesso ao poder necessário para resistir ao diabo (ou demônio) e fazê-lo fugir. Poder para resistir não é um dom; é um privilégio de todos os filhos de Deus. É provável, contudo, que em qualquer congregação exista algumas pessoas que tenham um ministério direto nesta área, para ajudar àqueles que possam estar experimentando problemas.

A congregação, por outro lado, expressão do corpo de Cristo, deve estar preparada para fornecer encorajamento, apoio, e uma base àqueles que estão empenhados em tal ministério. E também deve providenciar um grupo de reabilitação para aqueles que estão passando por um processo de libertação ou para aqueles que estão começando de novo após a experiência da libertação, para que possam experimentar o amor Cristão, receber força e encontrar aconselhamento.

A vitória de Cristo é para ser manifestada na vida do Seu povo, entretando, não somente para se defender contra os ataques de Satanás; mas também para ser expressa como um elemento vital na proclamação do evangelho às pessoas que ainda não foram alcançadas no mundo. A demonstração de poder espiritual e autoridade em confrontar forças demoníacas entre grupos de pessoas animistas é uma parte integral da proclamação da mensagem do reino de Deus e da implantação de igrejas onde ainda não foram implantadas. Jesus demonstrou táticas defensivas para Cristãos, como em Sua passagem pelo deserto das tentações (Lc 4:1-13). Ele também demonstrou um ministério com estratégia ofensiva (Lc 4:31-44) e disse que os milagres que Ele fez, Seus seguidores também o fariam (Jo 14:12). E Sua comissão final foi “Assim também como o Pai me enviou, eu vos envio” (Jo 20:21).

Pode, portanto, ser esperado que o confronto com forças demoníacas seja mais aberto e intenso nessas áreas do mundo onde a igreja ainda não tenha sido implantada. Entretanto, nós não devemos nos corromper com o pensamento semelhante de que uma guerra espiritual aberta e intensa não é uma realidade presente no mundo Ocidental.

Os membros das nossas igrejas estão sendo chamados a serem diligentes no cultivo de disciplinas Cristãs, tais como estudos bíblicos, oração, responsabilidade mútua, intencionalidade, adoração pública, jejum, e atos de misericórdia. Essas disciplinas são formas de nos aproximarmos da “completa armadura de Deus” (Ef 6:10-18 AV), e também servem para a defesa espiritual, e para o completo domínio das nossas “armas de guerra” (2Co 10:3-5 AV) e bem como para um ministério produtivo.

--Adotado pela Conferência Geral de 1989

XV. SOCIEDADES SECRETAS

A lealdade Cristã suprema deve ser para com Jesus Cristo que é o Senhor (Rm 14:9; At 2:36). Em todas as associações o Cristão deve ser livre para seguir a Cristo, obedecer à vontade de Deus e não ser colocado em jugo desigual com um não crente (2Co 6:14-18). Sob a luz dos ensinamentos bíblicos, o Cristão precisa entender as exigências das de discipulado com relação a membresia em sociedades secretas.

As organizações que exigem um juramento secreto, afirmação, ou senha como condição para afiliação, são consideradas sociedades secretas. A maioria das sociedades secretas são religiosas por natureza. Frequentemente, orações são oferecidas, hinos são cantados, membros são envolvidos em atos de adoração, capelães são escolhidos para liderar louvores e funerais. Entretanto o louvor dessas sociedades é frequentemente Unitário, e não Cristão; a religião é moralista, e não redentora; e os fins

são humanistas, e não evangélicos (At 4:12). Em contradição aos ensinamentos de Cristo e do Novo Testamento, essas sociedades requerem juramentos e promessas secretas os quais prendem as ações futuras daqueles que prestaram juramento. Jurar lealdade absoluta a qualquer sociedade secreta é entrar em conflito direto com o compromisso Cristão feito a Jesus Cristo como Senhor. O Cristão deve ser livre para fazer a vontade do Senhor em todas as coisas.

Por isso, membros os da nossa igrejas, devem abster-se de se tornarem membros de qualquer sociedade secreta, e aqueles que estão se unindo com a igreja devem resignar-se de qualquer ordem secreta a qual previamente chegaram a se unir.

--Adotado pela Conferência Geral de 1991

XVI. EUTANÁSIA E SUICÍDIO AUXILIADO

A intenção deste papel de postura é apenas endereçar eutanásia e suicídio auxiliado. Não foi intencionado a endereçar todos os problemas relacionados com o sofrimento humano com relação a morte.

Nós acreditamos que a vida humana é um dom de Deus e tem um valor absoluto, não relativo. Morte é uma transição significativa que todos enfrentamos. O sofrimento que antecedente a morte pode ser muito penoso. Isso também nos dá a oportunidade para uma reflexão pessoal e a reconciliação.

Um teste primordial de nossas prioridades na vida pode ser como lidamos com o sofrimento quanto enfrentamos a morte. Esse sofrimento foi o caso do nosso Salvador no jardim do Getsêmani. Ele estava “profundamente triste, numa tristeza mortal” (Mc 14:34) e zelosamente orou para ser privado desse sofrimento que apenas iria se intensificar. Mas ao mesmo tempo Ele confirmou o Seu compromisso com o grande propósito do Pai, não importando o sofrimento que estivesse pela frente. A ausência de sofrimento é boa, foi por isso que Jesus orou. Ao mesmo tempo, esta não era a melhor alternativa, portanto este foi o motivo pelo qual Ele se dispôs a passar por esse sofrimento substancial.

A Missionary Church se opõe a qualquer intervenção com a intenção de produzir a morte para aliviar a dor, o sofrimento ou alguma situação econômica, ou mesmo que seja para a conveniência do paciente, da família ou da sociedade. Nós acreditamos que os argumentos seculares para suicídio médico-auxiliado são superados por uma visão bíblica de um Deus soberano que coloca um limite na autonomia humana. Nós acreditamos ainda que existe uma profunda distinção moral entre permitir que uma pessoa morra, e tirar a vida de outra pessoa (Ex 20:13, Dt 5:17).

Confirmando a dignidade da vida humana, a Missionary Church é a favor do desenvolvimento e do uso de um tratamento adequado para aliviar a dor e o sofrimento; providenciando o companheirismo humano e apoio espiritual encorajando as orações de intercessão.

Enquanto para o crente, morrer é lucro (Fl 1:21), é errado impor sobre a prerrogativa de Deus, o avanço desse dia. Antes, olhamos para o nosso Senhor Jesus Cristo para nos sustentar até o dia que o encontrarmos face a face (1Jo 3:2).

“Physician-Assisted Suicide”: papel de postura da National Association of Evangelicals, 1997.

“Assisted Suicide and Euthanasia: Theological Perspectives”: papel de postura do Trinity Seminary: The Center for Bioethics and Human Dignity, n.d.

“Euthanasia”: papel de postura da Christian Medical and Dental Society, aprovada pela CMDS House of Delegates, em 1 de Maio de 1992.

--Adotado pela Conferência Geral de 1999

XVII. SANTIFICAÇÃO

Introdução

Se santificar, e se separar para o uso santo, se separar do profano para o que é sagrado (do Hebreu, qadesh; do Grego, higiazo). Assim como justificação, santificação também é obra de Deus. É uma obra da graça baseado no mérito de Cristo. Paulo escreve em Gálatas 6:14, “Que eu jamais me glorie, a não ser na cruz do nosso Senhor Jesus Cristo, por meio do qual o mundo foi crucificado para mim, e eu para o mundo”. Por meio da obra de Cristo, Deus separa o crente do pecado com o propósito de santidade, o qual se torna efetivo quando o crente vive segundo o Espírito matando os desejos da carne (Ver em Romanos 6:22; 8:1-14).

A vida Cristã depende inteiramente da obra de santificação do Espírito Santo. Como Paulo escreveu em Tessalonicenses, “...desde o princípio Deus os escolheu, para satisfazerem as obras santificadoras do Espírito e a fé na verdade. (2 Ts 2:13-14). Pedro também escreveu que também somos “Eleitos de Deus... escolhidos de acordo com o pré-conhecimento de Deus Pai, pela obra santificadora do Espírito, para a obediência a Jesus Cristo e a aspersão do seu sangue” (1Pe 1:1-2). O que está envolvido nessa obra santificadora do Espírito nos crentes? A amplitude completa dessa obra inclui duas dimensões. A primeira é a santificação inicial que é posicionada em Cristo e ocorre quando o indivíduo recebe Jesus Cristo como Salvador. A segunda é a experiência dimensional que é ordenado e esperado dos Cristãos. Por exemplo, note as palavras de Paulo em Filipenses 2:12, “...coloquem em ação a salvação com temor e tremor.” A partir do momento que uma pessoa recebe a Cristo como Salvador o crente morre para o pecado e se torna vivo para a santificação (Rm 6:2-4). Então Paulo comanda aos Cristãos a se considerarem mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus (Rm 6:11). Cristãos não devem se amoldar aos padrões dos dias de hoje, mas se permitir ser transformado pela renovação das mentes (Rm 12:2). Jesus disse, “Se alguém quiser acompanhar-me, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me” (Mt 16:24).

I. Santificação Inicial

Para entender a completa implicação do que está incluído na obra de santificação, devemos primeiro apreciar a verdade bíblica de como nos identificamos com Cristo e Sua morte na cruz. Ele não somente morreu como o nosso Redentor, mas também morreu para nos substituir e nos representar, pagando o preço pelos nossos pecados. Por isso em Cristo, Deus vê todo crente sendo crucificado com Seu Filho e assim nos fazendo santificados Nele (Rm 6:6, 7; 1Co 1:30, 6:11; Gl 2:20). Paulo escreve que Deus fez Cristo, que não conhecia o pecado, pecador a nosso favor para que Nele nós pudéssemos nos tornar justiça de Deus (2 Co 5:21). Então a idéia é a posição do Cristão aos olhos de Deus é de uma pessoa que morreu com Cristo e está santificada. Na visão de Deus, os Cristãos são vistos como se nunca tivessem cometido pecado. Até os Cristãos carnais em Corínto (1Co 3:1) puderam ser verdadeiramente chamados de santos na carta de Paulo (1Co 1:2). Entretanto, não se pode ler o Novo Testamento ou observar a vida de alguns Cristãos sem concluir que não são todos os Cristãos que tem o Espírito e são “cheios do Espírito Santo”, e que estão vivendo controlados por Ele. É fato na Bíblia, que todos os Cristãos possuem o Espírito de Deus (Rm 8:9; 1Co 6:19, 20), mas nem todos são controlados por Ele. (Ver Rm 7:14; Hb 5:11-6:12).

II. Santificação Experimental

A santificação posicional consequentemente deve ser traduzida como uma experiência de vida pessoal com a ajuda do Espírito Santo através da Palavra de Deus (Jo 17:17). É a isso que Paulo se refere

quando ele escreve aos Cristãos em 1 Tessalonicenses 4:3, “Este é o desejo de Deus, que vocês sejam santificados”. Enquanto essa dimensão experimental de santificação começa na conversão, o progresso substancial de santidade ocorre quando o crente voluntariamente se compromete a ser controlado pelo Senhor (Rm 6:12, 13; 12:1). A santificação experimental envolve três aspectos.

A. O Aspecto Decisivo. O aspecto decisivo é ordenado por Paulo aos Cristãos de Roma em Romanos 6:12, 13 e exortado em 12:1. Ele descreve este aspecto como sendo a apresentação do membro do corpo a Deus por esforço e vontade determinada. Este colocar dos membros do corpo à disposição de Deus pode começar na conversão, como aconteceu com o lar de Cornelius (At 10:44-46). Entretanto, e com mais frequência isso começa com um período resoluto subsequente a salvação, que é o de fazer Cristo o Senhor de todas as áreas da vida. Essa decisão normalmente segue um período de educação e crescimento espiritual até que se comece a compreender que existe mais da vida Cristã do que se tem experimentado até aquele momento. Isso é o que Jesus tinha em mente quando Ele disse em Mateus 16:24 se alguém quiser vir após mim como meu discípulo, ele tem que negar a si mesmo, pegar sua cruz e se colocar a disposição de Deus. Alguns chamam a esta decisão de “dedicação”, “consagração” ou “experiência decisiva”. Este é o ponto em que a pessoa, dentro de sua própria habilidade e estando sob a melhor luz disponível no momento, dá tudo de si e o seu corpo para ser controlado por Deus, então Deus vem e “batiza” ou “enche” o individuo com o Seu Espírito. (Compare Atos 1:5 e Atos 2:4).

B. O Aspecto Progressivo. Daí em diante o aspecto progressivo da santificação continua de uma forma mais rápida. Em Romanos 6:11 Paulo ordena aos Cristãos a se terem como mortos para todos os tipos de pecado e vivos para Deus em todos os momentos em que fossem tentados a pecar. Em Romanos 12:2, os crentes são chamados a não se conformarem com este século, mas deixarem suas vidas serem transformadas pelo Senhor através da renovação da mente. Como Jesus falou em Mateus 16:24, devem continuar seguindo e obedecendo Seus ensinamentos. A intenção é que quanto mais vivemos esta vida progressiva de santidade, mais a nossa vida se tornará como a de Jesus, o Filho de Deus (Rm 8:29). Nós devemos continuar nos enchendo e sendo controlados pelo Espírito Santo (Ef 5:18).

Uma vida cheia do Espírito Santo é uma vida vivida sobre o controle do Espírito tendo a Bíblia como direção. Isso não significa que uma pessoa cheia do Espírito não vai nunca se der a tentações do pecado. Entretanto, se alguém pecou, a confissão deve ser feita imediatamente e o perdão pessoal ser aceito pela fé (1Jo 1:9-2:22). Devemos lembrar que os frutos do Espírito não vêm automaticamente para as pessoas que estão envolvidas com o pecado em seus membros (Rm 7:14-25). O ser cheio do Espírito, não faz com que a obediência a Deus seja uma coisa automática e também não faz com que a demonstração dos frutos do Espírito sejam facilmente utilizados em qualquer ocasião. Mas isso, todavia não significa que este ideal não deve ser almejado. Novas circunstâncias às vezes levam a uma nova dedicação a Deus como sacrifícios vivos sob a liderança do Espírito na proporção que o Cristão se torna mais maduro em Cristo. Tudo isso envolve uma vida de desenvolvimento e crescimento em se tornar à imagem de Cristo através de um trabalho sacrificial contínuo do Espírito pela verdade da Sua Palavra (Jo 17:17).

C. O Aspecto Completo. Finalmente, a obra santificadora do Espírito é completada em certo sentido, por ocasião da morte física, quando o espírito do Cristão entra na presença do Senhor (Hb 12:22, 23). Entretanto, a santificação por inteiro em sentido final, será atinjida quando o corpo do Cristão for ressuscitado e glorificado (1Co 15:51-54; Fp 3:20, 21; 1Jo 3:2). Então o crente atinjurá santificação completa para toda eternidade.

Sumário

Para reiterar, o Espírito Santo passa a habitar dentro do indivíduo no momento da conversão aí então a santidade tem início (Rm 8:9; 1Co 6:19, 20). Num momento decisivo de santificação o Espírito toma conta do Cristão, quando este mesmo Cristão se deixa ser totalmente controlado por Ele. Daí por diante o Cristão cheio do Espírito continua a caminhar sob a liderança do Espírito sendo guiado pela palavra de Deus através da Bíblia (Jo 17:17). Este preenchimento e controle do Espírito têm a intenção de permanecer na vida santificada do Cristão (Ef 5:18; 2 Co 7:1) até que de certa maneira seja

completada com a morte do mesmo (Hb 12:22, 23) e no sentido final por ocasião da volta de Cristo quando todos os Cristãos receberão um corpo ressurreto (Fl 3:12-14, 20,21).

--Adotado pela Conferência Geral de 2003

XVIII. PRESCIÊNCIA DIVINA

A Igreja Cristã histórica tem apresentado a Deus como universalmente onisciente. Pela definição da frase "Onisciência de Deus" inclui a crença de que Deus tem um exaustivo conhecimento de todas as coisas atuais e possíveis no passado, presente e futuro. Por isso Ele conhece todos os eventos futuros e possibilidades (Mt 11:20-24).

Entretando, algumas comunidades Cristãs têm desafiado esta visão de que Deus conhece tudo antecipadamente. Essa posição, recentemente tem dublado a visão de receptividade de Deus, tipicamente afirmando que Deus é oniciente, porém redefinindo oniciência. Essa visão de oniciência exclui o pré-conhecimento de Deus com relação ao futuro bem como as escolhas e ações feitas pelos seres humanos no futuro. Essa idéia afirma que Deus pode conhecer todas as possibilidades, mas Ele não sabe do futuro atual, que os seres humanos irão escolher.

A Igreja histórica tem se posicionado unanimemente contra a visão aberta do conhecimento antecipado e a oniciência, primeiramente por causa das passagens nas Escrituras que são bem claras a respeito desse tópico. Por exemplo, o profeta Isaías distingue deuses falsos do Deus verdadeiro pela habilidade de pré-dizer exatamente o futuro. Pré-conhecimento é o critério que o profeta usa para demonstrar quem é o verdadeiro Deus (Is 41:21-24, 44:6-8; cf. Dt 18:22). Além do mais, a Bíblia está repleta de profecias, muitas delas tem haver com Israel, com o Messias, e com a Igreja. Uma vez que muitas dessas profecias incluem as ações futuras dos seres humanos, não podem ser meramente eventos predeterminados que Deus sabia que ira acontecer somente porque Ele mesmo causaria com que eles acontecessem (Dn 11:1-4). Pelo contrario, Deus sabe o futuro, tanto os eventos que Ele predeterminou que aconteceriam, e os eventos causados pelo livre abítrio, que Ele sabe que vai acontecer mais não os faz acontecer (Rm 8:29-30).

A Igreja tem mantido durante os séculos, que tal pré-conhecimento é bíblico e é uma evidência poderosa para o Deus do Cristianismo. A Missionary Church se mantem consistente com os ensinamentos da Igreja histórica: Deus conhece o futuro exaustivamente, inclusive os eventos que o homem decide livremente (SI 139).

--Adotado pela Conferência Geral de 2005

APÊNDICE

APÊNDICE 1

EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS PARA OBTENÇÃO DE CREDENCIAIS

Licenciatura

Os candidatos deve ter completado um mínimo curso de estudos, que consista de pelo menos um curso em cada um dos seguintes tópicos: Antigo Testamento, Novo Testamento, teologia bíblica ou sistemática, teologia ministerial prática, interpretação bíblica, homilética ou comunicação, liderança e História e Política da Missionary Church.

Ordenação

Candidatos a ordenação deverão preencher os requisitos educacionais relacionados abaixo:

- Conclusão de algum bacharelado em ministério Cristão profissional, ou
- Conclusão de algum mestrado em ministério Cristão profissional, ou
- Conclusão do curso de estudos do Instituto de Liderança Pastoral, ou
- Conclusão de um curso de estudos supervisionado incluindo 32 horas semestrais de cursos de educação geral e 21 horas semestrais de cursos de ministério Cristão profissional, adicionados aos cursos mínimos prescritos nos requisitos para obtenção de licença (Antigo Testamento, Novo Testamento, teologia bíblica ou sistemática, teologia ministerial prática, interpretação bíblica, homilética ou comunicação, liderança e História e Política da Missionary Church), com um mínimo de 3 horas em cada um dos seguintes tópicos: Antigo Testamento, Novo Testamento, teologia bíblica ou sistemática, aconselhamento, evangelismo e discipulado, e um curso relacionado à área ministerial que o indivíduo deseja seguir (Jovens, missões, educação Cristã, implantação de igrejas, crescimento de igreja, etc.).

Informações Gerais

Os cursos podem ser feitos no Bethel College (Universidade Betel) ou em qualquer outro colégio reconhecido (AABC, regional, ou ATS) universidade ou seminário incluído os departamentos de cursos por correspondência.

Os cursos podem ser feitos também através do Instituto de Liderança Pastoral ou em escolas que tenham sido reconhecidas como educação alternativa para aquelas pessoas que estão se preparando para o ministério para os quais os programas de educação tradicional não são viáveis devido as dificuldades geográficas, financeiras ou familiares. As vantagens e desvantagens específicas de tais programas serão explicadas às pessoas interessadas.

O plano de ensino para a história e política da Missionary Church está impressa no Apêndice 2.

APÊNDICE 2

HISTÓRIA E POLÍTICA DA MISSIONARY CHURCH

Um Curso Independente de Estudos Para Novos Pastores da Missionary Church

Materiais Para os Cursos Requeridos

Abaixar de Internet (Downloads):

“The Missionary Church: From Radical Outcasts to the Wild Child of Anabaptism,” Erdel, Dr Timothy Paul, Illinois Mennonite Heritage, Setembro 1997

“Marriage, Memory, and Mission: Reflections on the 25th Anniversary of the MCA/UMC Merger” Erdel, Dr. Timothy Paul and Engbrecht, Dr. Dennis

“Merging and Diverging Streams: The colorful and Complex History of The Missionary Church,” Engbrecht, Dennis, Ph.D

“1883-1983, One Hundred Years of Historic Distinctives, Engbrecht, Denis D.

(Todos os Artigos disponiveis no <http://www.mcusa.org/history.htm>)

Video: A Backward Glance, 1994

Discrição do Curso

Esse curso é projetado para fornecer uma breve visão geral do desenvolvimento histórico da Missionary Church desde o tempo da Reforma até o presente. O curso abrange vários temas, movimentos religiosos na Europa e América, e personalidades chaves que influenciaram o desenvolvimento da Missionary Church.

Objetivos do Curso

Como resultados desse curso os estudantes deverão ser capazes de:

- A. Ter uma apreciação geral das raízes históricas da Missionary Church.
- B. Ter conhecimento dos elementos primários no desenvolvimento da Missionary Church
- C. Identificar os principais líderes na história da Missionary Church.
- D. Entender os distintivos da Missionary Church (o que a faz única como uma denominação).
- E. Completar um passo significante em direção ao certificado de PLI e ser habilitado a obter licença junto a Missionary Church

(Para estudantes de PLI: Certificado e recomendação para licença será retido até o PLI tenha o exame completo já em arquivo).

Procedimento do Curso

Completar esse curso através de:

- A. Leituras de artigos. (Disponíveis nos links online acima ou contactando a Missionary Church, Inc. Para versões imprimidas – ver “E” abaixo para Enderço e Telefone).
- B. Obtendo o exame através do web site
<http://www.mcusa.org/MC%20History%20&%20Polity%20Course%20Exam%20Revised3.f>), Missionary Church, Inc. Ou para estudantes de PLI, o Intituto de Liderança Pastoral “Internship Syllabus”. Você poderá usar o exame com um guia de estudo para a leitura e inspeção.
- C. Vendo o Video. (Disponível através das autoridades do distrito, autoridades denominacionais, biblioteca do Bethel College, ou a biblioteca da sua Missionary Church local).
- D. Completando o exame. Digite suas respostas. Se possível, digite as respostas no exame anexado ou online para que o exame possa ser retornado pelo anexo do email. (Salve o arquivo antes de mandar como um anexo).
- E. Submetendo o exame para avaliação. Isso requer uma taxa de \$35. Envie esse email anexado (de preferência) ou o papel do exame (via US Serviço Postal) a Missionary Church, Inc. **Por favor, note: se não houver o cheque, ninguém será autorizado a avaliar o exame.**

* Se estiver enviando por correio suas respostas digitadas -- Envie o exame para History & Polity, Missionary Church, Inc., PO Box 9127, Fort Wayne, IN 46899-9127, **com os seguintes:**

1. O exame completo,
2. Um cheque de \$35 (USD) em nome da Missionary Church, Inc.

3. Um envelope com o endereço e com selo para que possamos enviar o exame.

* Se estiver mandando via **email** suas respostas digitadas – Envie o exame completo como um anexo para HPCourse@mcusa.org e ligue para o U.S Ministries (207-747-2027) com seu número de cartão de crédito (Master Card, Visa ou Discover) ou envie pela USPS (correio) um cheque de \$35 em nome da Missionary Church, Inc.

Os resultados do exame serão enviados a você, seu superintendente distrital e/ou Instituto de Liderança Pastoral.

Leituras Opcionais

Para uma leitura adicional a seguinte lista foi compilada. Essa leitura **não é** requerida. É simplesmente intencionada a assitir na busca por informações concernentes a Missionary Church.

Constitution os the Missionary Church (<http://mcusa.org/Constitution05.pdf>)

Who we are (http://mcusa.org/who_we_are/default.asp)

Gerber, Dr. Wayne, ed., Foundations:Teacher's Manual, 2002
(http://mcusa.org/us_ministries/Fnd_Teach.rtf)

Lageer, Eileen, Merging Streams, Elkhart, Indiana: Bethel Publishing Company, 1979.

Lugibihl, Walter H. Jared F. Gerig. The Missionary Church Association. Berne, Indiana: Economy Printing Center, 1950.

Storms Ewerek R. History os the United Missionary Church. Elkhart, Indina: Bethel Publishing Co., 1958.

HistoryPolity/Syllabus
Revised

4/03,

PLI

Revised

3/0